



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JACQUES HARUO FUKUSHIGUE CHIBA

**AS RELAÇÕES OCULTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES
ENTRE CRENÇA E SUSTENTABILIDADE:
SOMBRAS DA SAMARCO S.A. E DA VALE S.A.
DESVELADAS À LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA**

Londrina
2019

JACQUES HARUO FUKUSHIGUE CHIBA

**AS RELAÇÕES OCULTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES
ENTRE CRENÇA E SUSTENTABILIDADE:
SOMBRAS DA SAMARCO S.A. E DA VALE S.A.
DESVELADAS À LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA**

Dissertação a nível de mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação
Administração da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito para conclusão.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza

Londrina
2019

JACQUES HARUO FUKUSHIGUE CHIBA

**AS RELAÇÕES OCULTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES ENTRE
CRENÇA E SUSTENTABILIDADE:
SOMBRAS DA SAMARCO S.A. E DA VALE S.A. DESVELADAS À
LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA**

Dissertação a nível de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para conclusão.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Membro externo: Prof. Dr. Ariston Azevedo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Membro do PPGA: Prof. Dr. Ricardo Favoreto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de novembro de 2019.

Dedico esta pesquisa à minha família. Obrigado por serem a minha base, minha gratidão e amor por vocês é eterna.

Pai, meu grande amigo e guerreiro. Mais uma por você. Do seu filho e da sua família, dedico esta pesquisa a você. Nós te amamos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a todos que estiveram envolvidos nesta fase da minha vida, especialmente à minha família que sempre me apoiou a todo custo. Não havia hora e nem lugar para todos estarem torcendo por mim e me apoiando no que fosse preciso. Minha eterna gratidão e amor pela família que eu tenho.

Minha imensa gratidão à minha namorada Bruna Alves Souza, que esteve ao meu lado em todo o processo do mestrado. Antes como amiga, e depois como uma namorada, companheira, melhor amiga e também meu porto seguro. Por todas as crises mentais que passei em diferentes episódios da minha vida, por todas as formas de amor demonstradas todos os dias, tudo isso não teria sido tão prazeroso como foi tendo você ao meu lado. Minha imensa gratidão por você, meu amor. Eu te amo.

Quero também agradecer ao Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza, um professor apaixonado pela sua profissão e além de tudo, um grande amigo dedicado sempre a nos ajudar quando precisamos nos reerguer. Obrigado pelos momentos que esta trajetória acadêmica nos proporcionou, nos momentos bons e até mesmo nos ruins quando você me viu cair, e se dedicou para me reerguer. Minha eterna gratidão.

Não posso deixar de agradecer também aos meus colegas do mestrado, do grupo de pesquisa EOSI que me acompanham desde 2016, especialmente à Woitas, Malagutti, “Camis”, Henrique Letrari (não chora, Rique), e ao Nitt, parte do EOSI “raiz” que nunca vou esquecer. E também de muitos amigos da graduação que torceram por mim nesta jornada. Quero agradecer especialmente aos meus amigos Maria Fernanda Tomiotto e Pablo Capucho, que sempre me motivaram a continuar no mestrado com mais leveza, a Ana Périgo com a sua constante auto-estima, sempre contente para contar mais e mais sobre seu fascínio pela arte e pela pesquisa social em sustentabilidade.

Meus agradecimentos especiais à Beatriz Zanoni, aquela que manda áudios no WhatsApp para tudo e qualquer coisa, pelo tratamento que teve comigo como amiga, como companheira de pesquisa, como autora e co-autora, como congressista, enfim, você por você mesmo, Bia. Obrigado por tudo!

Quero agradecer também aos meus amigos da Brid Soluções que contribuíram direta e indiretamente para que eu pudesse manter minha rotina com a minha pesquisa de mestrado, conciliando com as atividades profissionais que atualmente desempenho nesta equipe. O meu muito obrigado a todos!

Agradeço também aos professores da banca que se dedicaram a ler o meu trabalho e que, com certeza, me darão *insights* fundamentais para a continuidade desta pesquisa, rumo também ao crescimento da minha vida acadêmica enquanto pesquisador da área de sustentabilidade. Meu enorme respeito aos Professores Ariston Azevedo e Ricardo Favoreto por esta oportunidade.

Registro meu reconhecimento à CAPES pelo financiamento da minha pesquisa e a todos aqueles que fazem parte do PPGA-UEL pelo respeito e cuidado aos discentes do programa.

E, claro. Quero agradecer a você, meu pai. Que mesmo não estando aqui no mesmo plano que o meu, você me deu forças para chegar até este momento. Eu te amo, pai. Sua família te ama para sempre.

CHIBA, Jacques Haruo Fukushigue. **As Relações Ocultadas pelas Associações entre Crença e Sustentabilidade:** sombras da Samarco S.A. e da Vale S.A. desveladas à luz da sociologia bourdieusiana. 2019. 148f. Dissertação de Mestrado em Administração – Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

A sustentabilidade foi compreendida nesta pesquisa como o significado mais próximo para as diferenciações ideológicas e políticas, sobre a capacidade ecológica de suportar a vida humana em níveis específicos de bem-estar a todas as gerações. Esta pesquisa de dissertação de mestrado, de cunho qualitativo, subjetivista, descritiva e exploratória, tem como objetivo elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras. A crença é, para a sociologia bourdieusiana, a adesão corporal da história individual incorporada às imposições simbólicas e ocultas da história coletiva reificada, tornando agentes dominados submissos a uma construção histórica de disciplinarização dos *corpus* às injunções dominantes. Considerando a sociologia praxiológica de Bourdieu, a literatura sobre crise ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, essa pesquisa investigou, por meio da análise de narrativas, como as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade se manifestaram nas narrativas enunciadas pela Samarco S.A. e pela Vale S.A. em seus respectivos Relatórios de Sustentabilidade divulgados, vídeos e demais textos corporativos publicados em diferentes redes sociais em cinco anos antes e cinco anos após as tragédias ocasionadas pelo rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). As narrativas revelaram o desinteresse das organizações pela sustentabilidade em momentos de crise reputacional; a fragilidade do conceito construído de sustentabilidade que, apesar da consolidação feita pelas organizações de um “modelo” de sustentabilidade, tal definição inflexível que fundamenta a crença das organizações sobre a sustentabilidade não perpetuou após as tragédias ocorridas; e que a sustentabilidade está submetida a trazer ganhos econômicos financeiros promissores, mas este interesse é ocultado por narrativas que prometem beneficiar todas as dimensões, para além do econômico.

Palavras-chave: Relações. Crença. Sustentabilidade. Samarco. Vale. Sociologia Bourdieusiana.

CHIBA, Jacques Haruo Fukushigue. **The Relationships Hidden by Associations between Belief and Sustainability**: Samarco's S.A. and Vale's S.A. Unveiled Shadows in the Light of Bourdieusian Sociology. 2019. 148pp. Masters Dissertation in Administration – Administration Post-Graduation Program (PPGA), State University of Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

Sustainability has been understood in this research as the closest meaning to ideological and political differentiations about the ecological capacity to support human life at specific levels of well-being through generations. This dissertation research, qualitative, subjectivist, descriptive and exploratory, aims to elucidate, based on Bourdieusian sociology, the relationships hidden by the associations between belief and sustainability in two mining organizations. Belief is for Bourdieusian sociology the bodily adherence of embodied individual history to the symbolic and hidden impositions of reified collective history, making dominated agents submissive to a historical construct of disciplining the corpus to dominant injunctions. Considering Bourdieu's praxiological sociology, the literature on environmental crisis, sustainability and sustainable development, this research investigated, by means of narrative analysis, how the relationships hidden by the associations between belief and sustainability manifested themselves in the narratives enunciated by Samarco S.A. and Vale S.A. in their respective Sustainability Reports, videos and other corporate texts published in different social networks in five years before and five years after the tragedies caused by the breach of Mariana's (2015) and Brumadinho's dams (2019). The narratives revealed the organizations' lack of interest in sustainability in times of reputational crisis; the fragility of the constructed concept of sustainability that, despite the organizations' consolidation of a sustainability "model", such an uncompromising definition that underlies organizations' belief about sustainability, did not perpetuate after the tragedies; and that sustainability is bound to bring promising financial economic gains, but this interest is hidden by narratives that promise to benefit all dimensions beyond the economic one.

Keywords: Relationships. Belief. Sustainability. Samarco. Vale. Bourdieusian sociology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O “diálogo Norte e Sul”	51
Figura 2 – Carteira do ISE 2016	82
Figura 3 – Carteira do ISE 2017	82
Figura 4 – Carteira do ISE 2018	83
Figura 5 – O hiato sobre Mariana no perfil da Vale no Instagram	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atributos da sustentabilidade para a elaboração de políticas públicas segundo Dovers (1997).....	59
Quadro 2 – Propriedades dos componentes do desenvolvimento sustentável, segundo Gladwin, Kennelly e Krause (1995)	63
Quadro 3 – Orientações Temáticas.....	86
Quadro 4 – Descrição das fases e etapas da pesquisa	88
Quadro 5 – Perguntas de pesquisa elaboradas para o atendimento dos objetivos específicos	89

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS GERAL	16
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
2	LENTEs TEÓRICAS: SOBRE A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA	18
2.1	A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA	18
2.1.1	Vida de Pierre Bourdieu.....	19
2.1.2	Características da Sociologia Bourdieusiana: as Propriedades Estruturalistas e Construtivistas.....	21
2.1.3	Debates Onto-epistemológicos: Sobre o Conceito de História em Bourdieu	24
2.1.4	Sobre a Tríade Conceitual de Bourdieu: Definições e Propriedades dos Conceitos de Campo, <i>Habitus</i> e Capital.....	28
2.1.5	Para Além da Tríade Conceitual: Esclarecimentos sobre o Conceito de Crença	42
3	SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ORGANIZAÇÕES	48
3.1	A HERANÇA DO CAPITALISMO: A CRISE AMBIENTAL	49
3.2	SUSTENTABILIDADE	53
3.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	60
3.4	CRIME AMBIENTAL, ECO-CRIME E ECOCÍDIO	69
3.5	A RELAÇÃO ENTRE CRENÇA E SUSTENTABILIDADE: UMA DOMINAÇÃO OCULTA	70
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
4.1	A PESQUISA PARA BOURDIEU E SUAS RELAÇÕES COM A ORGANIZAÇÃO	74
4.2	IDENTIDADE EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA	76
4.3	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	76
4.4	TEORIA E EMPÍRIA EM PESQUISA ORIENTADAS PELA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA	78
4.5	ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	78
4.6	LOCAL DE INVESTIGAÇÃO	79
4.7	ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS	84
4.8	ACESSANDO AS INFORMAÇÕES NA REALIDADE.....	86
4.9	ANALISANDO AS INFORMAÇÕES	89

5	A MANIFESTAÇÃO DA CRENÇA SOBRE A SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DAS NARRATIVAS	92
5.1	SOBRE AS ORGANIZAÇÕES ENUNCIADORAS DA HISTÓRIA REIFICADA.....	92
5.2	SOBRE A HISTÓRIA REIFICADA: A SUSTENTABILIDADE CONTADA PELAS ORGANIZAÇÕES.....	94
5.2.1	Samarco: Narrativas Antes da Tragédia de Mariana (2010-2014)	94
5.2.2	Samarco: Narrativas Pós-Tragédia de Mariana (2015-2018)	104
5.2.3	Vale: Narrativas sobre a Sustentabilidade Antes da Tragédia de Brumadinho (2014-2018).....	108
5.2.4	Vale: Narrativas Pós-Tragédia de Brumadinho (2019)	113
5.3	O LADO OCULTO DA REIFICAÇÃO: NARRATIVAS DOS JORNAIS ESTADÃO E CARTA CAPITAL.....	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	131
	ANEXOS	140

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as organizações possuem um potencial reflexivo ao discutir e relacionar campos e sujeitos às suas elucidações, cuja abstração de ideias e teorias conduzem à construção de uma ciência ainda em construção de sua própria identidade: a ciência da administração. As organizações para os estudos organizacionais são compreendidas como fenômenos que se constituem em práticas e construções sociais, que compõem o mundo social dos indivíduos que se encontram neste ambiente, os quais foram referidos nesta pesquisa enquanto agentes, aos modos do vocabulário bourdieusiano (BOURDIEU, 2004a). Neste campo de teorização, são estudadas diversas lentes, abordagens, modelos e fenômenos de tudo aquilo que é responsável por representar os diferentes significados sobre o que é compreendido como organizações (KOONTZ, 1961; REED, 2007). Nesse sentido, pela diversidade de perspectivas e posições epistemológicas e paradigmáticas para se enxergar um mesmo fenômeno social, a teoria organizacional torna-se “um cristal visto por meio de um caleidoscópio de teorias” (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p. 32).

Uma vez que a compreensão do termo “organizações” possui incontáveis interpretações, para fins de especificação que atenda aos interesses desta pesquisa, compreende-se que a investigação se refere a um recorte temático específico, no que diz respeito à relação entre as organizações e a sustentabilidade. A sustentabilidade, termo que busca responder aos problemas da crise ambiental, sendo esta última gerada pelo anseio das organizações pelo crescimento econômico (REDCLIFT, 2014), tem apresentado como seus resultados mais negativos a degradação do patrimônio ambiental do planeta, o aumento da concentração de riquezas e a multiplicação de problemas sociais (LEFF, 2005; PIERRI, 2001).

Considera-se que a globalização, por meio do crescimento dos negócios internacionais, tem contribuído para a expansão da deterioração ambiental, para a desigualdade social e para a manutenção de discrepâncias econômicas. Decorrente deste fenômeno, há, portanto, a necessidade de discutir sobre primeiramente os problemas ocasionados pelo capitalismo, e depois buscar soluções ao meio ambiente vinculadas à sustentabilidade ou ao desenvolvimento sustentável em pautas que tratem sobre a atuação internacional das organizações (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; SHRIVASTAVA, 1995).

A sustentabilidade é compreendida nesta pesquisa, simultaneamente, como uma questão política e também ideológica (O'CONNOR, 2002). Nesta pesquisa, considera-se que as relações estabelecidas entre organizações e sustentabilidade são conduzidas por duas grandes diretrizes: o poder e os interesses subjacentes aos tipos de poder. Bourdieu (1989a) discute o poder dominante como aquele que possui maior afinidade ao capital econômico e que “tem em vista impor a legitimidade de sua dominação [...] ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social” (BOURDIEU, 1989a, p. 12). As organizações são as representantes de tal poder, uma vez que suas ações (internacionalização, distribuição de multinacionais e globalização) ainda participam de uma liberdade econômica para promover repercussões locais, regionais, nacionais e internacionais quanto aos impactos sociais e ambientais que promovem, os quais raramente são positivos, benéficos e construtivos (HOLMBERG, 1994; JIMÉNEZ-HERRERO, 2000; SCHIMIDHEINY, 1992).

Quanto aos interesses, Bourdieu (1992; 2004a) declara que estes são socialmente constituídos. Os interesses emergem das decisões tomadas pelos agentes sociais sobre propósitos e/ou ideais que pretendem criar diferenças correspondentes às diferenças objetivas de um campo, tais como as relações propostas pela sustentabilidade nos comportamentos organizacionais. Estas disputas de interesse em um campo não estão desprovidas de sentidos, mas também não são justificadas pela plena racionalidade dos agentes sociais. Os participantes de um campo trabalham para superar seus rivais mais próximos, reduzir a competição e tentar estabelecer um monopólio sobre um subsetor particular deste mesmo campo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; MISOCZKY, 2003).

Este campo, segundo Bourdieu (1989a) abriga as relações existentes entre os agentes interessados pela dominação do campo. O campo representa uma estrutura objetivada de relações subjetivas estabelecidas de acordo com um interesse comum – para isso, Bourdieu explora campos da área artística, jurídica, cultural, científica, entre outros – onde é encontrada uma forma específica de “jogo”. Um jogo abstrato e dificilmente passível de ser definido, objetivado a partir da compreensão subjetiva dos agentes. Segundo Bourdieu (2004b), é um jogo permeado por um elemento chamado *illusio*, o falso sentimento de pertencimento ao campo que permite ao agente sentir-se parte do jogo estabelecido no campo pela dominação, a partir das

regras do campo em que está inserido. Esta *illusio* permeia em todas as relações a partir do comportamento dominante dos agentes que ditam as regras do jogo.

Dentro deste recorte microcósmico denominado campo, pelas características subjetivas e abstratas que possui segundo Bourdieu (1989a), torna o jogo que reside dotado de um poder invisível, um poder simbólico. O poder simbólico é um tipo de poder que proporciona diferentes reflexões sobre a relação entre organizações e sustentabilidade. Segundo Bourdieu (1989a), este poder simbólico representa um poder quase-mágico que permite ao indivíduo detentor desta quasi-magia adquirir tudo aquilo o que adquiriria por meio da força.

É possível afirmar que o poder simbólico se faz presente nos diferentes discursos sobre a sustentabilidade, que denunciam esforços políticos, corporativos, governamentais e sociais em uma disputa incumbida de eleger a definição soberana de sustentabilidade para o capitalismo, bem como de orientar como as diferentes relações entre capitalismo e sustentabilidade devem ser abordadas, divulgadas e defendidas. Neste jogo semântico, político e ideológico estão as organizações, que buscam vencer esta disputa para determinar como suas relações com a sustentabilidade podem ser administradas, pesquisadas e veiculadas (O'CONNOR, 2002; SCHWEICKART, 2010).

A sustentabilidade, por sua vez, é vista como um tema complexo para o contexto organizacional, porque representa, enfrenta e negocia interesses diretamente vinculados aos tipos de capitais que reproduzem o poder dominante dessas organizações. As discussões sobre a sustentabilidade, a partir das divergências estabelecidas entre os agentes que debatem este tema, ocorrem pela emissão de diversos discursos interessados em legitimar seus respectivos posicionamentos a respeito deste tema. Os discursos, para a sociologia bourdieusiana, são ferramentas simbólicas de dominação responsáveis por garantir a prioridade dos interesses dominantes a partir de estratégias de dominação específicas. A definição de um discurso dominante para a sustentabilidade que esteja de acordo com o poder dominante exercido pelas organizações é causa e consequência de uma estratégia de dominação interessada em instalar uma crença sobre aquilo que se discute, sobre como se discutir aquilo que se discute e sobre como definir aquilo que se discute.

Os diferentes discursos sobre a sustentabilidade denunciam esforços políticos, corporativos, governamentais e sociais que se reúnem em uma disputa incumbida de eleger a definição soberana de sustentabilidade para o capitalismo, bem como de orientar como as diferentes relações entre capitalismo e sustentabilidade devem ser abordadas, divulgadas e defendidas. Neste jogo semântico, político e ideológico estão as organizações, que buscam vencer esta disputa para determinar como suas relações com a sustentabilidade podem ser administradas, pesquisadas e veiculadas (O'CONNOR, 2002; SCHWEICKART, 2010).

As consequências da imposição de um discurso dominante para a sustentabilidade que esteja de acordo com o poder dominante exercido pelas organizações são sequelas de uma estratégia de dominação interessada em instalar uma crença sobre aquilo que se discute. A crença, para Bourdieu (2008, 2009, 2015b), é um mecanismo de dominação, movimentado por instrumentos de dominação específicos, que contribui para a legitimação de capitais adquiridos em lutas sociais anteriores no campo social, o que pode ocasionar o fortalecimento de estruturas, representados na forma de grupos de agentes dominantes. Apesar de a crença estar no que é objetivo do discurso sobre algo, ela também está no oculto das relações, ou seja, no invisível, no simbólico, no plano quase-mágico que contribui para a consolidação dessa dominação formal.

A crença para Bourdieu representa o esconderijo do que está oculto nas trocas de bens simbólicos do mundo social. Por esta ocultação, entende-se sobre uma construção social exercida por agentes sociais, inseridos em um mercado de trocas simbólicas, onde esse espaço se configura em um campo cujas lutas ocorrem entre diferentes forças que se interessam pela dominação daquilo que se discute no campo (BOURDIEU, 2015b). A crença, nesse sentido, contribui para a legitimação de um campo onde está acumulada uma carga histórica de lutas anteriores, responsáveis por legitimar as estruturas dominantes representadas por agentes sociais dotados de uma forma de poder simbólico de dominação (BOURDIEU, 1989a, 2015b). Sendo assim, a crença trata-se de uma ferramenta norteadora de formalização dos próprios instrumentos e mecanismos de dominação. A crença, como uma submissão dóxica, se faz presente no plano oculto das relações, ou seja, no plano invisível e simbólico que contribui para a consolidação dessa relação de dominação, para que as injunções

do dominante se façam convincentes e coerente a estrutura dominada (BOURDIEU, 2008).

A partir dos construtos teóricos apresentados, foi encontrado um intervalo teórico não investigado de maneira aprofundada: a relação teórica entre sustentabilidade e crença nas narrativas de uma organização. O problema de pesquisa que retrata este interesse de investigação: **como a crença se manifesta nas narrativas sobre sustentabilidade?** Para responder a esta pergunta, o objetivo geral desta pesquisa foi elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras, que foi respondido por meio de uma pesquisa identificada pela referência estruturalista-construtivista e construtivista-estruturalista de Bourdieu, de uma ontologia historicista e de uma epistemologia histórica, aos modos reflexivos de Bourdieu (1989b; 2004a). Esta pesquisa foi classificada como uma investigação qualitativa subjetivista, exploratória e descritiva, a fim de compreender a organização como uma construção social por meio de um estudo de caso de perspectiva qualitativa (MERRIAM, 2009; RICHARDSON, 2017). Por utilizar esta abordagem epistemológica, optou-se por analisar os dados por meio da análise de narrativas, tendo como instrumento de coleta de dados os relatórios de sustentabilidade, publicações em redes sociais, materiais midiáticos de dois jornais selecionados para a pesquisa e vídeos institucionais publicados nos canais de duas organizações mineradoras que estiveram envolvidas nos trágicos ecocídios de Mariana (o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015) e de Brumadinho (o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019).

A pesquisa foi organizada da seguinte forma: foi introduzida teoricamente pelas discussões sobre a sociologia bourdieusiana, que compreendeu brevemente a história de vida de Pierre Bourdieu, e foi apresentado o conceito de **crença** a partir de uma explicação construída por meio de outras teorias e conceitos do sociólogo. Em seguida, discutiu-se a crise ambiental, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável a partir da sua construção histórica e científica e, finalmente, foi explicada a relação entre sustentabilidade e as organizações, bem como esclarecimentos sobre o que é considerado crime ambiental ou ecocídio. Posteriormente foram explicados os procedimentos metodológicos da pesquisa, que compreendeu a classificação geral da investigação, a explicação da relação entre

teoria e empiria em pesquisas orientadas pela sociologia bourdieusiana, a estratégia de pesquisa, os critérios de seleção do local de investigação, as orientações temáticas de análise e as etapas da análise de narrativas. Posteriormente, foi apresentado a análise das narrativas advindas dos documentos institucionais e midiáticos coletados à luz da sociologia bourdieusiana, seguida de considerações finais sobre a pesquisa. Finalizada a apresentação geral introdutória desta investigação, em seguida foi iniciada a exposição dos objetivos geral e específicos, bem como a justificativa da pesquisa em questão.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender, a partir da sociologia bourdieusiana, como a crença se associa à sustentabilidade;
- Identificar narrativas referente às duas organizações mineradoras que manifestem as associações entre crença e sustentabilidade;
- Revelar, a partir das narrativas identificadas em documentos institucionais de duas organizações mineradoras e fontes midiáticas, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

Caberá a esta pesquisa identificar: se o poder dominante das

organizações impõe definições e discussões menos polêmicas sobre a sustentabilidade; se a sustentabilidade representa, movimenta e fundamenta interesses que podem impactar, ou valorizar, os tipos de capitais que reproduzem o poder dominante das organizações; e, se as organizações (representantes do poder dominante) buscam, em tentativas de silenciar os diversos interesses sociais, orientar as estratégias de disseminação do conceito de sustentabilidade, ao tipificá-la como uma simples prática de gestão estratégica.

Esta pesquisa busca contribuir: para os estudos organizacionais como área temática pois, tais estudos contribuem para reafirmar a forte relação com pressupostos e construtos teóricos provenientes da sociologia, pelo fato de buscar entender a relação entre o homem, a sociedade e as organizações a partir de várias abordagens das teorias organizacionais (KOONTZ, 1961; REED, 2007); para os estudos relacionados às teorias de Pierre Bourdieu em sua sociologia, mais especificamente ao exercitar a noção bourdieusiana de crença em um estudo de caso e às aplicações dadas da praxiologia de Pierre Bourdieu para os estudos sobre as organizações; e para a teoria sobre sustentabilidade ao revelar facetas de sua significação por meio de uma vertente que não se limita em descrever, mas que também ousa questionar, criticar e reconstruir suas definições tão enrijecidas e ambíguas aos interesses diretamente econômicos das organizações que dominam seu discurso.

Esta pesquisa possui relevância pois se propõe a descobrir, esclarecer e desenvolver relações teóricas por meio dos discursos sobre sustentabilidade emitidos por uma organização legitimados como crença, ou seja, discursos que consolidam uma padronização deste tema em ambientes corporativos, sendo este limitado a questionamentos e outros meios que interfiram em uma estrutura discursiva de qualquer grau de transformação. Os resultados desta investigação importarão: aos que se relacionam direta e indiretamente com estas organizações; às organizações que abordam a sustentabilidade por meio de relatórios, mediante propostas que apresentem abordagens de gestão com maior coerência entre o discurso público e o que realmente é vivenciado dentro da organização sobre a sustentabilidade; à sociedade, que se beneficiará por conhecer possíveis subterfúgios corporativos empregados no discurso sobre a sustentabilidade; e, à administração, enquanto ciência, pelo desenvolvimento de uma pesquisa que

analisa teoricamente as relações entre organizações e sustentabilidade. Em seguida, é dado o início a explicação sobre as lentes teóricas que guiaram esta investigação.

2 LENTES TEÓRICAS: SOBRE A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

A presente seção desta pesquisa tem por objetivo apresentar a vida e obra da sociologia praxiológica de Pierre Bourdieu; descrever, discutir e relacionar os conceitos da sociologia bourdieusiana. Optou-se por esta metodologia por três principais motivos: a fim de demonstrar a maneira a qual os outros conceitos de Pierre Bourdieu estão relacionados entre si; para consolidar que escrever sobre Bourdieu não possui um método rigoroso para se iniciar as discussões, e muito menos para concluí-las; e também por se tratar do conceito central desta pesquisa.

Após as discussões sobre a sociologia bourdieusiana, prossegue-se uma apresentação teórica sobre sustentabilidade, conceituando-a a partir da literatura internacional e nacional da área (livros, periódicos, *journals*, etc.) e principalmente para justificar o interesse desta pesquisa pelas organizações, foi apresentada a relação entre sustentabilidade enquanto uma questão política e ideológica e as organizações.

2.1 A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Este capítulo tem por objetivo apresentar, discutir e relacionar teoricamente conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu. Assim como para o próprio Bourdieu (1989a), quem bem descreveu que o árduo feito da ciência que é a pesquisa não se trata de um *show*, se trata de uma exposição pessoal que mais torna a discussão predisposta a ser desenvolvida do que finalizada. O motivo deste tópico é contribuir com as relações teóricas previstas para a realização desta pesquisa, pois ao visualizar os fenômenos que ocorrem nas organizações, a sociologia bourdieusiana se fez presente como as lentes analíticas e metodológicas para a compreensão do mundo social específico, o qual as organizações estão contextualizadas.

Neste capítulo foram apresentados alguns fatos da vida pessoal de Bourdieu que contribuiu direta e indiretamente em sua formação acadêmica, bem como na construção de suas próprias teorias. Vale ressaltar que, segundo alguns apontamentos referentes ao ano de 2012 demonstrados por Bortoluci, Jackson e Filho

(2015) a partir de dados extraídos da plataforma Lattes, Bourdieu (na produção científica brasileira) é um dos autores contemporâneos mais citados das ciências sociais e humanas, atrás de Foucault e Habermas apenas; e na sociologia, se torna o mais citado. Posteriormente, foi iniciada as reflexões acerca dos conceitos da sociologia bourdieusiana, construídas para tornar possível elucidar sobre o conceito de crença, segundo a sua sociologia.

2.1.1 Vida de Pierre Bourdieu

Filho e neto de agricultores, Pierre Bourdieu nasceu em agosto de 1930, no sudoeste francês, em que a rotina se resumia na convivência escolar com filhos de camponeses, operários e comerciantes (WACQUANT, 2002). Seu pai foi funcionário da agência de correios da região e, um dos primeiros obstáculos que tivera de confrontar foi seguir com seus estudos, sendo que vivia em uma situação financeira desfavorecida (VALLE, 2007). Para tanto, foi destaque durante o ensino médio (dessa vez, pelas suas habilidades em *rugby* e pelota basca) para assim receber uma bolsa de estudos e ser encaminhado ao Liceu de Pau (WACQUANT, 2002) – lembrado como um “edifício fechado, com corredores desertos e com ecos assustadores, onde se debatia para afastar a fatalidade de suas origens” (VALLE, 2007, p. 121). Após isso, um de seus professores na Escola Normal Superior (que era destinada aos melhores alunos do país), recomendou à Bourdieu, ainda jovem, que se inscrevesse em um dos melhores cursos preparatórios da região para ingressar na Escola Normal Superior.

Feitos os momentos de devoção acadêmica para esse fim (WACQUANT, 2002), Bourdieu ingressou na escola e assumiu a Filosofia como seu principal estudo. Nesta Escola, estudaram outros intelectuais pós-guerra, tal como Jean Paul Sartre (VASCONCELLOS, 2002). Considerado uma “moda” da época, o existencialismo sartriano impactou consideravelmente a trajetória intelectual dos alunos e fez com que Bourdieu estudasse lógica e história da ciência (WACQUANT, 2002).

Posteriormente à graduação em Filosofia, se candidatou para dar aulas no Liceu de Moulins, nas proximidades da região central francesa. No ano

seguinte, por ordem judicial-militar, foi obrigado a atender uma missão de “pacificação” na Argélia (na época, colônia norte africana), por ter sido “inerentemente rebelde à autoridade militar” (WACQUANT, 2002, p. 97). Essa experiência lhe propôs um novo marco em seus estudos, pois a sociedade começou a lhe interessar mais por um ponto de vista além de uma perspectiva filosófica, sem se esquecer da filosofia em si. Este momento de seus estudos denunciou sobre “as contradições da sociedade colonizada e sobre as desilusões do movimento nacionalista”, momento de “sua conversão da Filosofia para a Ciência Social” (WACQUANT, 2002, p. 97). Nesse período, utilizou-se de métodos estatísticos para registros etnográficos, a fim de corroborar com uma análise minuciosa e gerar interpretações generalizadas que mais tarde reificou suas pesquisas e teorias em obras como “Trabalho e trabalhadores na Argélia” de 1963. Essa remota experiência promoveu um período de produções que o fez desenvolver um dos conceitos mais conhecidos entre suas teorias, a ideia sobre *habitus*.

Retornando à França, tornou-se assistente na Universidade de Lille em 1964 e professor na atual *École des Hautes Etudes* em Ciências Sociais. Nesse momento, Bourdieu iniciou uma densa investigação sobre o ensino universitário juntamente com Jean-Claude Passeron (VASCONCELLOS, 2002). Desde então, Bourdieu passou a perceber que os jovens filósofos do período (principalmente formados na Escola Normal Superior) não estavam mais satisfeitos somente com a filosofia, sobretudo por conta do existencialismo sartriano à tona.

Por consequência desse novo quadro, a atmosfera intelectual do período sofreu mudanças que pareciam

[...] facilitar e valorizar a criatividade e a originalidade. Em virtude disso, [...] a ciência não podia mais permanecer longe dos problemas sociais e políticos, reduzindo-se a uma simples manipulação instrumental (VALLE, 2007, p. 122).

Nesse sentido, Bourdieu percebeu que sua formação filosófica necessitava de mudanças, de buscar algo novo já que a sua transição para as Ciências Sociais, mais especificamente à Antropologia, havia apenas começado. Foi então que iniciou um acompanhamento sobre os trabalhos de Lévi-Strauss, cujo epicentro metodológico está localizado na importância da análise das relações e antinomias presentes em seus primeiros estudos (VALLE, 2007).

Durante o seu trabalho na Universidade de Lille, segundo Wacquant (2002), Bourdieu estudou sistematicamente e ministrou cursos sobre Durkheim,

Weber, Marx, Schutz e Saussure, também sobre Antropologia britânica e a Sociologia norte-americana. Continuadamente, analisou dados coletados durante as viagens à Argélia rural e urbana que fez em suas férias. Foi então nesta época que Bourdieu passou a ser Diretor de estudos da *École des Hautes Études* e fundou o *Centre Européen de Sociologie* (por recomendação de Raymond Aron, professor de Bourdieu e Jean-Claude Passeron, que os formou sociólogos), onde treinou e desenvolveu estudos com grupos de acadêmicos que focaram sua pesquisa nas relações pertinentes à cultura, ao poder e às desigualdades sociais. Sem perceber, Bourdieu passou dos estudos antropológicos (fruto de sua busca por inovação teórico-filosófica somada aos fatos presenciados na Argélia) para a Sociologia, conforme será tratado no item a seguir sobre suas mais importantes contribuições.

Bourdieu faleceu em 23 de janeiro de 2002, deixando um legado sociológico com contribuições que abrangem campos diversos do saber social. Sua influência passa a ser não somente aos pensadores franceses, mas também a intelectuais internacionalmente reconhecidos (VALLE, 2007).

Em seguida, é dado início às discussões essenciais da sociologia de Pierre Bourdieu para a devida compreensão e relação com o objeto de estudo desta dissertação.

2.1.2 Características da Sociologia Bourdieusiana: as Propriedades Estruturalistas e Construtivistas

Neste tópico, pretendeu-se explicar os aspectos da sociologia de Pierre Bourdieu no que diz respeito às propriedades estruturalistas e construtivistas de sua sociologia. Existe uma significativa importância quanto à repulsa de Bourdieu sobre a polaridade entre o objetivismo e o subjetivismo, quantitativo e qualitativo e demais dualidades metodológicas. Nesse sentido, quando questionado sobre algum posicionamento epistemológico, Bourdieu (2004a) recusou-se a definir-se parte de um sistema de rótulos e mencionou ter momentos estruturalistas-construtivistas e construtivistas-estruturalistas em sua pesquisa.

Bourdieu optou por citar ambas as correntes por duas de suas críticas principais: a primeira, pelo fato da existência de uma preocupação desnecessária

quanto à polarização e rotulação epistemológica da ciência em abordagens objetivistas ou subjetivistas, e que por esse motivo seja qual for a teoria presente na investigação, são criadas fronteiras imaginárias para que ambos os polos não sejam mesclados. A segunda crítica centra-se especificamente ao papel do indivíduo nas análises presentes nos citados movimentos científicos. Em menção ao estruturalismo, Bourdieu (2004a) refletiu sobre a antropologia estrutural de Lévi-Strauss e o estruturalismo linguístico de Saussure e, por parte do construtivismo (cuja natureza analítica baseia-se especificamente em uma vertente subjetivista), teceu outros pensamentos sobre o existencialismo radical de Jean-Paul Sartre.

O estruturalismo de Lévi-Strauss deduz que a atividade intelectual individual não possui influência na organização concreta da sociedade. Considera-se que há uma “estrutura” que fundamenta normas insensíveis, responsáveis por determinar os sentimentos individuais e suas condições de manifestação (PIAGET, 1979). Esta característica tornou assim a antropologia estrutural em uma “filosofia sem sujeito” (BOURDIEU, 1968). Para o estudo das transformações fisiológicas, anatômicas e culturais dos indivíduos, que possui variações conforme as diferentes comunidades analisadas (como as tribos indígenas), conforme a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, não dá ênfase ao indivíduo, e sim à estrutura que aplica seu poder de transformação na sociedade (LEVI-STRAUSS, 1966).

Isso quer dizer que o indivíduo, seja qual for o contexto social analisado, não possui a capacidade de agência e nem mesmo consciência própria, o que implica na formulação do conceito de “indivíduo” avesso ao estruturalismo levi-straussiano, que Bourdieu o considera enquanto “agente social”, ou seja, aquele indivíduo dotado do poder de ação, proveniente da racionalidade individual que implica no suporte a uma consciência própria, onde abriga um conjunto de estruturas mentais e categorias de percepções (BOURDIEU, 1989a).

O estruturalismo de Saussure, por sua vez, originou de suas considerações sobre o sistema linguístico, o qual admite a língua como forma (objetiva), diferente de substância (subjetiva). As unidades ou “estruturas” da língua podem definir-se somente pelas suas relações, o que dá origem as “estruturas dos sistemas linguísticos” (BENVENISTE, 1988). A fama das contribuições de Saussure se dá principalmente por considerar o conceito de linguagem como um sistema de signos social e psicologicamente compartilhados, o que torna a linguagem dotada de

uma consistência arbitrária dos conceitos abstraídos da língua e de sua imagem acústica (o conjunto entre o som emitido pela linguagem e o significado compartilhado do que está sendo emitido) (JOSEPH, 2004).

Ambos os estilos estruturais de análise anteriormente explanados não levam em consideração a ação ou consciência individual com o poder de influência em qualquer que seja a estrutura social em contexto. Isso quer dizer que o indivíduo é visto como mero participante silenciado dessas estruturas. Bourdieu (2004a) criticou este denominador comum dos estruturalismos lévi-straussiano e saussureano, pois não se dá a merecida importância ao nível de agência do indivíduo em sua relação com a estrutura – e que, sobretudo, ressalta-se na sociologia bourdieusiana o papel do agente social em sua relação com a estrutura.

Bourdieu (2004a), ao ser indagado sobre esta sua crítica, respondeu:

Eu queria reintroduzir de algum modo os agentes, que Lévi-Strauss e os estruturalistas, especialmente Althusser, tendiam a abolir, transformando-os em simples epifenômenos da estrutura. Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam (p. 21).

Pelo lado do subjetivismo, Bourdieu teceu críticas em relação ao radicalismo existencialista de Sartre, uma vez que “[...] um indivíduo, seja ele quem for, ou um grupo, ou um conjunto qualquer, é uma encarnação da sociedade total enquanto ele tem de viver o que ele é” (SARTRE, 2015, p. 69). Sendo esta a consideração sartreana pelo indivíduo, o autor ainda complementa que todos os projetos individuais, atos e ideais que suporta representam a sociedade como um todo (SARTRE, 2015). Nesse sentido que Bourdieu teceu sua crítica à polarização subjetivista de uma análise social. Através desta perspectiva ao construtivismo, o qual Bourdieu (2004a) pretendeu debater sobre a gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que constituem, constroem e fundamentam o “agir” do agente social. Os agentes sociais, estes que por sua vez representam a objetivação do indivíduo na estrutura e, quando em coletivo, se configuram em uma forma de espaço que categoriza suas respectivas posições (BOURDIEU, 2004a).

O estruturalismo-construtivista e o construtivismo-estruturalista bourdieusiano se referem aos significados atribuídos para as interpretações sobre a

realidade social. É nesse sentido que Bourdieu e Wacquant (1992) procuraram explicar como o olhar epistemológico inculcava diretamente a maneira de se interpretar aquilo que estava sendo analisado como fenômeno social. O ponto-de-vista objetivo (estruturalista) se refere ao aspecto materialista da ciência social, que reconhece a consciência e as interpretações dos agentes como componentes fundamentais para entender o motivo pelo qual a sociedade possui e constitui em si uma estrutura objetiva, e também por representação e vontade dos indivíduos enquanto agentes.

Entretanto, é importante ressaltar que as características apontadas até o momento representam parte de um conjunto de outras propriedades significativas para a compreensão da teoria bourdieusiana como um todo, sem que haja o risco de cair na armadilha do estudo fragmentado de sua sociologia. Nesse sentido, fez-se necessário explicar sobre os aspectos onto-epistemológicos em Bourdieu, tratando especificamente de uma **ontologia historicista** e de uma **epistemologia histórica**.

2.1.3 Debates Onto-epistemológicos: Sobre o Conceito de História em Bourdieu

As elucubrações e argumentações levantadas até aqui sobre Bourdieu tratam de algumas das particularidades epistemológicas da elaboração de sua teoria social. E para adentrar aos debates onto-epistemológicos em Bourdieu, faz-se necessário levantar explicações sobre o conceito de **história**. A história, para Bourdieu (1989a), representa o arcabouço de experiências sociais que os agentes incorporam em seus respectivos repertórios conforme o agir social em diferentes contextos individuais. A orientação filosófica e que constitui na primeira fonte de inspiração de Bourdieu quanto ao historicismo se baseia em três principais referências: Canguilhem, Bachelard e Koyré (STEINMETZ, 2011). Tais referências permitiram ao sociólogo francês que compreendesse a importância do atributo da reflexividade que o fizesse se interessar por uma “sociologia da sociologia”, a qual Bourdieu argumentou pela importância da historização da ciência.

A segunda fonte de inspiração para Bourdieu optar por uma ontologia historicista a qual diz estar inscrita nas estruturas mentais (o que mais tarde chamou

de *habitus*) dos indivíduos trata de uma superação da dualidade entre a teorização anti-empírica e o empirismo ateu (STEINMETZ, 2011). Ao notar que parte de autores norte-americanos estavam migrando de um porte de pesquisa proveniente do paradigma positivista para abordagens alternativas de investigação, foi notável a presença em estudos franceses de aspectos históricos nas análises sociológicas.

O terceiro fator que levou Bourdieu a dar atenção sobre a contribuição da análise histórica a sociologia também esteve presente em um movimento da sociologia francesa que, iniciado por Durkheim, deu a devida consideração ao aspecto histórico e a importância da união dessa disciplina à sociologia. Conforme Durkheim (1982), não há sociologia que se dá o devido respeito que não possua característica histórica. E para que seja possível melhor compreender como a história se faz presente em aspectos ontológicos e epistemológicos da sociologia bourdieusiana, faz-se necessário entender a maneira que Bourdieu opta por analisar os fenômenos sociais. De maneira característica de sua teoria, Bourdieu (2004a, 2008, 2009) defende uma das principais propriedades de sua sociologia: preocupa-se com maior consideração quanto ao *modus operandi*, do que com o *opus operatum*, isto é, preocupa-se mais ao modo como o fenômeno social foi produzido do que exatamente o fenômeno em si.

Por esta propriedade de sua sociologia que Bourdieu explica a sua afinidade com uma **ontologia historicista**: “Eu não diria, entretanto, de uma ontologia, ao menos que alguém esteja pronto para aceitar o conceito (verdadeiramente oxímoro) de uma *ontologia historicista*” (BOURDIEU, 1993, p. 273, tradução nossa). A ontologia historicista de Bourdieu (1993) abrange principalmente a visão do sociólogo sobre a existência dos agentes. A história, enquanto sinônimo do estado de ser, é representada por duas formas: pela história reificada, representada por um espaço microcósmico de relações, o qual chamou de campo; e a história incorporada, na forma das estruturas mentais e categorias de percepção representadas pelo *habitus* (BOURDIEU, 1989a, 1993).

A história reificada representa aquele conjunto de experiências sociais que, em determinado contexto social, por meio do processo de objetivação, se torna em uma forma de “história feita coisa”. Isto significa que a história passou a ser formalizada (seja na forma de lei, protocolo social documentado, entre outras formas objetivas) e que reificou um conjunto de modos sociais de ação em diferentes

contextos. Já a história incorporada é o que Bourdieu (1989a) chamou de “história feita corpo”. A história incorporada representa todo o conjunto das experiências sociais que ainda estão presentes e incorporadas nas categorias de percepção dos agentes, sendo esta história proveniente do processo de socialização do indivíduo no contexto em que se encontra (1989a).

Levando em consideração as duas formas de histórias presentes no contexto social dos agentes, e também considerando a ciência e a incorporação do conhecimento como ambos fenômenos sociais presentes nas relações entre os indivíduos em determinadas ocasiões sociais, o fato de “conhecer” e de se “produzir ciência” se tornam ambos dependentes também da história. Mais especificamente, se trata da presença das duas formas da história que compõem o “ponto de vista sociogenético” (BOURDIEU, 1993), o qual Bourdieu debateu como um *modus operandi* da “criação da mente”. Se todo conhecimento faz parte de um processo histórico e que é gerado ou modificado de acordo com os fenômenos sociais que ocorrem no contexto analisado sobre a produção do conhecimento, isto significa que o processo de objetivação da história incorporada é oriundo de uma **epistemologia histórica**.

A visão sobre o *modus operandi* sobre a construção do conhecimento também considera a perspectiva histórica em seu escopo. Para a compreensão de como a epistemologia histórica contribui para enriquecimento da ciência, existem seis princípios advindos de uma inspiração em Bachelard, presentes na sociologia bourdieusiana, que explicam a relação entre a história e a construção do conhecimento científico:

1. **Racionalismo aplicado**: trata-se da importância do uso da razão no método científico, como uma forma de “materialismo técnico” (BROADY, 1996);
2. **Ciências em seus próprios pés**: o pensamento científico precisa ser autônomo o suficiente para que consiga discernir doutrinas tradicionais filosóficas do senso comum do conhecimento (BROADY, 1996);
3. **Rupturas e obstáculos**: as ciências, de acordo com Bachelard, precisam abordar as rupturas como formas habituais do pensamento, que servem de obstáculos para o progresso do pensamento científico tanto das doutrinas filosóficas, quanto do senso comum. Os obstáculos epistemológicos são

necessários para que as rupturas quanto ao pensamento científico gerem novos conhecimentos. Novas experiências epistemológicas negam experiências antigas a fim de superar obstáculos inevitáveis para o progresso da ciência (BROADY, 1996);

4. **Primazia das relações:** representa a importância de uma análise vinculada aos sistemas de relações, sendo esta última responsável por agregar mais atenção às investigações sociais do que as análises individuais (BROADY, 1996).
5. **Construcionismo:** na visão de Bachelard, cada ciência deve construir seus próprios objetos, tendo ênfase principalmente no processo para a construção dos objetos. Desta maneira, o objeto de análise agrega ainda mais riquezas analíticas e objetividade do que a própria experiência imediata (BROADY, 1996).
6. **Epistemologias regionais:** para Bachelard, nenhuma ciência é unificada. Portanto, as “regiões” da ciência devem ser respeitadas, levando em consideração o papel de cada cientista que insiste em reservar seus esforços científicos em relação a tempos e lugares específicos do conhecimento a ser pesquisado (BROADY, 1996).

Bourdieu (STEINMETZ, 2011) tem sido mal compreendido como um teórico “a-histórico”, o que legitima um equívoco ainda mais severo, capaz de comprometer a compreensão sobre os principais conceitos bourdieusianos e os respectivos métodos de análise em suas obras, uma vez que, de acordo com Bourdieu, todo objeto social é histórico (STEINMETZ, 2011). Bourdieu (1993), ao tratar sobre o aspecto histórico de sua teoria, também critica a forma que outros autores se apropriam de sua sociologia sem considerar a trajetória histórica da construção do conhecimento, tornando a teoria bourdieusiana fragmentada e, como disse ele mesmo, “pós-modernizada”, o que implica em uma série de equívocos sobre como a teoria social foi construída para chegar a definição e às propriedades que possui.

Tendo essas explicações levantadas, em síntese, ao estudar a sociologia bourdieusiana, deve-se considerar algumas propriedades: primeiro, que Bourdieu interessou-se mais em analisar a forma da produção do fenômeno (*modus*

operandi), antes mesmo de preocupar-se com a análise do fenômeno em si mesmo (*opus operatum*); segundo, que é de significativa importância a consideração sobre o papel da história, enquanto um repertório de experiências incorporadas nos agentes sociais, principalmente em aspectos ontológicos e epistemológicos da sua sociologia; e por último, que para a compreensão sobre a construção de sua teoria, fez-se necessário entender a relação entre a história e o processo de construção sociológico dos conceitos, tal como uma forma de síntese entre os dois primeiros pontos aqui levantados. Após a explicação sobre as bases ontológicas e epistemológicas da teoria bourdieusiana, em sequência são iniciadas as explicações sobre os principais conceitos da sociologia de Bourdieu.

2.1.4 Sobre a Tríade Conceitual de Bourdieu: Definições e Propriedades dos Conceitos de Campo, *Habitus* e Capital

De acordo com Bourdieu e Wacquant (1992, p. 9, tradução nossa),

Acontece que indivíduos têm o conhecimento prático do mundo e investem esse conhecimento prático em suas atividades ordinárias. “Diferente da Ciência natural, uma antropologia total não pode manter as construções de relações objetivas, porque a experiência dos significados é parte e parcela do significado total da experiência” (Bourdieu et al. 1965: 20).

O que foi citado anteriormente constitui a caracterização do que Bourdieu (1989b) chamou de uma objetividade de primeira ordem, cujos mecanismos sociais do cotidiano são ordinariamente percebidos pelo pesquisador social, incluindo também as falas pertencentes ao senso comum. A objetividade de segunda ordem diz respeito ao lado subjetivista (construtivista) sobre a percepção da realidade social. Para Bourdieu e Wacquant (1992), em contraste ao objetivismo estruturalista, este olhar subjetivista diz respeito a contínua ação de agentes sociais competentes das práticas cotidianas, o que torna a sociedade não mais uma estrutura, mas um produto emergente de decisões, cognições do consciente e inconsciente socialmente imersos. Nesse sentido, os agentes tornam deste lugar de suas práticas cotidianas um local familiar e significativo, isto é, um mundo social.

O mundo social, para Bourdieu (1983a), pode ser interpretado a partir de três diferentes formas do conhecimento: duas, das quais já discutidas,

subjetivamente e objetivamente, e uma terceira que é a forma praxiológica. O conhecimento fenomenológico representa a forma subjetiva, que compreende as explicações sobre a experiência do indivíduo e a relação deste com o mundo social que Bourdieu (1989b) explica a partir de influências de Alfred Schutz. Em oposição ao objetivismo de Durkheim, Schutz (1962) descreve que o campo observado pelo cientista social possui uma estrutura de significado e relevância ao indivíduo, o que o faz viver, agir e pensar conforme a série de construtos. Estes construtos a que Schutz se refere aos construtos de objetividade de segunda ordem que foi discutido anteriormente, que são construtos dos construtos (por isso o nome de segunda ordem) feitos pelos atores da própria ação social (BOURDIEU, 1989b). Nesta instância subjetiva, o conhecimento científico do cientista social se complementa ao conhecimento proveniente do senso comum.

O segundo tipo de conhecimento é o objetivista, que diz respeito à maneira que as relações se estruturam na sociedade, conforme o que já foi discutido. O objetivismo estabelece regularidades, como em forma de leis e estruturas, que representam diferentes formas de sistematização das relações (BOURDIEU, 2009). Ele em si, quando referido ao aspecto relacional devidamente regularizado, não leva em consideração a vontade individual, pois se trata de um plano subjetivo do consciente do agente. O objetivo é explicar a vida social por causas profundamente estruturadas, que não invada o espaço subjetivo. Durkheim, por influências kantianas, conheceu o fato de que a realidade não pode ser analisada apenas a partir de instrumentos lógicos, categorias e classificações. Mesmo assim, o objetivismo visa, por meio de uma tendência positivista, considerar que as classificações provenientes da vida social são meras partições “operacionais” (BOURDIEU, 1989b).

O terceiro tipo de conhecimento, para Bourdieu (1983a), refere-se ao que foi chamado de “praxiológico”, aquele conhecimento que está para além da abrangência do conhecimento objetivista e do conhecimento subjetivista. Para Bourdieu (2009):

O objetivismo constitui o mundo social como um espetáculo oferecido a um observador que adota “um ponto de vista” sobre a ação e que, ao importar ao objeto os princípios de sua relação com o objeto, faz como se estivesse destinado somente ao conhecimento e como se todas as interações com ele se reduzissem às trocas simbólicas. [...] A teoria da prática como prática evoca, contra o materialismo positivista, que os objetos de conhecimento são *construídos*, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema das disposições

estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas (p. 86).

Advindo do conceito de prática para Bourdieu, o conhecimento praxiológico considera as duplas relações de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade, isto é, a relação dialética entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais dos agentes do campo (BOURDIEU, 2009). A prática para Bourdieu não é um conceito categoricamente definido, mas sim construído. Ela é o “senso de jogo” e o próprio “sentido do jogo”. A teoria da prática refuta a divisão entre a racionalidade objetivista e da ação inconsciente subjetivista dos agentes,

Para Bourdieu (2004a), a realidade social,

de que falam os objetivistas, também é um objeto de percepção. E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade. (p. 156-157).

A sociologia, para Bourdieu (2004a), deve considerar a percepção do mundo social a partir da construção das visões de mundo, que são elementos que também auxiliam para a construção de um determinado mundo social. Sendo assim, não se considera a existência de um sujeito universal, com propriedades universais e regras universais que o regem enquanto sujeito ou indivíduo percebido como evidente no mundo social. Considera-se a existência de um agente construído a partir de estruturas provenientes do próprio mundo social em que está contextualizado, cujas estruturas mentais e categorias de percepção são incorporadas, interiorizadas e comparadas entre os agentes de um mundo social a fim de diferencia-los entre eles mesmos, dando origem a um espaço social.

O espaço social, enquanto “um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” (BOURDIEU, 2004a, p. 160), remete aos posicionamentos ocupados pelos agentes no mundo social. Enquanto um espaço de relações entre diferentes posições sociais ocupadas por agentes sociais, o espaço abriga como aspecto subjacente ao relacionamento social que, entre os diferentes posicionamentos ocupados pelos agentes, a diferença existente entre uma posição hierarquicamente mais alta, por quem está categoricamente abaixo é o fundamento da distinção do qual Bourdieu (2015a) discute. Por este contexto, Bourdieu descreveu que

A distância objetiva mínima no espaço social pode coincidir com a distância subjetiva máxima: isso, entre outras razões, porque o mais “vizinho” é o que mais ameaça a identidade social, isto é, a diferença (e também porque o ajuste das esperanças às possibilidades tende a circunscrever na vizinhança imediata as pretensões subjetivas) (BOURDIEU, 2009, p. 230).

O espaço social, levando em consideração a sua ideia central, abriga o significado de diferir, significar-se, ocupar uma posição de oposição e não ser indiferentes às categorias de percepção (BOURDIEU, 2008). Estas categorias são, essencialmente, “produto da incorporação das estruturas objetivas no espaço social” (BOURDIEU, 1989a, p. 141). Sendo assim, levam aos agentes a aceitarem tacitamente suas posições e se faz coerente marcar, sustentar, respeitar e fazer ser respeitado o mundo social tal como ele é (BOURDIEU, 1989a).

De maneira mais aprofundada, Bourdieu (1989a) atentou-se ao poder existente sobre as posições em seus espaços sociais específicos, o que o fez concluir que “[o] conhecimento da posição ocupada [...] comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes” (p. 136), informação esta que determina quem são os agentes que ocupam as posições sociais. Considerar as diferentes posições ocupadas pelos agentes sociais, as forças que conduzem estes agentes a se diferenciarem entre eles e as práticas que os levam a adquirirem posições cada vez mais altas, significa considerar a existência de uma estrutura objetiva chamada de campo para Bourdieu.

O campo, uma estrutura microcósmica que se configura em formas social, de forças, de lutas e de poder, e que também representa diferentes temas (artístico, político, jurídico e etc.) compreende objetos subjetivamente reais (hábitos e costumes) e subjetividades objetivamente representadas (símbolos) construídos e significados historicamente (BOURDIEU, 1989a, 2008). É um espaço de transição entre o objetivo e o subjetivo que, por meio da doxa (verdade absoluta, inquestionável e compartilhada do campo), tornam a objetividade e a subjetividade do campo capazes de estruturar a realidade do indivíduo.

Os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento. Entre a vantagens sociais daqueles que nasceram no campo, está precisamente ao fato de ter, por uma espécie de ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo, leis não escritas que são inscritas na realidade

em estado de tendências e de ter o que se chama em rugby, mas também na Bolsa, o sentido do jogo (BOURDIEU, 2004b, p. 27-28).

O campo, para Bourdieu, trata-se de “[...] um ponto num espaço de relações objetivas [...] de oposição e de concorrência que a ligam ao conjunto das instituições” (BOURDIEU, 1989a, p. 30-31), um microcosmo que possui leis próprias, uma estrutura objetiva. Esta estrutura possui uma forma de energia acumulada de lutas passadas entre agentes que almejavam pela dominação do campo. Desta forma, é possível afirmar que existe por meio deste acúmulo uma carga histórica responsável pela construção e estruturação do discurso dominante do campo (BOURDIEU, 2004b, 2015b).

Esses agentes que estão inseridos no campo se interessam pelas lutas por conta de um fenômeno chamado de *illusio* para Bourdieu, um falso pertencimento ao campo que faz o agente “[...] estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena jogar” (BOURDIEU, 1996, p. 139). A *illusio* pode ser compreendida como um interesse desinteressado, isto é, mais especificamente acreditar na relevância do jogo do que no jogo em si (BOURDIEU, 1996, 2004b).

Os agentes inseridos neste campo lutam pela dominação desse microcosmo, dotados de capitais acumulados de lutas passadas (BOURDIEU, 2004b). O campo na forma de um campo de lutas, tem em sua essência o posicionamento dos agentes que criam estratégias próprias e específicas para o atendimento de um interesse comum. As estratégias, para Bourdieu (2009), são ações de improvisação, produto de uma avaliação das posições sociais dos agentes. Trata-se de “[...] uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe” (BOURDIEU, 2004a). Sendo assim, é possível constatar que cada campo social possui sua própria especificidade, até mesmo no que se refere às suas lutas (BOURDIEU, 2004b), pois:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal, que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 1989a, p. 135).

As ações dos agentes são guiadas por estruturas mentais incorporadas, que agem ora como estrutura estruturante, ora estrutura estruturada, que na praxiologia de Bourdieu (2004a, 2009) foi chamado de *habitus*. O conceito de *habitus* traduz as práticas dos indivíduos e grupos de indivíduos em determinado contexto, levando em consideração as estruturas formais de instituições e outras relações sociais estabelecidas em um mesmo patamar de formalidade, abrigam as estruturas mentais relativas as posições ocupadas dos agentes (BOURDIEU, 2004b, 2008, 2009). O *habitus* são maneiras de ser permanentes e duráveis dos agentes que são incorporados com o intuito de caracterizar intrinsecamente pensamentos, percepções, expressões e ações, os quais os limites se encontram em condições histórica e socialmente situadas dos agentes (BOURDIEU, 2009).

Bourdieu (2008) afirmou que, entre as funções sobre a noção de *habitus*, ela define a unidade de estilo que vincula práticas e bens de um agente a posição que ocupa e lhe pertence no campo. Sendo assim, o *habitus* torna-se o princípio que une os agentes pelas suas características de percepção, a posição dos agentes, seus bens e suas práticas cotidianamente adotados, que dizem respeito às respectivas categorias de percepção do mundo social. O *habitus* para os agentes sociais também se comporta como “maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, leva-los a resistir, a opor-se às forças” (BOURDIEU, 2004b, p. 28) do campo, isto é, constitui como incorporação de autonomização e diferenciação do campo em questão. Se faz uma decisão do agente opor-se ou conservar as forças existentes no campo em que se encontra, pois, em certo sentido, os riscos não são previsíveis em uma realidade socialmente construída sobre a posição tomada em relação a ela.

O *habitus* pode ser visto também como uma ferramenta de ação e disposição estrutural dos agentes sociais que se dispõem a incorporar o *habitus* dominante do campo. Isto significa que há um processo de autonomização da regra do campo em questão. Quando algum *habitus* dominado busca subverter-se à regra do campo, um processo de diferenciação a uma regra pré-estabelecida ocorre (quando não constrangido e quando possível existir) com o interesse de tornar-se um novo *habitus* dominante (BOURDIEU, 1989a, 2004a). O *habitus*, enquanto dominante do campo, fundamenta a *doxa*, que se manifesta em duas diferentes formas: na ortodoxia e na heterodoxia.

A *doxa*, um ponto de vista dominante e inquestionável, um discurso pelo qual não pode ser contrariado (BOURDIEU, 2004a, 2009), que é conservada e protegida pelo *habitus* estruturado, estruturante e dominante no campo, faz existir a ortodoxia por parte dos agentes que a consagram. A ortodoxia é a manutenção da *doxa* praticada pelos agentes do campo. No campo de lutas, cabe aos agentes que se encontram distantes socialmente optar por agir conforme a ortodoxia ou agir contrários à *doxa*, cuja prática dá origem a heterodoxia (BOURDIEU, 1983a, 1989a).

A *doxa*, de maneira objetivada, é encontrada em forma de discurso ou regras que existem para definir as práticas dos agentes presentes no campo social, e que também são categorias geradas e legitimadas pelos próprios dominantes do campo. Como foi explicado, eles estão divididos e hierarquizados entre dominantes e dominados. Estes agentes constituem o campo social e, quando os dominados optam pela subversão à imposição dominante, ambos entram em um campo de lutas, caracterizado pelo conflito. Os dominantes são aqueles que detêm maior poder, por possuírem em maior quantidade e capacidade de movimentação os recursos relevantes para o campo, enquanto que os dominados estão sujeitos à dominação dos agrupamentos de agentes dominantes, que formam o campo de poder (BOURDIEU, 2008).

O campo de poder é um espaço de posições ocupadas por frações dominantes, ou seja, estruturas mentais (gostos, categorias de percepção, estilos de vida) dominantes (BOURDIEU, 2004a). Este campo, abriga em si as lutas por mais autonomia (BOURDIEU, 2004b). Bourdieu (2004b, 2008) afirma que há um “coeficiente de refração”, o qual mede a autonomia do campo de poder em relação ao espaço social. Seria como, metaforicamente, se a luz proveniente do ambiente externo fosse a representação do ambiente macrocósmico, e ao tocar o elemento refratário (como a água, por exemplo), a luz é desviada da sua trajetória inicial. O ângulo desse desvio representa o grau de autonomia e a luz que está no elemento refratário representa o ambiente microcósmico.

Esta refração indica que, essencialmente, o campo de poder, mesmo que desalinhado da trajetória inicial, é iluminado pela própria luz do espaço social, fazendo-o possuir, em si, as mesmas formas e aplicar em si as mesmas leis. Por meio da refração

[...] é que se pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (poesia, romance e teatro, por exemplo) ou entre diferentes concepções artísticas (a arte pela arte e a arte social, por exemplo), que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica (BOURDIEU, 2008, p. 61).

O poder o qual legitima a dominação é chamado de poder simbólico. Trata-se de um poder quase-mágico capaz de fazer ver e fazer crer, que permite ao indivíduo obter o equivalente adquirido pela força, ignorando o exercício arbitrário da própria força (BOURDIEU, 1989a). O poder simbólico é uma força que se encontra em toda a parte, ao mesmo tempo em parte alguma. Isso quer dizer que se faz necessário descobri-lo onde ele é completamente ignorado (e por conta disso, se faz reconhecido), onde há a presença de uma cultura dominante e onde se estabelece um sentido imediato sobre o mundo social por meio de símbolos geradores de integração social (BOURDIEU, 1989a, 2004b).

O poder simbólico se relaciona com o espaço social e com o campo quando considerado um poder de construção social. Ele é responsável por “tender a estabelecer” uma ordem social, ou seja, não que necessariamente seja percebido o responsável para tal, mas “simbolicamente”. A ordem social referida é a que dá sentido imediato aos agentes do campo sobre o mundo que os cerca (BOURDIEU, 1989a). O poder simbólico, para Bourdieu (1989a, 2001) não é um poder “dado” objetivamente, mas sim um tipo de poder construído. O exercício do poder simbólico se relaciona com os agentes sociais, pois são eles que o constrói. Os agentes estão sujeitos a dominação simbólica, que se trata de um tipo de servidão não-voluntária ao poder e ao seu detentor, imposta por meio da violência simbólica, uma forma irreconhecível, transfigurada e legitimada da própria violência formal (BOURDIEU, 1989a).

A propriedade simbólica do campo de lutas carrega em si as lutas simbólicas. São essas lutas que acontecem no interior do campo e que ressaltam a propriedade distintiva entre os agentes sociais. Nesse sentido, Bourdieu afirma que

As lutas simbólicas sobre o ser e o parecer, sobre as manifestações simbólicas que o sentido das conveniências e inconveniências, tão escrito quanto as antigas leis suntuárias, atribui às diferentes condições - "Quem ele pensa que é?" - ao estabelecer a separação, por exemplo, entre o verdadeiro "chique" (feito de facilidade, naturalidade e desenvoltura) e a simples "chiqué", desvalorizada pela suspeita de premeditação e afetação, portanto, de usurpação, têm como fundamento e pretexto a parcela de liberdade em

relação à condição fornecida pela lógica própria das manifestações simbólicas (BOURDIEU, 2015a, p. 235).

O campo de lutas simbólicas se forma quando a autoridade das categorias de percepção e das estruturas mentais dos dominantes, que tornam essas estruturas incorporadas como estruturas dominantes do campo, é confrontada pelos dominados, o que implica o conflito simbólico gerador de práticas duráveis que resistem às imposições do *habitus* dominante (BOURDIEU, 1989a, 1996, 2004a). No entanto, para que os dominantes mantenham sua posição no campo enquanto detentores do poder, estes constroem as ações dos dominados por meio da imposição de regras, que se manifestam na forma da *regere fines*, permitidos por uma *regere sacra* (BOURDIEU, 1989a; JAN-CHIBA et al., 2017).

Bourdieu (1989a) nomeou como a *regere fines*, a ação de delimitação das fronteiras por aquele que possui o poder da *regere sacra*, definida como a autoridade de fixar regras, que sanciona, santifica e consagra as normas. Esta ação, por se tratar da imposição de percepções por meio do poder de quem exerce o discurso performativo, é construída e estruturada pela história e pelo poder simbólico.

A *regere fines*, enquanto dotada de um poder simbólico de imposição e de institucionalização das fronteiras que transformam a realidade com pretensões subjetivistas, demarca os limites de ação dos agentes sociais envolvidos no campo (BOURDIEU, 1989a). Tal poder simbólico, acumulado e reproduzido ao longo do tempo, tem sua energia simbólica fortalecida, à medida que a história incorporada, legitimada em sua forma reificada, se reproduz. As ações que são efeito desta imposição pretensiosa geram as lutas simbólicas em estado isolado das relações de forças. Este poder é explicado pelo exercício de nomeação, que significa

[...] o ato da magia social que consiste em tentar dar existência à coisa nomeada [que] será bem sucedido quando aquele que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo-social: *regere fines*, *regere sacra*, consagrar um novo limite (BOURDIEU, 1989a, p. 116).

Esse poder de nomeação está presente na figura do Estado, por exemplo, que carrega a permissão da *regere sacra* para definir o mundo social a sua imagem por meio da *regere fines*. O Estado, detentor da *doxa*, forma os críticos que são responsáveis por dizer o que é e o que não é, de determinar o que pode ou não

ser ou estar, o que pode ser chamado de parte ou não do campo (BOURDIEU, 1989a). Em uma perspectiva mercadológica dos bens artísticos, pode-se dizer também que os burgueses possuem esse poder da *regere fines*, ao deter a ação adquirir a arte de determinado artista e não de outro, fazendo o “mercado” funcionar de acordo com o “gosto” predominante (BOURDIEU, 2015a).

O exercício normativo, que legitima a dominação, subtrai as estruturas e histórias incorporadas daquele grupo, dominado, socialmente necessitado de ser percebido como distinto por meio do *habitus* (BOURDIEU, 2009). Um dos efeitos do *habitus* é que ele também pode fundamentar práticas próprias da heterodoxia, que se centra na tentativa de libertação das amarras da *doxa* e de subversão à posição de dominado (BOURDIEU, 1989a). A *doxa*, enquanto um discurso, uma construção linguística de regras e normas (BOURDIEU, 2004a), construída, incorporada e reificada historicamente como dominante, é responsável pela determinação das regiões, ou seja, os limites de ação do próprio campo social.

O conceito de região busca fundamentar as margens de improvisação, o que Bourdieu (2004a, 2009) deu o nome de estratégia, que geram a aceitação dos agentes pela dominação simbólica imposta, conforme as posições dos agentes no campo, como dominados ou dominantes. Bourdieu (1989a) explica que essa concepção vai além da compreensão de fronteiras geográficas, pelo fato de uma região também ser um espaço territorialmente demarcado por meio de estratégias simbólicas, ou seja, as ações dos agentes que também são produto da consciência e da racionalidade (BOURDIEU, 2004a), as quais fazem ver e fazem crer a existência de limites e locais adequados para cada tipo de agente (detentor do poder ou submisso ao poder, dominante ou dominado).

O discurso regionalista dominante é responsável por definir subjetivamente as “fronteiras” sob o exercício do poder de autoridade, o poder responsável pela delimitação da região por meio de um ato performativo proveniente do seu caráter legítimo. Subjetivamente, pois essas fronteiras também se constroem e se configuram conforme as estruturas historicamente produzidas são incorporadas a região (BOURDIEU, 1989a). No interior desta região é característico encontrar lutas simbólicas, que colocam em jogo o poder de apropriação daqueles que desejam a autonomia na região, em busca dominação do campo (aqui há a presença de uma forma de revolução simbólica, uma revolução cuja existência não é dada como

objetivada, mas que silenciosamente age como uma luta, um confronto formal contra a dominação e sobre os efeitos de intimidação da *doxa*) (BOURDIEU, 1989a, 1996).

A interpretação dos cientistas sociais sobre as causas desses choques que formam os campos de luta recai negativamente a um processo de categorização. Bourdieu (1989b) argumenta que tal preocupação com categoremias substitui o juízo crítico lógico pelas representações, que são um conjunto de símbolos (como rituais, ícones, estatuetas, figuras e imagens religiosas ou não, que se fazem presentes no discurso e na prática social dos agentes) que representam o interesse regional de alguma parte do corpo de agentes, em suas formas práticas. Essas formas já se encontram na região como dadas e descritas e são responsáveis também por fazer aparecer as ilusões e incoerências pelo fato de aparentarem ser imutáveis, e que, no entanto, são substituíveis quando houver outra forma de manipulação simbólica mais poderosa (BOURDIEU, 1989a).

Essas lutas no campo são consideradas mediante alguns aspectos específicos, principalmente quando os motivos se resumem à imposição da dominação simbólica construída, estruturada e legitimada como tal, na mais pura aplicação do poder simbólico em busca do privilégio de um (grupo de) agente(s) em relação ao outro, ou seja, um conflito pelo ordenamento da região (BOURDIEU, 2008). Esta força permite que agentes imponham a definição legítima de identidade, da capacidade do agente de incorporar estruturas mentais do campo que se encontra, mimetizar e reproduzir a forma representativa dessas estruturas (BOURDIEU, 2009).

A relação entre o *habitus* e o campo representa uma maneira única e rigorosa de reintrodução dos agentes singulares e suas ações particulares “[...] sem cair de novo na anedota sem pé nem cabeça da história factual” (BOURDIEU, 2004a, p. 63). Este motivo apresentado por Bourdieu é o pelo qual os conflitos se consolidam, tornando o campo em um espaço onde é imposta determinada necessidade de posicionamento dos agentes nele envolvidos (campo de forças), e também onde os interesses e fins diferenciados dos agentes se enfrentam (campo de lutas), de acordo com as estratégias e disposições destes para a conservação ou transformação do campo de poder (BOURDIEU, 1996).

Bourdieu (2004a) argumenta que, assim como a prática, o *habitus* pode ser o próprio sentido do “jogo” no campo, sendo a ação do jogador ao mesmo tempo livre e coagida. O *habitus* é assim incorporado no indivíduo, responsável por

gerar várias formas estratégicas de ação no “jogo” o qual este agente se interessa por jogar. Bourdieu (1996) argumenta que, por mais que os pintores “puros” carreguem habilidades suficientes que os fazem ignorar os interesses comerciais da produção artística (pois assim deve ser a verdadeira denegação econômica), para que tenham voz em determinado campo de lutas, estes acabam sacrificando parte de sua “pureza” ao adotar práticas mercantis em sua arte, tal como os “autores de sucesso” fazem com o menor esforço e maior interesse pelo capital. Assim age o *habitus* em um campo de lutas que, neste caso, se apresenta como uma estrutura estruturada pela inspiração e criação do artista “puro”, a partir de um modo alternativo de se fazer arte, e que busca agir como estrutura estruturante de uma nova estrutura dominante, de um novo discurso, com novos interesses.

Ter como uma das propriedades a análise sobre a posição social dos agentes no campo que atuam implica em julgar as referências pelos quais estes agentes possuem para serem categorizados e determinados nas posições sociais que ocupam. Nesse sentido, Bourdieu (1989a) afirmou que a posição do agente em determinado espaço social pode ser definida pela distribuição de poderes que cabem, em certo sentido, a atuação dos capitais. O capital, para Bourdieu (2015b), segundo a lógica do próprio campo, estabelece quem são os agentes que participam do campo e qual a posição deles no microcosmo. Cada capital funciona de determinada maneira de acordo com o contexto, pois cada tipo

[...] existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo*: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que *têm cotação* neste mercado, sendo pertinentes e *eficientes* no jogo considerado, além de funcionarem, *na relação com este campo*, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas (BOURDIEU, 2015b, p. 107).

O capital é responsável por estabelecer a hierarquia entre os agentes que participam do campo, por meio de funções determinadas de acordo com a maneira que o contexto considera o capital simbólico (BOURDIEU, 2015b). Cada capital funciona de acordo com o contexto, pois cada tipo representa a energia social existente e produz efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, com propriedades específicas.

As propriedades do capital estão associadas à classe e recebe seu valor e sua eficácia em conjunto com as leis específicas de cada campo, isto é, por vezes as propriedades incorporadas ou objetivadas na forma de bens econômicos ou culturais, associadas aos próprios agentes do campo, são eficientes simultaneamente. Os capitais possuem a lógica específica de cada campo e sua “cotação”, ou seja, a pertinência e eficiência no “jogo” considerado, além de funcionarem como fator explicativo das práticas (BOURDIEU, 2015b).

Para Bourdieu (1992, 2003, 2004a, 2004b, 2015a), as principais variações do capital são científico, cultural, econômico, social e simbólico. O capital científico é o fator da distinção no campo científico, particularmente. O capital cultural está atrelado a distinção de gosto do agente entre os demais lugares (do mercado escolar). O capital econômico é a forma objetivada do capital, relacionado diretamente aos termos financeiros e econômicos. O capital social se faz presente para a constituição, legitimação ou instrumentalização de relações sociais. E o capital simbólico é o capital na forma de consagração ou reconhecimento do próprio campo e dos agentes que lutam em seu interior, institucionalizada ou não.

Compreender os capitais significa compreender a forma de acumulação, transferência, de transformação em capital econômico e a maneira pelo qual o próprio capital econômico se converte em algum dos tipos de capitais simbólicos (BOURDIEU, 2003). Cada capital possui sua propriedade, estabelece relações com os outros capitais e exerce um poder no campo, propriedades estas que credenciam este capital, também, como capital simbólico. O capital simbólico justifica o “jogo” praticado dentro do campo e as razões para se jogar este jogo, onde sua correta negociação e aplicação fomentam um poder simbólico que visa instalar e conservar uma dominação simbólica no campo (BOURDIEU, 1989a).

É nesse sentido que Bourdieu explica como as práticas do jogo dentro do campo são capazes de gerar lucros simbólicos. Esses lucros são os ganhos que os agentes proporcionam ao movimentar os capitais no “jogo” do campo (esta metáfora é corriqueiramente utilizada por Bourdieu) (BOURDIEU, 1989a, 2004a). Os lucros simbólicos também são aqueles ganhos que os agentes, em um campo de lutas, recebem ao confrontar a *doxa*, sendo nesse sentido que, caso os agentes dominados consigam se subverter como dominantes no campo, adquirem o capital simbólico como produto da luta (BOURDIEU, 2008). É o caso de um pesquisador, em

seu campo científico, que consegue ser reconhecido aos olhos dos avaliadores de *journals* de alto fator de impacto (portanto, detentores do poder de nomeação por meio de uma *regere sacra*, que os fazem agir conforme a *regere fines*) e, por meio do seu capital científico (que se tornou simbólico no campo científico que se encontra), se subverte de dominado para dominante, como reproduzidor da *doxa* e do *habitus* dominante incorporado ao campo (BOURDIEU, 1983b). Como lucro simbólico, o pesquisador adquire reconhecimento dos avaliadores e, conseqüentemente, do próprio campo, e consagração pelos dominados do campo.

Bourdieu (2004b) afirma que o próprio campo é movimentado por esses capitais, dentre os quais são destacados o capital econômico (o capital financeiro, propriamente dito), o capital social (chamado também de “capital das relações sociais”) e o capital cultural (adquirido nas instituições de ensino, mas também representa a transformação da herança econômica familiar) (BOURDIEU, 2015a).

O capital – que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital económico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (BOURDIEU, 1989a, p. 134).

O capital, enquanto a objetificação do envolvimento do agente ao jogo do campo, produz nas trocas simbólicas de determinados capitais um sentimento de garantia particular, que faz produzir os bens simbólicos ao campo (BOURDIEU, 1980). Para esta pesquisa, especificamente se interessou em abordar um conceito inerente e subjacente à sociologia bourdieusiana em diversos aspectos, que legitima as trocas simbólicas: a crença. A crença institucionalizada, incorporada e objetificada quando conhecida e reconhecida como tal, contribui para a legitimação de um campo que está acumulando a energia social por meio de suas lutas simbólicas e movimentações de

bens simbólicos. É responsável também por reproduzir instituições e agentes por meio das lutas pela dominação do campo (BOURDIEU, 1989a, 2015b) mas que pode ir além, se trata de uma ferramenta norteadora de formalização dos próprios instrumentos e mecanismos de dominação, trata-se de uma crença incorporada no modo de agir do *habitus*.

2.1.5 Para Além da Tríade Conceitual: Esclarecimentos sobre o Conceito de Crença

O conceito de crença para Bourdieu (2008, 2009) possui características diretamente relacionadas com o que se entende em sua sociologia como **corpo** e uma das formas de poder que legitima e auxilia para que a doxa seja objetificada e institucionalizada, o **poder de nomeação**. Nesse sentido, é possível verificar que este conceito abrange dois polos distintos, e que fazem jus ao modo de análise propriamente bourdieusiana: por um lado, há a presença das estruturas mentais e conjunturas incorporadas presentes nas propriedades do conceito de corpo para Bourdieu; e por outro, as estruturas objetivas e estruturantes que regem e orquestram os *habitus*, dotados do poder de nomeação.

O corpo, para Bourdieu (2009), representa um depósito de estruturas cognitivas adquiridas e construídas por meio dos diferentes processos de socialização sofrido pelo indivíduo em sua trajetória histórica, dando origem a rupturas (crises) ou adesões (acordos) com os meios sociais que tem contato. Nesse sentido, considera-se o corpo dotado de um conjunto de estruturas cognitivas, categorias de percepções que dão origem a um *habitus* o qual Bourdieu (2009) chamou de héxis corporal. Por esta héxis, compreende-se também que não apenas o corpo é responsável por moldar e estabelecer a ordem das próprias estruturas mentais do corpo, mas que agentes externos dotados do poder legítimo da violência simbólica e que possam silenciosamente estruturar e orquestrar as categorias de percepções presentes nos corpos são os principais responsáveis pela instauração da crença nas entranhas corporais.

Para que o corpo passe a estar em harmonia com as estruturas objetivas do contexto em que se encontra, se fazem presentes as disciplinas sociais, responsáveis por estruturar o estado de corpo das estruturas mentais. Para Bourdieu

(2009), estas disciplinas disfarçadas na forma de disciplinas temporárias estruturam os *habitus* presentes nas disposições corporais dos agentes de um campo para que o poder legitimado e a dominação simbólica mantenham-se como tais, aceitos e compartilhados como uma doxa originária do campo.

Nesse sentido, o *habitus* enquanto um estado de corpo socializado, estruturado, dotado de incorporações ocorridas das estruturas imanentes em um mundo social, um campo ou um setor particular do mundo social que está contextualizado, possui a percepção tanto do mundo quanto sobre a ação desse mundo. Isso significa dizer que as estruturas incorporadas e as estruturas objetivadas estão em um acordo sobre a percepção, ou seja, aquela que fora construída pelo indivíduo está de acordo com aquilo que é percebido, como se tudo fosse evidente ou parecesse dado (*taken for granted*) (BOURDIEU, 2009). Portanto, se gera uma espécie de “socialização primária” em relação a doxa, uma experiência dóxica sobre o mundo que, em certo sentido, quanto mais prolongada for, maior será o impacto de incorporação das estruturas percebidas como objetivas, o que atribui o mundo “uma crença mais profunda do que todas as crenças (no sentido comum) já que ela não se pensa como uma crença” (BOURDIEU, 2009, p. 144).

As estruturas objetivas, representadas por instituições dotadas do capital simbólico necessário para o exercício do poder disciplinador, são responsáveis por garantirem a integridade da doxa originária que conduz as estruturas mentais a decidirem inconscientemente a aceitarem as condições do próprio *habitus* (BOURDIEU, 2008). Isso só se faz possível pela existência de uma espécie de alquimia simbólica presente na figura das estruturas dotadas do poder que Bourdieu (1989a, 2008) chamou de poder de nomeação. Esta alquimia é sustentada pela existência do capital simbólico necessário que se faça crer que o exercício do poder inerente a ele torne-se legítimo de seu uso. Este poder de nomeação é representado pela figura do Estado para Bourdieu (1989a), a instituição autorizada a nomear aqueles que podem autorizar magicamente as disposições corporais presentes no campo.

Nesse sentido, o Estado é capaz de se apropriar do capital simbólico apropriado, objetivado na forma da lei, e que permite utilizar deste capital para “nomear”. Por este verbo, compreende-se como autorizar, averiguar cargos e procedimentos, criar ou de instituir um ato público como uma venda, o casamento, o

falecimento e entre outros (BOURDIEU, 2008). A importância que se dá a estes conceitos da sociologia bourdieusiana para a explicação do conceito de crença se consolida ao fato de que toda a ordem estabelecida pela magia social do Estado se torna em disposições corporais naturalizadas, enraizadas nas mais profundas dessas disposições, o que torna o agir conforme a ordem do Estado em uma ação “*taken for granted*”, que não passa pelo filtro da consciência e da decisão entre crer ou não naquilo que for decidido pela estrutura do Estado (BOURDIEU, 2008).

A submissão a ordem estabelecida é produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) inscreveram nos corpos e nas estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam: a evidência das injunções do Estado só se impõe de maneira tão poderosa porque ele impôs as estruturas cognitivas segundo as quais é percebido (BOURDIEU, 2008, p. 117-118).

Nesse sentido, há a existência de uma primeira propriedade do conceito de crença para Bourdieu: para que a crença se consolide como tal, faz-se necessário a existência de **um acordo entre as estruturas mentais/cognitivas incorporadas ao corpo social e as estruturas objetivas dotadas do poder simbólico de dominação** (BOURDIEU, 1989a, 2008, 2009).

A crença de que falo não é uma crença explícita, colocada explicitamente como tal em relação à possibilidade de uma não-crença, mas uma adesão imediata, uma submissão dóxica às injunções do mundo, obtida quando as estruturas mentais daquele a quem se dirige a injunção estão de acordo com as estruturas envolvidas na injunção que lhe é dirigida. (BOURDIEU, 2008, p. 171)

A crença pode ser reconhecida, portanto, como uma submissão à doxa, ou seja, uma adesão legitimada, institucionalizada, que faz ver simbolicamente o jogo, o valor do jogo, os interesses inerentes ao jogo que está no campo (BOURDIEU, 2009). Especificamente, se trata de um valor subjacente ao objeto de consagração, proveniente de várias lutas que foram dadas no campo (BOURDIEU, 1980). Nesse sentido, é possível afirmar que, em determinado campo social, sobre posições e classificações delimitadas pelas distinções entre os agentes sociais, pode não haver como escapar a crença: quando legitimada e reconhecida, a crença se fortalece; quando neutralizada pelo agente ao simbolicamente negar sua existência, afirma-se e aceita-se a sua existência, assim como a distância social entre posições

dos agentes no campo; e quando confrontada, dá-se a força para uma nova crença (BOURDIEU, 1980, 2015b).

A crença, quando institucionalizada e verificada como legítima

[...] pode-se fazer funcionar como um modelo heurístico *a contrário* a análise pascaliana da mais insólita, da mais fantástica, da mais improvável, em uma palavra da menos sociológica, de todas as decisões racionais, a *decisão de crer*, consequência lógica do argumento da aposta. [...] a crença se impõe sem discussão como a única estratégia racional; contanto que, evidentemente, se acredite bastante na razão (BOURDIEU, 2009, p. 80).

A vontade de crer não se possibilita a ter acesso à decisão. O princípio gerador da crença se estabelece em uma vontade e consciência “sem violência, sem arte, sem argumento, [que] nos faz crer nas coisas” (BOURDIEU, 2009, p. 82). A crença, dita de outra forma, deve estar acompanhada de uma decisão diferente da decisão de crer, pois ela não pode se estabelecer por meio de condições racionais e nem lógicas. Como sinônimo de aposta, Bourdieu explica que o ato de crer, ainda que se faça possível crer, não se pode crer e crer que a crença decorre de uma decisão de crer. Se a decisão de crer se faz possível, é preciso também esquecer essa decisão de crer. “Dito de outra forma, a decisão de crer só pode vencer se for acompanhada de uma decisão de esquecer, ou seja, de uma decisão de esquecer a decisão de crer” (BOURDIEU, 2009, p. 82).

A gênese da decisão de crer deve estar acompanhada da amnésia da própria gênese. Isso quer dizer que adquire-se a crença por meio de um condicionamento insensível, contínuo, inconsciente, que é exercido pelas condições mais explícitas de apelo da ordem, e que, em conjunto a ilusão do caráter de aquisição da crença, torna-se o refúgio último da liberdade que, ao mesmo tempo, adquire uma “má-fé” logicamente necessitada, e sociologicamente incondicionada (BOURDIEU, 1980, 2009). A crença, como prova de que existe uma relação entre o *habitus* (nesse caso, orquestrado, diferente de incorporado ou reificado) e o campo, permite produzir tudo aquilo que se pode fazer e não fazer em determinadas situações (BOURDIEU, 2001). Seria a nível da realidade social, a crença que fundamenta o senso comum. Como fundamento da crença, portanto, esta automaticamente não é conduzida, por uma decisão, e sim pelo esquecimento da decisão de crer, conforme a explicação de Bourdieu (2009, p. 82):

[...] ao fazer da crença o produto de uma decisão livre, mas autodestrutiva de se libertar da liberdade, dedica-se à antinomia da crença decisória, que não podia escapar aos amadores de paradoxos lógicos: de fato, como observa Bernard Willians, ainda que seja possível decidir crer p , não é possível ao mesmo tempo crer p e crer que o fato de crer p decorre de uma decisão de crer p , de forma que, se se quiser realizar a decisão de crer p , é preciso também apagar essa decisão da memória do crente. Dito de outra forma, a decisão de crer só pode vencer se for acompanhada de uma decisão de esquecer, ou seja, de uma decisão de esquecer a decisão de crer.

Como propriedade da crença, a força para se pensar sobre ela e na lógica da decisão de crer está acompanhada ao esforço de se resolver uma anomia fenomenológica social, sobre a qual exercem condições, decisões e leis sobre a liberdade do agir socialmente (BOURDIEU, 2009). Estas limitações de uma liberdade esquecida são fortalecidas por meio das distinções existentes entre as posições sociais ocupadas pelos agentes, pois

[a]s diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial. (BOURDIEU, 2015a, p. 29)

A crença é responsável por disciplinar os corpos, “[...] crença é o que o corpo (*corps*) concede mesmo quando a mente (*l'esprit*) diz não” (BOURDIEU, 1988, p. 161, tradução nossa). A nível de exemplo, Bourdieu (1988) cita organizações como a igreja, o exército e indústria como grandes disciplinadores do corpo. Nesse sentido também que a crença se legitima como uma construção histórica e produto da violência simbólica. A crença é o fundamento do qual fez Pascal (BOURDIEU, 2001, p. 22) afirmar que “tem razões que a razão desconhece”. O motivo originário da crença é subitamente silenciado nas práticas cotidianas que reproduzem e produzem a crença. Não há motivos para que a crença seja questionada, pois é um hábito que por si só, sem argumento, simbolicamente age para que os agentes acreditem nela (BOURDIEU, 2001).

Tendo em vista a crença como um processo histórico, cuja carga simbólica deste processo constitui a violência simbólica, as estruturas mentais e objetivas deste processo são, conseqüentemente, perpetuados e reproduzidos. Assim funciona a economia dos bens simbólicos quando apoiados ao conceito de crença para Bourdieu (2008). Ao mesmo tempo que ocorre a reprodução ou crise desse sistema econômico, simultaneamente ocorre a reprodução ou a crise da crença, de

acordo com o que as estruturas mentais e objetivas se estabelecem. Para melhor compreender o funcionamento da economia dos bens simbólicos a partir da crença, fez-se necessário discutir os conceitos de distinção e gosto para Bourdieu (2004a, 2015a).

A crença, enquanto engajamento do jogo, pode ser vista também como parte das lutas presentes no campo dos bens simbólicos, ou seja, como pretexto pelas lutas simbólicas que acontecem pelo conhecimento e reconhecimento do nome, pela honra, prestígio, crédito dos distintos (dominantes) aos que pretendem ser distintos (dominados) (BOURDIEU, 2015a). Nesse sentido que a decisão de crer evidencia que o *habitus*, por mais particular que seja, quando um agente dominado pretende entrar no jogo para se tornar dominante, ele é orquestrado conforme a razão legítima, a crença durável (a crença que supera a consciência e vontade do agente) que condena e destrói a razão pura do agente que passa a mimetizar a identidade do campo (BOURDIEU, 2009, 2015a).

Compreende-se, portanto, a crença para esta pesquisa quando há um acordo entre o campo e o *habitus*, uma percepção construída a partir daquilo que parece ser percebido, evidente ou parece estar dado (BOURDIEU, 2008). A experiência dóxica pelo qual o agente passa no campo atribui de maneira mais profunda, aquilo que não é mais percebido historicamente como crença, e sim como sentido comum, “já que ela não se pensa como uma crença” (BOURDIEU, 2008, p. 144). Torna-se, portanto, a crença da própria crença.

3 SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ORGANIZAÇÕES

A presente seção desta pesquisa tem por objetivo descrever, discutir e denunciar, a partir da teoria desenvolvida na literatura nacional e internacional, os conceitos de **sustentabilidade** e **desenvolvimento sustentável**. Ambos são apresentados como termos diferentes, pois conceitualmente possuem interpretações de diferentes epistemologias, principalmente quando se refere ao uso destes ao contexto dos estudos organizacionais.

Para esta seção, foram estruturadas as discussões da seguinte maneira: primeiramente, foi abordada a crise ambiental a fim de contextualizar os motivos pelos quais os outros conceitos surgiram na literatura acadêmica; posteriormente, foi descrito o conceito de sustentabilidade, buscando-se discuti-lo conforme diferentes vertentes de interpretação; após este, o conceito de desenvolvimento sustentável teve o mesmo tratamento a fim de possibilitar a criação da próxima seção em particular; a penúltima seção foi dedicada para discutir os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável às, para, das e conforme as organizações. Para esta última, o conceito de organização é discutido de acordo com as teorias organizacionais debatidas na literatura científica da área.

A última seção foi dedicada para o atendimento de uma necessidade implícita desta pesquisa, que trata da leitura sobre a construção e dos próprios conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, atrelado ao contexto organizacional, sob uma perspectiva bourdieusiana. O objetivo desta última é evidenciar o relacionamento teórico com a leitura sociológica, apropriando-se das teorias de Pierre Bourdieu, a fim de contribuir com aspectos teóricos-empíricos para a compreensão da organização como uma realidade socialmente construída e a presença da crença no que se refere ao tema sustentabilidade e desenvolvimento sustentável para a organização.

Nesse sentido, a próxima subseção, como discutido, dedica-se à explicação sobre a crise ambiental.

3.1 A HERANÇA DO CAPITALISMO: A CRISE AMBIENTAL

A crise ambiental, para Leff (2005, 2009), transcende o âmbito dos impactos ecológicos, representa além das disparidades sociais do mundo globalizado, significa então uma crise da racionalidade e do conhecimento. Este conceito de crise ambiental representa parte de várias interpretações sobre os motivos pelos quais as considerações sobre o meio ambiente se tornaram, historicamente construída, o foco de debate em âmbito global. Discutir sobre este fenômeno representa ressignificar a racionalidade que deu origem a estrutura capitalista de produção e aos mecanismos de crescimento econômico denegantes da natureza e elucidar sobre o papel dos seres humanos em sua relação com o meio ambiente para além do patamar biológico, mas também questionar a curiosa vontade racionalmente irracional de “conquistar” a natureza (LEFF, 2005; REDCLIFT, 2014).

O modelo produtivista que está atrelado aos costumes capitalistas do consumo é responsável por retirar recursos advindos da natureza, a fim de satisfazer necessidades humanas desde o âmbito fisiológico (como alimentos enlatados e derivados) até os aspectos de *status* social (como roupas de marcas renomadas ou aparelhos tecnológicos de comunicação). Esse ciclo de consumo representa a abdicação da responsabilidade humana para com o universo ambiental, pois para a perspectiva capitalista, o consumo é uma condição necessária para a existência humana (REDCLIFT, 2014). O colapso ecológico é produto do crescimento industrial de países do Norte (desenvolvidos), o que ocasiona um parâmetro de produção e consumo que países do Sul (subdesenvolvidos ou emergentes) não conseguem acompanhar. A reprodução do capital originada dos países desenvolvidos faz com que os outros países com menos recursos aumentem ainda mais a degradação de recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento dos seus próprios interesses econômicos e atingir o mesmo nível de prosperidade econômica de países desenvolvidos (REDCLIFT, 2014).

Para que o modo de pensar desenvolvimentista se alinhe às inevitáveis preocupações ambientais, é necessário que ambas as dimensões recaiam sob uma ação política. No entanto, a presença de um intermédio político não significa necessariamente eficiência ambiental. Segundo Redclift (2014), existem quatro motivos (pelo menos) que desmistificam o porquê sociedades contemporâneas são

desmotivadas a elaborar políticas ambientais eficientes. Primeiro, por conta do desenvolvimento de tecnologias e a divisão internacional do trabalho, pois ambos contribuem para que as “causas” e os “efeitos” de esgotamento de recursos sejam ignorados, consequência da prioridade que é dada para a satisfação das necessidades humanas. Por exemplo, a decisão de comprar comida enlatada está atrelada ao benefício da facilidade de acesso e de preparo do alimento, o que pode sobrepor a decisão de não comprar tal produto mesmo que seja produzido por operários que trabalham em condições adversas ao ser humano, e que os resíduos gerados tanto pela produção quanto pelo consumo sejam prejudiciais ao meio ambiente (REDCLIFT, 2014).

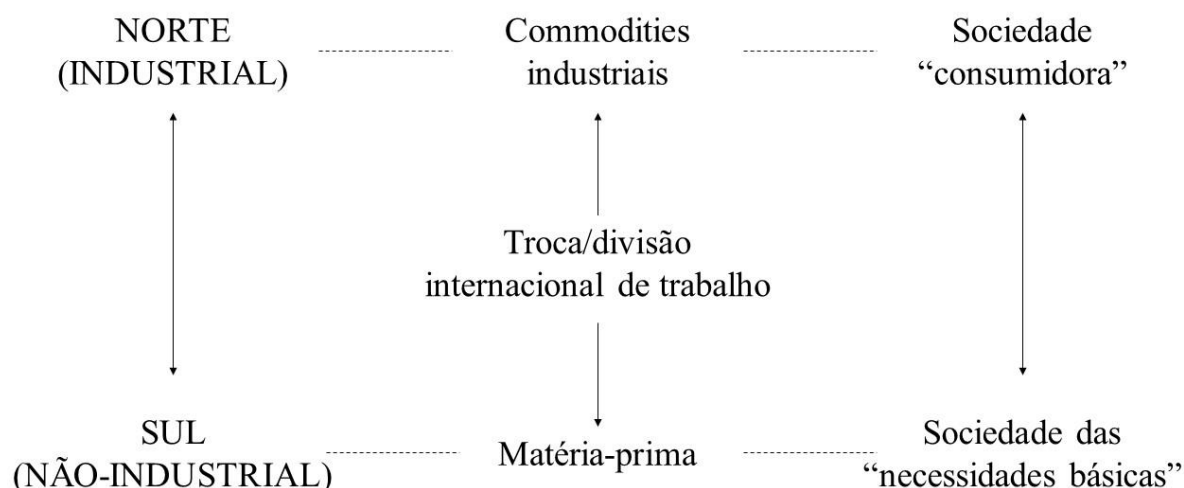
O segundo ponto abrange as “externalidades” ambientais. As chamadas externalidades, para o vocabulário da economia ambiental, significa os custos ambientais que não são previstos na precificação de algum serviço ou produto. A economia ambiental é um tipo específico do paradigma econômico, que possui como particularidade tratar o meio ambiente como um subsistema que deve se adaptar ao sistema econômico (LEFF, 2010). Pesquisadores desta área ainda procuram “quantificar” monetariamente essas externalidades de maneira mais rígida. Nesse sentido, utilizar herbicidas em plantações ou emitir exaustivamente gases para a atmosfera, por exemplo, compõem práticas que podem ser facilmente ignoradas pela sociedade, mas que no entanto são geradores de externalidades, por vezes, irreparáveis ao meio ambiente (REDCLIFT, 2014).

O terceiro ponto é a reprodução intergeracional de práticas degradantes ou o mau uso de recursos naturais. Os benefícios sobre a preservação do meio ambiente são dificilmente compreendidas e adotadas por sociedades mais antigas. Portanto, a conservação e a proteção ambiental estão distantes de se tornarem prioridade. Este fato justifica os diferentes níveis de engajamento com questões ambientais entre as sociedades civis em âmbito mundial, pois por fatores culturais e tradicionais, algumas realmente ignoram esses pontos e reproduzem apenas no que diz respeito às respectivas ideologias de crescimento econômico (REDCLIFT, 2014).

Este último ponto ressaltado por Redclift (2014) explica também a maneira que o relacionamento entre os países do Norte e Sul é estabelecido. Os países do Sul, por compor-se de regiões menos industrializadas e com baixo capital,

tem como foco o atendimento de necessidades mais básicas para sobrevivência da sua. Com isso, os países do Sul tornam-se, em sua maioria, grandes fornecedores de matéria-prima e de mão-de-obra (esta última faz acontecer a divisão internacional do trabalho), os quais são intercambiáveis aos interesses dos países do Norte que possuem produtos industrializados como moeda de troca. A sociedade do Norte, por ter em si as indústrias como grande foco, possui um comportamento orientado a satisfação de necessidades por meio do consumo, o que gera resíduos e requer ainda mais dos recursos naturais. A **Figura 1** demonstra como esse relacionamento, explicado até aqui, se consolida.

Figura 1 – O “diálogo Norte e Sul”



Fonte: REDCLIFT, 2014, p. 56, tradução nossa.

A forma tal como o diálogo entre países do Norte e do Sul se consolida representa a legitimação da ameaça aos recursos ambientais provenientes dos países do Sul. Sendo assim, Redclift (2014) afirmou que

O desafio, portanto, não é procurar proteger o meio ambiente do homem, mas alterar a economia global que nossos apetites prensam sobre os ‘limites externos’ de recursos. Isso apenas pode ser feito alterando a titulação dos pobres no Sul, assim o discurso ambiental se torna um discurso de desenvolvimento. É possível que, confiantes com a continuação das espécies, nós devemos considerar nossas deixas de sociedades cujo notável ‘desenvolvimento’ da existência sempre esteve ameaçada (p. 130, tradução nossa).

Esse relacionamento representa um pacto de dependência vicioso que não terá bons resultados ao meio ambiente. Uma vez que os países do Norte aumentam gradativamente suas práticas de consumo em sua sociedade civil, mais resíduos são gerados e mais recursos ambientais se tornarão necessários para tanto, o que ocasiona no enriquecimento econômico de países do Sul, responsáveis por fornecerem matéria-prima, e no empobrecimento dos recursos advindos do planeta. A relação apresentada entre países do Norte e países do Sul compreende a construção de uma relação de poder, sendo o Norte dominante em relação ao Sul. Em uma leitura bourdieusiana, este diálogo Norte-Sul configura um campo social em si de maneira objetiva, onde os insumos intercambiáveis entre esses países são capitais específicos e que, quando movimentados, têm como objetivo atender aos interesses que estejam de acordo com o *habitus* de cada um desses agentes. O foco deste momento da pesquisa está na análise sobre o produto desta relação, ou seja, no impacto que essas movimentações de capitais geram a natureza.

Analisar a crise ambiental por uma perspectiva bourdieusiana significa considerá-la como um fenômeno socialmente construído, pois tendo em vista que problemas ambientais são problemas sociais construídos por meio de processos coletivos, tornando-os dinâmicos e nem sempre visíveis ou objetivamente identificáveis (TAYLOR, 2000). E também significa compreender como este fenômeno se encontra presente na relação entre estruturas presentes no mundo social, estruturas estas sendo como grandes organizações, órgãos públicos e instituições em geral, isto é, por uma perspectiva também estruturalista, uma vez que Bourdieu se identifica com momentos construtivista estruturalista e estruturalista construtivista.

Esses problemas ambientais gerados por meio do industrialismo e do consumismo questionam a racionalidade humana que foi capaz de criar esses mecanismos e os paradigmas teóricos econômicos que negam a própria existência da natureza. Tais questionamentos são responsáveis por contribuírem para a disseminação e compreensão mundial sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2008; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2013).

Esta subseção teve como objetivo elucidar sobre a crise ambiental e os principais aspectos que introduzem o contexto de debate sobre sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. A próxima subseção apresenta, discute e denuncia as

diferentes vertentes sobre o conceito de sustentabilidade.

3.2 SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade tem suas origens de uma adaptação da agrobiologia, que significa manter a capacidade de produzir algo na natureza em situações adversas (JIMÉNEZ-HERRERO, 2000). A sustentabilidade se tornou o principal termo utilizado para movimentos ambientais manifestarem as necessidades do meio ambiente, tendo em vista os problemas ambientais causados pelos seres humanos, como foi discutido anteriormente. No entanto, tal conceito, mundialmente disseminado possui suas ressalvas quando contextualizadas ao sistema capitalista, e tem se tornado um “*catchphrase*” utilizado inadequadamente, o que consolida a visão de um objeto contestado ilusório (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; LÉLÉ, 1991; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006).

Interessa-se para esta pesquisa construir o conceito de sustentabilidade tendo conhecimento de diferentes níveis de discussão sobre o entendimento do termo. Para isso, não foi apropriada exclusivamente uma vertente interpretativa para a discussão sobre sustentabilidade, e nem mesmo interessou apenas apresentar críticas sobre o conceito. O interesse, portanto, está em apresentar e discutir o que é estudado sobre sustentabilidade em diferentes abordagens epistemológicas e perspectivas paradigmáticas.

Osorio, Lobato e Castillo (2005) afirmam que o conceito de sustentabilidade está dividido em duas principais vertentes: a normativa, que se refere ao que deveria ser; e a positiva, que representa aquilo que na verdade é. Em outras palavras, a sustentabilidade positiva lida diretamente com a análise científica do conceito. Já a sustentabilidade normativa refere-se ao que está institucionalizado, o que envolve aos acordos e propostas gerados em eventos mundiais que tratam sobre o fenômeno da sustentabilidade.

A sustentabilidade pode ser vista como a base de sobrevivência dos seres humanos, a partir de uma sociedade que consiga adaptar os âmbitos institucional, social, econômico, político, ambiental e tecnológico para a satisfação das necessidades mais básicas dos seres humanos (FUCHS, 2017). Esta visão

representa um exemplo da vertente positiva como foi comentado anteriormente (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005), uma vez que serve de parâmetro social ou político para que se torne possível a sustentabilidade.

É nesse sentido que a sustentabilidade também é defendida como um fenômeno capaz de solucionar os problemas ocasionados pelo sistema capitalista, principal responsável pela crise ambiental como foi explicado na subseção anterior. Obras como de Spaargaren e Mol (1992) e Mol (1997) defendem que é possível conciliar as estruturas e políticas econômicas atuais que visam o crescimento econômico, ao mesmo tempo que o meio ambiente continua sendo consumido por conta desse desenvolvimento incessante. Isso se torna possível devido ao processo denominado pelos autores de Modernização Ecológica. Este conceito enfatiza que a crise ambiental é uma externalidade da economia, e mesmo que se reconheça o sistema capitalista como principal responsável pelos problemas ambientais, autores desta vertente acreditam que o próprio sistema desenvolverá soluções para a crise ambiental. Sendo assim, acreditam também que seja possível desenvolver e aprimorar seus próprios mecanismos de produção e eficiência tendo em vista como consequência a solução de problemas ambientais (PIERRI, 2001; SPAARGAREN; MOL, 1992; YORK; ROSA, 2003). Mol (1997) afirma também que os problemas ambientais causados pelo sistema capitalistas podem ser vistos como oportunidades de especialização dos próprios processos produtivos.

Tendo essas características em vista, a Modernização Ecológica para Orsato e Clegg (2005) é uma teoria que assume a recorrência da destruição de ecossistemas naturais como resultado de falhas no sistema produtivista, o qual é capaz de ser adaptado para que os danos sejam menores. Isto significa que esta teoria defende uma relação entre a ciência e a tecnologia para que haja benefícios ecológicos, uma visão questionada e criticada pela teoria sobre Sociedade de Risco. Ulrich Beck (2010), o principal autor desta teoria, propõe um modelo político de sociedade que não acredita na possibilidade da modernização industrial de solucionar problemas ambientais. Além de identificar os problemas imanentes do industrialismo (tais como empobrecimento dos recursos naturais de comunidades locais, a degradação de ecossistemas de seres vivos em áreas ecologicamente ricas em diferentes espécies de plantas e animais e a emissão de poluentes na atmosfera),

Beck (2010) reconhece também a necessidade de propor um modelo teórico de sociedade que torne possível a proteção e a restauração do meio ambiente.

A existência destas diferentes abordagens sobre a relação entre o desenvolvimento econômico sendo causa e solução dos problemas ambientais consolida outras reflexões que questionam e criticam este tipo de conceito sobre a sustentabilidade. Pierri (2001), Lélé (1991), Milne, Kearins, Walton (2006) e O'Connor (2002), são exemplos de autores os quais não acreditam ou não defendem esta relação, e que sugerem uma visão menos ingênua sobre a sustentabilidade.

Pierri (2001) reconheceu três vertentes orientadas para a sustentabilidade: a sustentabilidade forte ou ecológica conservacionista; a sustentabilidade fraca ou o ambientalismo moderado e; sustentabilidade defendida por uma corrente crítica humanista. A **sustentabilidade forte** se refere aos aspectos conservadores e a promoção de uma “bioética”, ou ética da Terra. Propõe-se, nesta vertente, medidas mais relacionadas a economia ecológica, ou seja, uma economia que precifica as ações humanas que são prejudiciais ao ecossistema do planeta (FOLADORI, 2001). Esta vertente tem como referência filosófica-política na ecologia profunda, cujo argumento pauta-se sobre o meio ambiente mediante a proposta de “crescimento econômico e populacional zero”, visto que, para a economia ecológica, são os dois principais fatores que geram externalidades ao ecossistema ambiental.

A **sustentabilidade fraca** possui abordagens mais relacionadas a economia ambiental, cuja vertente se apoia na existência de um otimismo tecnocrático e cornucopiano (PIERRI, 2001), ou seja, onde houver ação da economia, haverá recurso. Trata-se de uma vertente que defende a possibilidade de desenvolvimento econômico e a solução de problemas ambientais por meio dela, e também antropocêntrica, por se tratar de uma proposta de crescimento econômico. Esta abordagem se expressa, teoricamente, por meio da economia ambiental.

A principal diferença entre a economia ecológica e a economia ambiental se encontra na abordagem social. A economia ecológica leva em consideração a presença humana enquanto corpo sem agência para promover alguma benesse ao meio ambiente, enquanto que a economia ambiental enxerga demasiado poder de ação da mão humana para que exista desenvolvimento ilimitado (PIERRI, 2001). Castro (2004) aponta que economistas ambientais também enxergam o mercado como um mecanismo de solução sobre a crise ambiental. A visão otimista

originária desses estudiosos se dá que a descentralização e a independência do mercado em relação às questões ambientais e aos mecanismos gerados até agora para solucionar a crise ambiental levaria, por conta própria, a uma ordem espontânea.

E por último, a **corrente crítica humanista** possui em suas raízes ideais anarquistas e socialistas, o que torna possível elevar as discussões sobre a sustentabilidade a patamares interdisciplinares (PEZZEY, 1992). As considerações sobre o meio ambiente de cunho crítico levam em suas discussões algumas relações com a teoria marxista, uma subcorrente que entende o problema ambiental atrelado a forma de organização social do trabalho que determina quais recursos usar, a forma e o ritmo de seu uso (PIERRI, 2001). Uma outra subcorrente desta vertente possui essências anarquistas, que por sua base constrói e elabora teorias sobre Ecologia Social, uma proposta política de uma sociedade ecológica mediante a expansão da vida e valores comunitários. Relacionado também a uma forma de “ecologia dos pobres”, cuja preocupação está em preservar culturas tradicionais que portam conhecimento ambiental (PIERRI, 2001).

Esta classificação feita por Pierri (2001) contribui para a compreensão epistemológica do quão abrangente as interpretações sobre a sustentabilidade e a crise ambiental foram posicionadas. Apesar desse potencial de abrangência, outros autores também verificaram diferentes vertentes para a discussão e construção teórica do conceito de sustentabilidade. Desta maneira, Lélé (1991) afirmou que a sustentabilidade pode ser tratada por três conotações diferentes que dão origem a três significados diferentes: literal, ecológica e social. A **sustentabilidade literal** é compreendida pela definição literal do termo “sustentabilidade”, que significa “sustentar algo” ou como sinônimo de continuação ou manutenção de alguma coisa. A **sustentabilidade ecológica**, por sua vez, trata de obter condições ecológicas necessárias para que possa manter a vida humana em um nível específico de bem-estar, possível de ser preservado para gerações futuras (LÉLÉ, 1991). Esta conotação da sustentabilidade tem sido sinônimo para o uso de recursos renováveis, o que implica em maior demanda de pesquisa sobre as variações de comportamento desses recursos, pois seus usos, por mais que sejam provenientes de uma mesma fonte, a natureza ainda não é controlada pelo homem a ponto de ser totalmente previsível.

Por último, a **sustentabilidade social** trata da habilidade de manter as bases sociais da vida humana, tais como tradições, instituições, culturas e entre

outros (BARBIER, 1987; LÉLÉ, 1991). Lélé (1991) afirmou que, apesar dos esforços científicos para se encontrar um significado último para a sustentabilidade, o debate sobre este tema deve se iniciar questionando: o que ou quem sustentar? Para que ou para quem? Por quanto tempo? Nesse sentido, as respostas que vierem a esses questionamentos são de vital importância para o direcionamento dos interesses de se sustentar, pois cada abordagem (sendo ecológica ou social) possuem seus respectivos resultados positivos para o meio ambiente e negativos para a sociedade e/ou para a modernização industrial (o que se concretiza em *tradeoffs*).

Milne, Kearins e Walton (2006) entendem que a sustentabilidade, em alguns casos, implica na necessidade de uma reorganização radical da estrutura social, que torna capaz de adaptá-la aos princípios ecológicos. Os autores explicam também que há um marcante problema no que se refere ao desenvolvimento industrial e a sustentabilidade, pois as organizações passam a ofuscar a sustentabilidade, tornando esta última algo apenas incremental. Esta visão incrementalista sobre a sustentabilidade possui um risco enorme para a sociedade, pois esta ignora parcialmente o impacto acumulativo do infinito desenvolvimento econômico sob bases de recursos limitados da natureza.

Este mesmo receio impulsiona as críticas de O'Connor (2002) que nesse mesmo sentido, indaga sobre a possibilidade de um capitalismo sustentável. A sustentabilidade, segundo o autor, a define como uma questão também ideológica e política. Argumenta que a inexistência de apenas uma definição sobre sustentabilidade é resultado de uma crise epistemológica e ontológica e também da sua função atrelada ao sistema capitalista. O capitalismo, segundo O'Connor (2002) que se apropria da análise marxista sobre o tema, ressalta as duas contradições que, conseqüentemente, implicam e explicam os danos ambientalmente irreparáveis. A primeira trata da crise de demanda de *outputs* industriais. Isso significa que o modelo produtivista do capitalismo, para que atenda as necessidades da sociedade consumista, deve produzir e ofertar por vezes além da própria capacidade. Produção esta que também é resultado da própria demanda que as indústrias criam para suas sociedades de consumo.

A segunda contradição se concentra em uma crise de custo, que é reduzida estrategicamente a partir de decisões que implicam na própria crise do capital, isto é, para se reduzir custos, considera-se redução de salários, de mão-de-

obra, de matéria-prima mais barata, etc., o que implica em redução de capital de giro na sociedade em questão, uma vez que, por exemplo, se os operários terão seus salários reduzidos, conseqüentemente o poder de compra destes também será enfraquecido. Portanto, para O'Connor (2002), o sistema capitalista em si é um sistema falho. Nesse sentido, o autor afirma que só haverá um capitalismo realmente sustentável quando o capital não for mais reconhecido como tal pelo sistema, e sim ressignificado no imaginário do contexto. A necessidade de reestruturação do sistema econômico é condição *sine qua non* para que a sustentabilidade se torne uma possível ideologia a ser construída, e os problemas ambientais realmente cessados.

Os autores apresentados até este momento da subseção possuem em comum a preocupação do debate sobre a sustentabilidade em âmbito epistemológico, pois diferentes epistemologias foram apresentadas que discutem o mesmo tema em questão, e também social e político, uma vez que os autores apresentaram também as mudanças estruturais como uma alternativa para a solução de problemas ambientais que até então encontram-se não resolvidos.

Dovers (1996) analisou a sustentabilidade como um conceito dinâmico, e que se estabelece diferentemente para cada sociedade, cuja responsabilidade com o compromisso ambiental se consolida por meio da elaboração e implantação de medidas políticas. Para que tais medidas sejam adequadas as respectivas sociedades, ao mesmo tempo que atendam aos preceitos da sustentabilidade, Dovers (1996) atribuiu dez características que devem ser consideradas, conforme foi descrito no **Quadro 1** a seguir.

Quadro 1 – Atributos da sustentabilidade para a elaboração de políticas sociais segundo Dovers (1996)

Atributo	O que sugere?
Escala de tempo	Considera-se que os sistemas naturais, suas funções e os problemas da sustentabilidade ocorrem e variam de acordo com o tempo, e frequentemente são maiores e mais vastos que aqueles determinados pela política e seus ciclos.
Escala espacial	Problemas da sustentabilidade não respeitam fronteiras políticas ou administrativas. É uma característica própria do meio ambiente, e não apenas um fato.
Limites	A sustentabilidade sugere possíveis limites absolutos às atividades humanas. Alguns acontecimentos ambientais podem ser cruciais e, ao mesmo tempo, irreparáveis, o que constringe e literalmente proíbe algumas ações humanas que antes eram admissíveis.
Irreversibilidade	Assim como visto no atributo de “limites”, a ação humana provoca consequências que podem ser irreversíveis no meio ambiente, uma vez que algum ativo natural se vai. O problema não pode ser revisitado e nem, teoricamente, solucionado por meio de políticas públicas, como “reeducação” ou atribuição de multas e impostos.
Urgência	Dadas as irreversibilidades do meio ambiente, em todos os aspectos há urgência, visto que os alguns ativos e recursos da natureza encontram-se esgotados ou em estado crítico.
Conectividade e complexidade	Vários problemas da sustentabilidade são interconectados e a complexidade é característica de todos os sistemas naturais, de sua função e estrutura puras, ou seja, a natureza é naturalmente complexa.
Incerteza	Originado de várias fontes do meio ambiente. Em linhas gerais, se faz necessário determinar os “riscos” em certas aplicações de políticas públicas que são direcionadas para a “solução” ou, pelo menos, para amenizar algum impacto ambiental causado pelos sistemas sociais humanos.
Cumulação	Os impactos aos recursos naturais não são discretos. Eles possuem consequências que, por sua vez, se acumulam até ao ponto de se tornarem visíveis o bastante, o que implica certas vezes desse ponto ser irreversível ou longe da habilidade humana de lidar com tal situação.
Dimensões moral e ética	Todos os problemas ambientais a serem resolvidos, por abrangerem em certas circunstâncias a humanidade e outros seres vivos da natureza, envolvem questões morais e éticas.
Novidade	Os problemas ambientais passaram a ser assunto da agenda política pouco tempo atrás. O mesmo aconteceu para a sustentabilidade em si, que passou a ser apenas reconhecida substancialmente recentemente.

Fonte: Dovers (1996).

Este conjunto de atributos encontrados por Dovers (1996) para a elaboração e adaptação de políticas sustentáveis legitima ainda mais a característica ontológica pluralista do conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade, nesse sentido, pode ser pensada de maneiras diferentes de sociedade para sociedade. Se, por exemplo, em um município “X” o problema maior esteja na degradação do solo e que implica em ameaças mais sérias a vida humana, e no município “Y” os problemas mais graves estejam relacionados diretamente a fome e à miséria da população, para ambos os municípios as políticas sustentáveis são implementadas concomitantemente, no entanto para propósitos diversos. Isso não significa dizer qual sustentabilidade é a certa e qual é a errada. De maneira diferente, ambas as

sustentabilidades existem, com focos distintos entre si, assim como ocorre na interpretação do conceito de sustentabilidade para diferentes correntes epistemológicas.

Para a implementação de políticas sustentáveis elaboradas por meio desses atributos propostos por Dovers (1996), é possível afirmar que o papel do Estado possui considerável importância para o controle de tais reformas. Para isso, o Estado precisa ter como alvo o tratamento de problemas relacionados à gestão local, combinada com a participação de líderes civis e parcerias ativas entre organizações privadas locais (DOVERS, 1996; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Esta última que estabelece o vínculo com as organizações e a sustentabilidade estrutura outro nível de discussão sobre o tema, que diz respeito ao conceito de “desenvolvimento sustentável”. Assim como para o conceito de sustentabilidade, as diferentes abordagens históricas e epistemológicas de tratamento do conceito foram apresentadas na subseção seguinte.

3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável, conceitualmente, possui características antropocêntricas, cujos objetivos intercalam entre a solução de problemas ambientais e socioeconômicos (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Por antropocêntrico, entende-se que o desenvolvimento sustentável foi pensado pelos e para a humanidade e por conta da relação desta com o meio ambiente. Esta subseção apresenta inicialmente características históricas sobre a construção do conceito de desenvolvimento sustentável a partir de três principais fases, de acordo com Mebratu (1998): pré-Conferência de Estocolmo (até 1972), da Conferência ao WCED – *World Commission on Environment and Development* – (1972 a 1987) e pós-WCED (1987 a 1997).

A primeira fase trata de um período marcado por inspirações religiosas e tradicionais que explicam algumas das raízes que o desenvolvimento sustentável se construiu. A humanidade em si, por meio de alguns ritos e tradições sociais em sua história, já possuía algumas afinidades e identidades relacionadas com a natureza (GOTTLIEB, 1996). Trata-se também de um período de surgimento das teorias econômicas, as quais orientaram politicamente as organizações a seguirem

inspirações liberais, em contraste ao socialismo presente na época (MEBRATU, 1998). Esta fase demarca a contextualização para a criação de um pensamento orientado para o desenvolvimento sustentável, quando organizações produziam deliberadamente seus produtos a fim de alimentar a economia, sem se preocupar com os impactos ambientais gerados pelo processo industrial. Essas preocupações, quando institucionalizadas, culminaram na próxima fase histórica.

A segunda fase que é demarcada pelo seu início no ano de 1972, se origina do ano em que aconteceu a UNCHE – *United Nations Conference on the Human Environment*. Neste evento, passou a ser percebida a importância da gestão ambiental, tendo em vista os prejuízos ocasionados pelo produtivismo industrial da época. O segundo evento que corroborou para o surgimento do conceito sobre o desenvolvimento sustentável foi no *United Nations Environment Program* em 1978, onde surgiu pela primeira vez o uso do termo “eco-desenvolvimento”, após o uso deste ser uma evolução de outros sinônimos terminológicos como “meio ambiente e desenvolvimento”, “desenvolvimento sem destruição” e “ambientalmente significa desenvolvimento” (MEBRATU, 1998).

O terceiro evento histórico que também contribuiu, ainda nesta segunda fase, para a evolução da terminologia adotada foi o surgimento da IUCN – *International Union of the Conservation of Nature*. Foi neste momento que, juntamente com a WWF – *World Wildlife Fund for Nature* – e a UNEP – *United Nations Environment Programme* – formulou o documento *World Conservation Strategy*, que teve o seu lançamento mundial em 1980, e que historicamente foi uma das maiores tentativas de integração do meio ambiente ao desenvolvimento econômico, partindo do princípio de conservação ambiental e social. E por último, quando finalmente o termo “desenvolvimento sustentável” foi conceitualmente definido e teve a sua aparição no Relatório de Brundtland (MEBRATU, 1998).

O conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório da WCED (*World Commission on Environment and Development*, também conhecida como Comissão de Brundtland) intitulado “*Our Common Future*” traz a definição pioneira do desenvolvimento sustentável, que o trata como um atendimento aos compromissos e necessidades do presente, sem que comprometa gerações futuras de satisfazer as suas respectivas necessidades (WCED, 1987). Surgido nos anos 70, quando o Relatório de Brundtland foi divulgado (um dos marcos da Conferência das

Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, em 1972), esta é uma das definições pioneiras no campo sobre os estudos do desenvolvimento sustentável, e é tradicionalmente resgatado para discussões em artigos científicos.

A terceira fase, que compreende o período pós-WCED, representa um momento de críticas em relação ao desenvolvimento sustentável. É um período que passou a perceber fragilidades conceituais do tema, e que, como afirmou Daly (1996), apesar dos anseios políticos e sociais para o fortalecimento e, em alguns casos, institucionalização do que se refere ao desenvolvimento sustentável, ainda permanecia um termo perigosamente vago para a época, quando se pretendia usa-lo como guia de mudanças para a humanidade, em busca de uma melhor relação com o meio ambiente (MEBRATU, 1998). Por meio desta que as discussões conceituais do termo passaram a ter a devida importância para a sua construção.

De maneira literal, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um processo capaz de ser continuado, pelo fato do termo “desenvolvimento” representa este processo orientado para a mudança, o que torna implícito dois elementos: os objetivos do processo; e os meios pelos quais estes objetivos serão alcançados (LÉLÉ, 1991). É nesse sentido que Jacobs, Gardner e Munro (1987) afirmam que o desenvolvimento sustentável deve se orientar em cinco principais objetivos: primeiro, integrar conservação do meio ambiente ao desenvolvimento econômico; segundo, satisfazer necessidades básicas dos seres humanos; terceiro, alcançar a equidade e a justiça social; quarto, promover campanhas sociais e sobre diversidade cultural; e quinto, manter a integridade ecológica.

Para Lélé (1991), embora o conceito principal possa abranger positivamente os objetivos como foram bem levantados por Jacobs, Gardner e Munro (1987), é possível afirmar também que o desenvolvimento sustentável tem se tornado um jargão comercial, capaz de fundamentar planos desenvolvimentistas e de compor temas de conferências sobre o assunto. Estes fatos representam as consequências pela reprodução de um ideal primário, historicamente consolidado e lembrado pela academia, proveniente do relatório de Brundtland, como foi citado anteriormente. No entanto, assim como todo conceito subjetivo em sua essência, pesquisadores já desvendaram fragilidades quanto a esta definição. Mebratu (1998) considera que esta definição é vaga e ambígua, pois

Since then, thousands of initiatives have been taken at local, national, and global levels in an attempt to address different aspects of the environmental challenges. A number of encouraging local outcomes have ensued from these activities. However, their impact in shaping “our common future” on a more sustainable basis seems to be minimal when measured against the enormity of the global environmental challenges. This has led to an increasing level of frustration and disenchantment, even among the different groups promoting the concept of sustainable development (Mebratu 1996). (MEBRATU, 1998, p. 494)

É no sentido crítico que Mebratu (1998) buscou entender a ingenuidade implícita ao conceito de desenvolvimento sustentável do relatório de Brundtland, uma vez que os grandes desafios globais têm sido causado pela crescente frustração com alguns parâmetros ambientais e de produção. Munck e Borim-de-Souza (2013) consideraram que existe uma fragilidade conceitual do desenvolvimento sustentável que se alia a uma outra fraqueza metodológica. O significado pelo WCED se resume a urgência e necessidade de mudanças extremas nas estruturas sociais e políticas que legitima as vontades do mercado e que ainda repassa uma ideia implícita de um crescimento econômico global e ininterrupto. Percebe-se na literatura levantada também o que Munck e Borim-de-Souza (2013) constataram sobre o conceito: a tentativa de homogeneização da compreensão sobre o desenvolvimento sustentável (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2013; SNEDDON; HOWARTH; NORGAARD, 2006).

Nessa mesma linha de raciocínio, Lélé (1991) considerou que “desenvolvimento sustentável” abrange termos potencialmente conflitantes, uma vez que a causa para as preocupações de ordem sustentável está no desenvolvimento econômico industrial. Para o mesmo autor (LÉLÉ, 1991), apesar da visão crítica ao conceito, reconheceu que um dos maiores legados do debate ambiental-organizacional é a consideração pelas condições ecológicas, que influenciam na interpretação sobre sustentabilidade ecológica (que foi debatido anteriormente na subseção anterior, ou na insustentabilidade proveniente da interação entre os seres humanos e a natureza.

A fragilidade de se estabelecer uma relação entre o desenvolvimento econômico atrelada às práticas ambientais se dá principalmente pelo fato de que, para a geração dos “*outputs*”, não é dada devida atenção ao que é gerado durante o processo, ou seja, os “*inputs*” (matéria-prima) e os “*throughputs*” (LÉLÉ, 1991). Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável é entendido como uma forma de

mudança social, adicionando-se objetivos tradicionais desenvolvimentistas. Sendo assim, ele não rejeita totalmente as práticas que definitivamente poluem e agridem a conservação ambiental. Para que o significado do desenvolvimento sustentável seja fundamentalmente estruturado e consolidado, se faz necessário que seja reconhecida as inconsistências de tal teoria e reestruturada as práticas da economia neoclássica como um todo, gerando assim a compreensão da multidimensionalidade da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (LÉLÉ, 1991; O'CONNOR, 2002).

É evidente que, nas discussões abordadas até este momento desta subseção, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta diferentes abordagens epistemológicas levando em consideração o relacionamento da sustentabilidade com o sistema capitalista, especialmente no que diz respeito ao impacto ambiental gerado pelo modelo industrialista. Nesse sentido que Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) afirmaram que o debate entre as correntes da sustentabilidade (forte ou fraca) é conduzido principalmente no que se refere aos problemas ambientais, abordando juntamente as consequências socioeconômicas desses fenômenos. Sendo assim, para os autores o conceito de desenvolvimento sustentável representa uma mudança no entendimento do lugar da humanidade no planeta, mas que ainda se encontra aberta a interpretações múltiplas ao ponto de ser insignificante se comparada a importância da humanidade (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Para sustentarem este último argumento apresentado, os autores mapearam como o conceito de desenvolvimento sustentável é interpretado levando em consideração aspectos ambientais e socioeconômicos. Foi possível, portanto, categorizar em três macro-abordagens: status quo, reformista e transformista. A abordagem do **status quo** reconhece que os problemas ambientais e socioeconômicos estão presentes na humanidade, mas não defende mudanças em nenhum nível social ou político. Pesquisadores que levam em consideração esta abordagem sobre o desenvolvimento sustentável afirmam que as próprias técnicas e ferramentas econômicas do mercado possuem a capacidade de solucionar tais problemas (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). É nesse sentido que autores como Mol (1997) abordam a modernização ecológica ou ambiental. Dryzek (1997) afirma que a modernização ecológica só é possível porque há capital para negócios e tecnologia desenvolvida por parcerias governamentais e empresariais.

Apesar da maioria desses autores que defendem o desenvolvimento sustentável pela abordagem do status quo acreditarem na existência desse fenômeno sem que haja interferência no processo produtivo industrial, ainda há outros autores que consideram a necessidade de algumas mudanças. É desta maneira que a abordagem **reformista** se pauta, pois os autores que a defendem acreditam que algumas mudanças estruturais por meio da implementação de normas ou leis de políticas públicas favoreçam a sociedade e o meio ambiente de alguma maneira (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

A abordagem reformista sobre o conceito de desenvolvimento sustentável acredita que as políticas das organizações e governos ainda não consideram o colapso ambiental e social provocado pelo sistema. Apesar disso, não acreditam que seja possível encontrar as raízes desses problemas, por um desequilíbrio existente entre conhecimento sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e informação proveniente da sociedade, dos governantes e das organizações. Assume-se que, por meio de mudanças políticas (algumas até passíveis de reorganizar profundamente o estilo de vida de uma sociedade inteira), da ciência e da tecnologia, ainda com as mesmas estruturas políticas e econômicas que a humanidade se encontra, seja possível encerrar com o ciclo de problemas ambientais (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Por mais que essas mudanças defendidas pela corrente reformistas possam eventualmente ocasionar em melhorias ambientais e socioeconômicas, para a corrente **transformista** ainda não basta. A vertente transformista do desenvolvimento sustentável defende mudanças extremas nas estruturas atuais, e reconhece que os problemas socioeconômicos e principalmente ambientais estão nas raízes características da sociedade, e da sua relação com o meio ambiente. Sendo assim, a política se compromete em combater a desigualdade e a exploração social de minorias e de recursos advindos da natureza (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

A abordagem transformista, segundo os autores, se divide em duas subcategorias: uma que se preocupa com o desenvolvimento sustentável; e outra que não considera a possibilidade do desenvolvimento sustentável ser benéfico a sociedade e ao meio ambiente. A primeira verifica a oportunidade de o desenvolvimento sustentável ter como um dos principais resultados, a equidade

social. Isso não quer dizer que as questões ambientais serão sobrepostas, mas trata como pressuposto de que o tratamento dos problemas ambientais ocasionados pelo sistema capitalista de produção, por meio do desenvolvimento sustentável alterando estruturas sociais, políticas e econômicas, irá resultar em melhorias que vão além de ganhos ecológicos e ambientais (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

A outra subcategoria, por sua vez, é mais cética quanto ao papel da humanidade com o ecossistema ambiental. Composto por pesquisadores que estudam vertentes da sustentabilidade forte e de correntes mais críticas da ecologia, não acreditam que a relação entre os indivíduos e o meio ambiente seja saudável para a natureza, e por isso contestam que haverá melhorias ambientais por meio do desenvolvimento sustentável, tendo em vista o modelo econômico e social dos humanos no planeta, e nesse sentido, defendem uma dissociação da humanidade para com a natureza (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Gladwin, Kennelly e Krause (1995) explicam que o desenvolvimento sustentável é um processo para atingir o desenvolvimento humano por meio de cinco componentes: inclusão, conexão, equidade, prudência e segurança. Os autores mesmos admitem que defini-los é desafiador, uma vez que em casos como segurança e prudência são termos mais fáceis de serem definidos pela sua falta na sociedade, do que propriamente pela existência (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). O **Quadro 2** expõe e explica as propriedades de cada componente.

Quadro 2 – Propriedades dos componentes do desenvolvimento sustentável, segundo Gladwin, Kennelly e Krause (1995)

Componentes do desenvolvimento sustentável	A que se refere?
Inclusão (desenvolvimento humano durante o tempo e o espaço)	Aparece como uma manifestação da sustentabilidade que aborda tanto o meio ambiente quanto os sistemas humanos, perto ou longe, no presente ou no futuro. Deve ir além da visão antropocêntrica para haver mudança, e além da ecoeficiência para incluir suficiência social.
Conexão (interdependência entre o econômico, social e ambiental)	Se manifesta quando a sustentabilidade demanda compreensão dos problemas mundiais como algo sistematicamente interconectado e interdependente. Para haver equidade social, a biosfera deve ser respeitada.
Equidade (intergerações, intragerações e interespecies)	Se atinge também em uma questão de tempo, intergerações. Não se deve deixar que custos sejam deslocados e nem apropriar recursos ou propriedades de outros interesses humanos sem a apropriada compensação.
Prudência (deveres tecnológicos, científicos e políticos de cuidado e prevenção)	É necessária, dada as incertezas sobre o desenvolvimento sustentável e a interação não linear entre os sistemas envolvidos, tanto sociais quanto ecológicos.
Segurança (contra ameaças crônicas e de ruptura)	É genericamente um construto centrado no humano. Para tanto, sustentabilidade deve atender a saúde dos ecossistemas e da sociedade; suficiência natural em recursos; auto-organização; capacidade de carga; e liberdade humana.

Fonte: Gladwin, Kennelly e Krause (1995)

Essas reflexões advindas dos autores traduzem uma evolução do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável, em continuidade ao conceito originário da WCED, em 1987. É perceptível que, além da característica preocupação intergerações do relatório de Brundtland, outros pontos foram incrementados e que levam a refletir sobre os verdadeiros impactos do que significa uma sociedade ou organização ser sustentável. Com esses cinco componentes, Gladwin, Kennelly e Krause (1995) chegaram a três possíveis interpretações sobre o desenvolvimento sustentável: a tecnocêntrica, ecocêntrica e o sustencentrismo (o termo original é *sustaincentrism*).

A primeira, **tecnocêntrica**, conforme anteriormente explicada, considera a economia como um sistema isolado da natureza, as trocas do livre mercado não envolvem questões ambientais e que as necessidades humanas são centrais e ilimitadas; a **ecocêntrica**, por sua vez, cuja inspiração filosófica se baseia na conformidade com a ordem crítica da natureza, dá origem a movimentos científicos preservacionistas, como a ecologia profunda, responsável por rejeitar a dominação humana sobre a natureza; e o **sustencentrismo** representa uma abordagem emergente da síntese das duas anteriores, que clama pela universalidade da vida

humana, em que as teorias estão cientificamente dedicadas a compreender a complexidade dinâmica inerentes às propriedades das interações organizacionais. O sustentacentrismo representa uma abordagem emergente da síntese das duas anteriores, que clama pela universalidade da vida humana, em que as teorias estão cientificamente dedicadas a compreender a complexidade dinâmica inerentes às propriedades das interações organizacionais.

Ao elucidar sobre o conflito entre uma visão tecnocêntrica e outra ecocêntrica, justifica-se a maneira pelo qual as investigações que relacionam organizações e desenvolvimento sustentável se consolidaram. A primeira visão é composta por discursos que defendem o desenvolvimento de mecanismos econômicos que acompanham o atendimento de necessidades humanas por meio de um modelo institucional, social, econômico, político, ambiental, tecnológico e cultural que permite a futuras gerações sobreviverem (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; FUCHS, 2017). A visão ecocêntrica, por sua vez, abriga discursos contrários a abordagem de instrumentos econômicos a sustentabilidade, estruturados por argumentos filosóficos (que questionam se a natureza é subsistema da economia, como uma commodity), metodológicos (que criticam a possibilidade de se quantificar monetariamente a natureza) e ideológicos, que parte da problematização sobre o desenvolvimento sustentável (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; CASTRO, 2004; LÉLÉ, 1991).

Dado o conflito ideológico, Gladwin, Kennelly e Krause (1995) apontaram para o surgimento de um paradigma intermediário chamado de sustentacentrismo, que assume a responsabilidade de consolidar uma relação entre o discurso do desenvolvimento sustentável e da ciência, como uma abordagem com perspectivas científicas que melhor justificam e constroem o cenário de investigação interdisciplinar sobre o desenvolvimento sustentável. Esta interdisciplinaridade, portanto, esclarece algumas abordagens da relação entre organizações e a crise ambiental, e conseqüentemente entre as organizações e sustentabilidade, sendo que boa parte da literatura sobre o tema se consolida no momento em que são alicerçadas descobertas da ecologia e da biologia às análises sobre o funcionamento das estruturas e práticas organizacionais (WINN; POGUTZ, 2013).

Dada a contextualização do surgimento do conceito sobre desenvolvimento sustentável e a apresentação e discussão sobre diferentes

abordagens sobre este construto teórico, interessa-se para esta pesquisa também compreender o que caracteriza e como é discutido o eco-crime.

3.4 CRIME AMBIENTAL, ECO-CRIME E ECOCÍDIO

Para analisar o desastre ambiental ocorrido por meio desta dissertação, com o objetivo de elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras, fez-se necessário discutir o conceito de crime ambiental para a literatura científica. Nesse sentido, para esta pesquisa, considera-se “eco-crime” todo ato de violência que coloca em risco o meio ambiente e que contribui para a degradação ecológica (WALTERS, 2007). Trata-se de um ato de violência tão preocupante quanto qualquer infração contra os direitos humanos ou à cidadania. O eco-crime compreende em tempos atuais dos estudos sobre criminologia, uma nova maneira de se pensar sobre as políticas globais.

O crime ambiental, por se tratar de um ato que envolve outros atores como organizações e pessoas físicas, é considerado como uma forma de crime corporativo (*White-collar crime*), que é motivado e punido na maioria dos casos por meio de penas financeiras (BRUINSMA; WEISBURD, 2014). Por mais que haja provas de que se trata de um crime, os danos ao meio ambiente dificilmente são conceituados de maneira pública na mídia e pela sociedade como tal. Evidencia-se, portanto, a necessidade de desastres ambientais como os ocorridos em Mariana em 2015 e em Brumadinho em 2019 na forma de desastres criminosos ambientalmente, que foram responsáveis por danos irreversíveis ao meio ambiente e às comunidades das regiões prejudicadas.

Como toda ação criminosa, existem também formas organizadas entre atores sociais de diferentes âmbitos (até mesmo governamentais) que podem estar envolvidos em eco-crimes (BRUINSMA; WEISBURD, 2014). Por outro lado, Farmer (2007) aponta que

Organizações diferentes daquelas do Estado podem estar envolvidas desenvolvendo e implementando regras. Em exemplos de gestão ambiental [...] são encontrados com certificações e auditorias dos sistemas de gestão ambiental, ou em *ecolabelling*. Assim como Black (2002) afirmou, “em

análises descentralizadas a regulação ‘acontece’ na falta de sanções legais – é o produto das interações, não do exercício formal, constitucionalissimamente reconhecido pela autoridade do governo”. Por este ponto de vista, a regulação não deveria ser vista como um processo o qual o governo gerencia os problemas enfrentados pela sociedade, mas considerar que ambos governo e sociedade possuem problemas e soluções e são mutualmente interdependentes. (p. 4)

É válido ressaltar que atualmente, no Brasil, existe na Constituição Federal a Lei 9.605 de 1998 que trata sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências e definições sobre como os atores envolvidos são considerados frente a Constituição Federal (BRASIL, 2019).

O termo “ecocídio”, que foi apreciado para esta pesquisa como sinônimo para demais condutas lesivas ao meio ambiente praticado por atividade humana, está em processo de aprovação pelo Senado brasileiro como um termo a ser considerado na Lei 9.605, para tipificar também a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem. No campo científico, o termo tem sido utilizado exatamente para tipificar tal crime ambiental contra as ações resultantes do pensamento desenvolvimentista e insustentáveis de organizações que exploram fortemente os recursos naturais (BORGES, 2013; MARTIN-CHENUT et al., 2015; PEREIRA, 2018).

No tópico seguinte, dedicou-se para esta pesquisa explicar e elucubrar profundamente como a relação entre crença e sustentabilidade se dá em suas diferentes manifestações.

3.5 A RELAÇÃO ENTRE CRENÇA E SUSTENTABILIDADE: UMA DOMINAÇÃO OCULTA

Para atender ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, que é a de compreender, a partir da sociologia bourdieusiana, como a crença se associa à sustentabilidade, foi necessário apresentar algumas reflexões acerca de ambos os conceitos e a maneira pelo qual se relacionam em uma realidade social contextualizada por processos sociais de dominação e submissão. Entende-se aqui que não há somente uma interpretação ou abordagem para o que é compreendido sobre sustentabilidade, mas que o processo pelo qual tal conceito é abordado por

agentes dominantes, com o objetivo pedagógico de disciplinarização dos corpos para que se torne um conceito de significado imutável torna, ironicamente, a sustentabilidade em um artefato social mutável, de acordo com os capitais simbólicos, produtos políticos e ideológicos agregados a tal conceito.

Compreende-se para esta pesquisa, portanto, que a sustentabilidade é o significado mais próximo para as diferenciações ideológicas e políticas sobre a capacidade ecológica de suportar a vida humana, em níveis específicos de bem-estar a todas as gerações (LÉLÉ, 1991; O'CONNOR, 2002). Pelas discussões elaboradas até este momento da pesquisa, fez compreender que existem diferentes interpretações sobre a sustentabilidade em seu campo científico, principalmente por abordagens que compreendem os diversos prejuízos ambientais ocasionados pelas atividades econômicas das organizações, como também as possíveis contribuições organizacionais para a redução desses impactos.

Como forma de também compreender a opção pelo conceito de crença, entende-se que tal conceito, elucubrado por Bourdieu (2008, 2009, 2015b), possui o potencial de explicar as relações ocultadas da sustentabilidade em contexto social. A crença, para Bourdieu (2008), representa a adesão do habitus individual dos agentes dominados ao habitus coletivo dominante, sustentado por uma construção histórica reificada e tomada como doxa. O conceito de crença foi construído por Bourdieu para que as observações do pesquisador social sejam capazes, principalmente, de evidenciar o plano mágico e oculto da construção social da incorporação de valores sociais à história incorporada dos agentes dominados. Tal processo de incorporação arbitrária de valores só se faz possível pela existência de condições sociais de distinção, isto é, da existência de uma construção hierárquica em uma estrutura objetiva específica que fundamente a relação de poder entre dominante e seus dominados (BOURDIEU, 2008, 2009).

Entende-se a sustentabilidade como uma questão também ideológica e política (O'CONNOR, 2002) no que se refere às condições ecológicas para o atendimento das necessidades humanas. Por ideologia, Bourdieu (1989a) compreende que o sistema simbólico de imposição de ideias transforma tais artefatos em fundamentos da dominação social, capazes de simbolicamente gerar construtos sociais de compreensão sobre a realidade social dos dominantes em estruturas incorporadas dos dominados. Pelo campo político, Bourdieu (1989a) define como uma

estrutura dotada de regras e papéis próprios, entre os quais os cidadãos (agentes dominados) são reduzidos arbitrariamente a consumidores de leis elaboradas pelas personificações políticas (agentes dominantes). O campo político é um espaço em que todos os *corpus* de saberes específicos (desde teorias e problemáticas, até a tradições culturais históricas e dados econômicos) são necessários para se manter no campo.

Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido. (BOURDIEU, 1989a, p. 169-170)

Pela sustentabilidade possuir como característica: ser dotada de um sistema simbólico de ideias fundamentados de tal forma a contribuir para a dominação social; e estar contextualizada em um campo de forças e de lutas ao mesmo tempo, a qual a produção ideológica é manipulada por *corpus* específicos dominantes de saberes impostos aos valores sociais individuais, a sustentabilidade nesta pesquisa é compreendida como **uma questão ideológica e política fundamentada na crença**. E por qual motivo a crença seria responsável por fundamentar os aspectos ideológicos e políticos da sustentabilidade? Além deste tópico, esta pergunta também foi respondida no decorrer da análise dos dados desta pesquisa.

A crença, para Bourdieu (2008), está presente em processos sociais de imposição dos valores sociais dominantes aos *habitus* incorporados aos agentes dominados. Nesse sentido, a sustentabilidade que é imposta por agentes dominantes como representantes políticos, organizações e demais instituições dotadas do poder simbólico oculto nas relações sociais, só se faz como tal, um artefato social impellido, por existir uma estrutura hierarquizada das relações sociais em um campo social relativamente autônomo e específico.

A sustentabilidade também é simbolicamente manipulada para que a interpretação construída pelos agentes dominantes seja constituída como o discurso dominante, inquestionável e “verdadeiro”, isto é, uma doxa. O sistema ideológico da sustentabilidade é ocultado por esta manipulação, uma vez que a relação entre os agentes em um campo que a sustentabilidade é alvo de uma ação pedagógica de disciplinarização, está hierarquizada pela distinção social existente, o lugar que a

sustentabilidade ocupa é de uma crença imposta a história individual, por meio da ação social de uma construção histórica coletiva dominante que reifica os valores sociais dos dominados como uma verdade única.

Por fim, a relação entre crença e sustentabilidade, ocultada pelas instituições dominantes, evidencia uma mescla entre dimensões objetivas e materiais, assim como de dimensões subjetivas e simbólicas da realidade social (BOURDIEU, 2009). Ao considerar que a sustentabilidade é parte de um leque de interpretações que variam de acordo com as diferenciações ideológicas e políticas de seu potencial hermenêutico, torna-se possível perceber que o interesse pela sustentabilidade não se resume apenas ao anseio pela dominação ideológica, mas que também encontra-se estrategicamente em formas de manipulação do “jogo” no campo em que está para a aquisição dos capitais necessários, para assim sustentar o dominante como tal. A relação entre crença e sustentabilidade torna possível compreender o motivo que faz de instituições como as organizações se tornarem interessadas por tal artefato. E para que a sustentabilidade favoreça a posição destas instituições enquanto dominantes, deve-se existir o processo social de constituição da crença que é ocultado em suas manifestações sociais no campo em que se encontra estas relações hierarquizadas e socialmente distintas.

Dadas as reflexões que contribuem para o direcionamento teórico da análise dos dados que são interessados para esta pesquisa, no capítulo seguinte são especificados os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização desta dissertação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção encontram-se informações que caracterizam a pesquisa em seus aspectos metodológicos. Os procedimentos adotados foram apresentados nesta seção, considerando os objetivos da pesquisa, tanto o geral, quanto os específicos. Informa-se que o pesquisador desta se posiciona epistemologicamente por meio da ontologia historicista e da epistemologia histórica bourdieusiana, que responde a problemática da pesquisa por uma abordagem qualitativa, cujos objetivos foram analisados por uma perspectiva descritiva e exploratória, e que em relação aos procedimentos técnicos foi classificada como documental e como um estudo de caso enquanto estratégia. Ressalta-se, em cada aspecto da pesquisa, a relação metodológica e epistemológica da pesquisa a fim de esclarecer ao leitor o caminho e as inspirações abordadas para a escolha das técnicas. E por fim, foram explicadas as orientações temáticas que foram essenciais para o momento de análise dos dados por meio da análise de narrativas.

4.1 A PESQUISA PARA BOURDIEU E SUAS RELAÇÕES COM A ORGANIZAÇÃO

Além de explicar os aspectos técnicos e empíricos desta investigação, considerou-se importante também apresentar a inspiração bourdieusiana em sentido metodológico, expondo, em especial o que o sociólogo pensa sobre a pesquisa metodológica e epistemologicamente. Para este tópico, considerou-se demonstrar e explicar algumas reflexões de Bourdieu no que se refere a pesquisa social e o papel do pesquisador.

Para Bourdieu (1989a), a pesquisa é um tipo de trabalho árduo que não se trata de um simples *show*, e sim de uma exposição pessoal que mais torna a discussão predisposta a ser desenvolvida do que finalizada. Nesse sentido que Bourdieu descreve com propriedade o importante papel da crítica, tornando assim a pesquisa como um grande palco, cuja exposição daquilo que se pesquisa deve tirar proveito da discussão e da benevolência da crítica, pois se trata da “[...] melhor maneira de ‘liquidar’ os erros” (BOURDIEU, 1989a, p. 18). A pesquisa responde a ideia comum da ciência: dá a todos respostas rápidas, práticas e compreensivas (BOURDIEU, 2004a). Nesse sentido que a contribuição do pesquisador, para

Bourdieu (2004a), está em atrair a atenção ao problema social, que por talvez ser obscura ou evidente demais, quando tornada pesquisa, “saltam os olhos” dos observadores.

Bourdieu (2004a) diz que “[...] a vida intelectual está mais próxima da vida de artista do que as rotinas de uma existência acadêmica.” Ao afirmar desta maneira, verifica-se a relação exigida do acadêmico em relação à pesquisa. Tendo em vista que a investigação, qual for o plano e objeto a ser analisado aos olhares teóricos do investigador, não se trata de mais uma tarefa protocolar a ser cumprida, e sim a construção de um objeto apto a ser criticado, na pior das hipóteses, levando-o ao rejeito de outros acadêmicos, e no melhor dos casos, ser criticado para enfim alcançar o auge da consagração científica.

A pesquisa bourdieusiana representa uma das “escadas” que levam a pesquisa em organizações a melhor compreender o mundo social ao seu redor. Everett (2002) afirma que teóricos como Bourdieu contribuem tanto para pesquisadores críticos focarem em vozes marginalizadas ou que não podem ser ouvidas, quanto também os contribuem a serem reflexivos e entenderem como estas vozes podem passar a serem ouvidas, o que torna essas vozes em construtos sociais aptos a serem compreendidas. Uma das inadequações ao relacionar a pesquisa em organizações se encontra neste estado: as organizações são vistas na tradição dominante científica como objetos naturalmente dados, e não socialmente construídas tal qual a epistemologia bourdieusiana (se assim o sociólogo aceitaria chamar) permite considerar (EVERETT, 2002).

As pesquisas nas organizações são vistas como problemáticas para Roberts (1989), uma vez que se trata de um objeto que é compreendido diferentemente para cada epistemologia de análise. Pelo fato dessa multi-interpretação realizada por pesquisadores da área dos estudos organizacionais, as técnicas, estratégias e classificações científicas e acadêmicas para a compreensão deste fenômeno social também são múltiplas, e que devem ser devidamente contextualizadas para que o viés multi-paradigmático não seja uma falha, e sim uma ferramenta reflexiva (LINCOLN; LYNHAM; GUBA, 2018; ROBERTS, 1989).

Para que esta pesquisa consiga adequar a objetividade socialmente construída a subjetividade sociológica de Bourdieu no que se refere ao seu conceito

sobre crença, considerou-se necessário também apresentar a identidade epistemológica da investigação, conforme o tópico seguinte.

4.2 IDENTIDADE EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

A identidade epistemológica desta investigação se adequa a orientação de Bourdieu (1993) quanto ao aspecto histórico, portanto é adotado assim uma ontologia historicista e um posicionamento epistemológico histórico. A pesquisa em questão se adequa a este recorte epistemológico considerando a importância dada sobre a história nas análises sociais e que também por ser a mais adequada em relação a sociologia bourdieusiana, uma vez que considerar o aspecto histórico dos fenômenos sociais significa abordar não apenas a análise do fenômeno em si, mas também da maneira que o fenômeno foi produzido (BOURDIEU, 1993).

Esclarece-se que para esta investigação, não pretende-se abordar nenhuma técnica ou abordagem métrica, estatística ou matemática para os procedimentos metodológicos. Contudo, não pretende-se também rotular esta pesquisa com tal rigor como acontece por uma forma fusa de “modismo” e preocupação científica nos estudos organizacionais (REED, 2007). Entende-se este tópico como “identidade”, pois se trata de uma descrição de afinidades com a epistemologia bourdieusiana, e que para isso, o rótulo paradigmático é desconsiderado.

Nunca pensei nesses termos. E costumo não responder a essas perguntas. Primeiro, porque, em geral, elas quase sempre são feitas – sei que não é o seu caso – com uma intenção polêmica, classificatória, para catalogar, *kathegoresthai*, acusar publicamente: "Bourdieu, no fundo, é durkheimiano". O que, do ponto de vista de quem diz isso, é pejorativo; significa: ele não é marxista, e isso é mau. Ou então: "Bourdieu é marxista", e isso é mau. Trata-se quase sempre de reduzir, ou de destruir. [...] De todo modo, a resposta à pergunta de saber se um autor é marxista, durkheimiano ou weberiano não acrescenta praticamente nenhuma informação sobre esse autor. Acho inclusive que um dos obstáculos ao progresso da pesquisa é esse funcionamento classificatório do pensamento acadêmico – e político –, que muitas vezes embaraça a invenção intelectual, impedindo a superação de falsas antinomias e de falsas divisões. A lógica do rótulo classificatório é exatamente a mesma do racismo, que estigmatiza, aprisionando numa essência negativa. Em todo caso, ela constitui, a meu ver, o principal obstáculo ao que me parece ser a relação adequada com os textos e pensadores do passado. De minha parte, mantenho com os autores uma relação muito pragmática: recorro a eles como "companheiros", no sentido da

tradição artesanal, como alguém a quem se pode pedir uma mão nas situações difíceis. (BOURDIEU, 2004a, p. 41).

Sendo assim, não é interesse desta investigação em estabelecer e se limitar, aos termos da administração científica, ao *one best way* paradigmático, uma vez que até mesmo Bourdieu não se preocupava com tal suposição. Em seguida, apresenta-se a classificação geral da pesquisa.

4.3 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

A pesquisa é classificada como qualitativa, exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa é empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pela complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. Segundo Deslauriers e Kérisit (2008), a pesquisa qualitativa enfatiza o campo, não apenas como reservatório de dados, mas também como fonte de novas questões, ora surpreendentes, ora mais pertinentes e mais adequadas do que aquelas que ele as indagadas no início. Por meio desta pesquisa, atentou-se ao emprego de abordagens específicas de interpretação quanto ao tratamento dos fenômenos apresentados antes, durante e após a recepção dos dados para análise, tendo em vista que o interesse de pesquisadores qualitativos é de compreender o contexto e os significados atribuídos as experiências dos respectivos campos analisados (MERRIAM, 2009). Além disso, trata-se de uma pesquisa qualitativa subjetivista, em sua forma de interpretação e de tratamento do problema de pesquisa, cuja resposta deve ser elaborada em compatibilidade a complexidade abstrata do tema.

Além de ser qualitativa, esta pesquisa também pode ser caracterizada como exploratória por visar conhecer as características de um fenômeno para procurar, em um momento posterior, explicações de suas causas e consequências. A pesquisa pode ser identificada como descritiva quando esta se interessa em descrever diferentes fenômenos e comportamentos de pessoas e processos no campo especificamente estudado – no caso desta investigação, uma organização –, e como exploratória quando o tema escolhido é pouco explorado e apresenta dificuldade elevada para a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis (RICHARDSON, 2017). Por meio desta pesquisa, buscou-se explorar os elementos

que compõem os objetos de estudo a fim de angariar mais conhecimento e incorporar características inusitadas, novas dimensões até então pouco conhecidas, com a intenção maior de proporcionar avanços e enriquecimentos científicos no tema estudado, tornando possível compreender a relação entre teoria e empiria em uma pesquisa bourdieusiana, conforme é tratado a seguir.

4.4 TEORIA E EMPIRIA EM PESQUISAS ORIENTADAS PELA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

“Da mesma forma que o conhecimento da anatomia não é a condição suficiente de um procedimento correto”, assim também a metodologia, dizia Weber, “não é a condição de um trabalho fecundo”. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000, p. 13)

A relação da teoria com a empiria, para Bourdieu, trata de uma estrutura de relação entre o objeto “real” (pré-construído pela percepção comum na realidade social) e o objeto da ciência (que são construídos propositalmente por um sistema específico de relações com o objeto real) (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000). Bourdieu (2000) atenta-se a descrever que não tão somente o real é analisado, quanto que para ser analisado, deve-se também ser interrogado pela iniciativa de quem pesquisa.

Para esta pesquisa, procura-se elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras, cujo objetivo teórico-empírico específico se concretiza ao revelar as relações construídas por meio das diferentes associações entre crença e sustentabilidade em contexto organizacional. Considera-se, portanto, as teorias discutidas nesta investigação como “ferramentas” que contribuem para a compreensão das relações ocultadas no contexto organizacional, os quais tornam possível efetivamente constituir uma realidade socialmente construída a quem lê esta pesquisa. Sendo assim, adotou-se uma estratégia de pesquisa coerente, conforme discutido no tópico a seguir.

4.5 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa abordada foi a de estudo de caso, por uma perspectiva qualitativa. Um estudo de caso qualitativo é uma descrição e análise

intensa e holística de um fenômeno ou unidade social (MERRIAM, 1998), cujo caráter interpretativo metodológico permite compreender a organização como uma construção formadora do caso estudado. Sobre fenômenos desta unidade social, além de aspectos empiricamente presentes em contexto organizacional, trata-se também de considerar nesta pesquisa outros artefatos sociais que estão simbolicamente inerentes às relações dos agentes com o campo, no que se refere as representações culturais e tradicionais socialmente construídas na estrutura histórica incorporada (DENZIN; LINCOLN, 2018).

O estudo de caso qualitativo é particular, descritivo e heurístico (MERRIAM, 2009). Particular, pois o caso em si é importante por revelar características sobre determinado fenômeno, e sobre o que este fenômeno deveria representar. Descritivo, por ter como objetivo explicar com propriedade características sobre o fenômeno estudado. E heurístico, pois, por meio da ciência, descobertas são feitas de acordo com as contribuições de ordem teórico-empíricas que a capacidade do pesquisador possa demonstrar.

Ressalta-se que, para um estudo de caso, cuja abordagem se enquadra na perspectiva qualitativa e histórica pela característica epistemológica, possui como característica principal a unicidade do estudo. Não pretendeu-se obter como resultado análises naturalmente generalistas. Assim como todo objeto de estudo para um estudo de caso, este objeto deve ser **limitado** a fim de não recair a indução de respostas universalistas ao estudo (MERRIAM, 2009). Tendo em vista essas características, foi-se definido o local de investigação no tópico seguinte.

4.6 LOCAL DE INVESTIGAÇÃO

Para elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras, considerou-se o local de investigação uma organização que atenda a dois critérios específicos:

- Que publiquem relatórios sobre sustentabilidade de acordo com o padrão Global Report Initiative (GRI);

- e que tenha permanecido na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-IBOVESPA) nos últimos três anos (2016, 2017 e 2018).

O GRI é um padrão de relatórios que tem por objetivo contribuir para as organizações comunicarem ao público interessado e compreenderem o impacto de suas atividades a sustentabilidade. Segundo informações da própria entidade reguladora do relatório GRI, aproximadamente 90% das consideradas maiores organizações do mundo utilizam relatórios de sustentabilidade como meio de comunicação de suas atividades e a relação destas com a sustentabilidade. Entre as organizações deste recorte, cerca de 75% delas divulgam relatórios aos modos do GRI (GRI, 2018).

A diretriz vigente do GRI é a G4, a qual tem por objetivo elaborar relatórios de sustentabilidade relevantes, com informações que procuram criar a necessidade de tornar o processo de relato de sustentabilidade uma prática padrão (GRI, 2018). As Diretrizes G4 orientam a apresentação de conteúdos relacionados a sustentabilidade em formatos de relatórios independentes de sustentabilidade, relatórios integrados, relatórios anuais, relatórios sobre normas internacionais específicas, relatórios eletrônicos (GRI, 2018).

O ISE é uma ferramenta comparativa do desempenho das organizações sobre a sustentabilidade corporativa. Esta sustentabilidade possui uma abordagem de análise voltada para eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (B3, 2018). Oito organizações compõem o Conselho Deliberativo do ISE: APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais); ANBIMA (Brazilian Financial and Capital Markets Association); ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar); Ethos; IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa); IFC (International Finance Corporation); MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ONU Meio Ambiente. No ano de 2012 houve o acréscimo de duas instituições ao conselho: o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e o IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). A BM&FBOVESPA (Bolsa de Mercadorias e Futuros, atualmente B3 – Brasil, Bolsa, Balcão) preside o órgão e é responsável pelo cálculo e gestão técnica do índice. A missão do CISE é

“garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas” (B3, 2018).

O interesse de participação da organização no ISE é voluntário e destina-se quarenta colocações de organizações para participarem do índice. Para a seleção das organizações, a B3 e o CISE contam com a colaboração do FGVces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas) e da FGV-EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo). Juntas, elas analisam e selecionam de acordo com o desempenho em sustentabilidade, baseada nas respostas de um questionário que abrange setes dimensões, desdobradas em critérios com indicadores específicos (análise quantitativa), e na comprovação com evidências documentais (análise qualitativa). As setes dimensões são: (1) Geral, baseado em critérios de compromisso, alinhamento, transparência e corrupção; (2) Governança Corporativa, sendo os critérios avaliados o conselho de administração, conduta e conflitos de interesses, propriedade e auditoria & fiscalização. (3) Social, com política, gestão, desempenho e cumprimento legal como critérios. (4) Econômica-Financeira, seus critérios são política, gestão, desempenho e cumprimento legal. (5) Ambiental, apoiada em critérios como política, gestão, desempenho e cumprimento legal. (6) Mudanças climáticas, política, gestão, desempenho e reporte são os critérios de avaliação. (7) Natureza do Produto, analisada por critérios de impactos pessoais, impactos difusos, princípio da precaução e informação ao consumidor (B3, 2018).

Conforme a metodologia do ISE (B3, 2018), o ISE é considerado um índice de retorno total, isso significa que este indicador demonstra as variações nos preços dos ativos das organizações integrantes do índice e “o impacto que a distribuição de proventos por parte das companhias emissoras desses ativos teria no retorno do índice” (B3, 2018).

Seguindo a Metodologia ISE (BM&FBOVESPA, 2015), os critérios de inclusão são: estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigor das três carteiras anteriores e ocupar as duzentas primeiras posições em ordem decrescente do Índice de Negociabilidade; ter presença de cinquenta por cento em pregão no período das três carteiras anteriores vigentes; não ser classificado como *Penny Stock*, segundo o Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA (2014), *Penny Stock* são ativos cuja cotação seja inferior a R\$1,00 (um real); e atender aos critérios de sustentabilidade de acordo com a avaliação realizada pelo CISE. Uma

vez que um ativo de uma organização atenda aos critérios de inclusão acima, todas as espécies de sua emissão participarão da carteira do índice desde que estejam entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das três carteiras anteriores, em ordem decrescente de índice de negociabilidade, representem em conjunto noventa e nove por cento do somatório total desses indicadores.

Os critérios de exclusão são: deixar de atender um ou mais critérios de inclusão registrados na metodologia do ISE; ou durante a vigência da carteira passar a ser listados em situação especial, que segundo o Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA (2014) são ativos que passam a ser negociados em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou qualquer outra hipótese definida pela Bolsa. As organizações são excluídas ao final de seu primeiro dia de negociação caso façam parte desse enquadramento. Caso o desempenho de sustentabilidade de uma organização, no entendimento do CISE, tenha sido significativamente alterado em função de algum acontecimento durante a vigência da carteira, os ativos serão excluídos, a qualquer momento, por deliberação do CISE.

No endereço eletrônico do índice foram consultadas as carteiras dos seguintes períodos: 2016, que compreende 35 organizações; 2017, que compreende 34 organizações; e 2018, que compreende 30 organizações. As listas são apresentadas nas figuras a seguir.

Figura 2 – Carteira do ISE 2016

Nova Carteira – 2016

AES Tiete	BRF	Copel	Eletrobras	Fleury	Light	SulAmerica
B2W	CCR	CPFL	Eletropaulo	Itaúsa	Natura	Telefônica
Banco do Brasil	Cemig	Duratex	Embraer	Itaú Unibanco	Oi	Tim*
Bradesco	Cesp*	Ecorodovias	Even	Klabin	Lojas Renner	Tractebel
Braskem	Cielo	EDP	Fibria	Lojas Americanas	Santander	Weg

Fonte: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

Figura 3 – Carteira do ISE 2017

Nova Carteira – 2017

AES Tiete	BRF	Copel	Eletrobras	Fleury	Lojas Renner	SulAmerica
B2W	CCR	CPFL	Eletropaulo	Itaúsa	Light	Telefônica
Banco do Brasil	Celesc	Duratex	Embraer	Itaú Unibanco	MRV	Tim
Bradesco	Cemig	Ecorodovias	Engie*	Klabin	Natura	Weg
Braskem	Cielo	EDP	Fibria	Lojas Americanas	Santander	

Fonte: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

Figura 4 – Carteira do ISE 2018

Nova Carteira – 2018

AES Tiete	CCR	CPFL	Engie	Klabin	Natura
B2W	Celesc	Duratex	Fibria	Light	Santander
Banco do Brasil	Cemig	Ecorodovias	Fleury	Lojas Americanas	Telefônica
Bradesco	Cielo	EDP	Itaú Unibanco	Lojas Renner	Tim
Braskem	Copel	Eletropaulo	Itaúsa	MRV	Weg

Fonte: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

Após feita a consulta desse recorte temporal, foi possível perceber apenas 26 empresas permaneceram nas listagens do ISE durante os três anos (2016, 2017 e 2018), os quais foram: AES Tietê, B2W, Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, CCR, Cemig, Cielo, Copel, CPFL, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletropaulo, Fibria, Fleury, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Light, Lojas Americanas, Natura, Santander, Telegônica, Tim e Weg.

Encontradas as organizações que atenderam aos critérios desta investigação, buscou-se investigar quais dentre as 26 organizações já selecionadas, publicavam seus relatos de impactos relacionados à sustentabilidade nos padrões do GRI em todos os anos do recorte temporal feito. Contudo, ao analisar as publicações em 2017 especificamente, das 26 organizações, quatro não publicaram seus relatórios no modelo GRI. São elas: EDP, Fleury, Itaú Unibanco e Natura. Desta forma, estas foram desconsideradas desta investigação, uma vez que alteraram em meio ao recorte temporal, o padrão de publicações sobre sustentabilidade. Sendo assim, 22 organizações foram consideradas para a realização da etapa empírica, e foi escolhida uma entre elas, a qual autorizou a realização desta pesquisa. Neste local de

investigação, as categorias teóricas foram previamente estabelecidas para que os objetivos sejam alcançados, conforme explicado no tópico seguinte.

Vale ressaltar que cinco organizações foram desconsideradas por não publicarem relatórios no padrão GRI em um ou mais anos investigados. Acredita-se ser relevante a presença das organizações ausentes do ISE na listagem do Global Reporting Initiative para que, por meio da análise dos documentos da organização selecionada, compreenda-se o possível motivo de saída do índice.

Dentre as 14 empresas que foram consideradas elegíveis para a realização da etapa empírica, optou-se pela realização da investigação sobre a empresa Vale S.A. Esta foi escolhida mediante o alinhamento entre as interpretações acerca do crime ambiental ocorrido na cidade de Brumadinho, no estado de Minas Gerais em 2019, e as principais orientações temáticas abordadas nesta pesquisa, que são: crença, advinda da sociologia bourdieusiana, e sustentabilidade.

Com o intuito de analisar o caso desta organização de maneira aprofundada, buscou-se investigar também o caso de uma das suas subsidiárias. Chegou-se as seguintes informações: 40 foram as organizações adquiridas pela Vale S.A. desde os anos 2000 até o ano de 2015, este número inclui compras totais e de partes das ações, destas, aproximadamente 15% passaram pelo processo denominado pela Vale S.A. de desinvestimento e deixaram de ser suas subsidiárias até o momento; 27 empresas adquiridas localizam-se no Brasil, as demais espalham-se em países como Canadá, Noruega, Colômbia, Guiné e outros países do continente Africano, contudo, suas subsidiárias no exterior concentram-se principalmente na Austrália (VALE, 2019).

Dentre as 27 subsidiárias brasileiras, está a Samarco Minerações S.A., adquirida no mês de maio dos anos 2000 por 710 milhões de reais (VALE, 2019). Neste caso, o destaque à esta organização associa-se ao ecocídio ocorrido na cidade de Mariana, também em Minas Gerais, no ano de 2015, pelo rompimento da barragem de Fundão. A empresa responsável por este acontecimento é administrada por uma *joint venture* entre a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. Ao considerar a Vale como parte de interesse da pesquisa, torna-se relevante analisar outra organização, enquanto sua subsidiária, que cometeu um crime ambiental semelhante. Uma vez selecionadas as organizações, os dados foram analisados a partir de orientações temáticas que foram apresentadas no tópico em sequência.

4.7 ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

Coletados os dados por meio dos procedimentos e instrumentos apresentados, foram escolhidas as orientações temáticas para direcionar a formulação das informações pertinentes e que auxiliem para o atendimento dos objetivos de pesquisa estabelecidos. O **Quadro 4** apresenta os conceitos escolhidos como categorias para a análise, e expõe suas respectivas definições empíricas.

As orientações temáticas são vistas como peças essenciais da pesquisa empírica, que agem como ferramentas para a busca de informações relevantes para a pesquisa social, no que diz respeito ao contexto original. Tais informações conduzem a investigação de forma a oferecer novas utilizações empíricas para a análise de um fenômeno (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000). As orientações temáticas optadas foram: crença, segundo a sociologia de Bourdieu; e sustentabilidade, que foi abordado no âmbito temático desta pesquisa. Vale ressaltar que as orientações temáticas estabelecidas para esta investigação são responsáveis por contribuir para a satisfação dos dois primeiros objetivos específicos de caráter teórico, pois a composição, descrição e justificação das relações teóricas entre crença e sustentabilidade em contexto organizacional intenta-se em compreender a legitimidade do aporte empírico escolhido *a priori*.

Quadro 3 – Orientações Temáticas

Tema	Palavras-chaves orientadoras	Características orientadoras	Referências
Crença	Acreditar; crer; aceitar; concordar; submeter; aderir; adesão.	Narrativas que afirmam, reforçam, idolatram valores, gostos e crenças de uma estrutura coletiva e objetiva, advindas de uma estrutura corporal individual e incorporada.	Bourdieu (1989, 1992, 1996, 2003, 2004a, 2004b, 2008, 2015a, 2015b)
Sustentabilidade	Meio ambiente; crime ambiental; crime ecológico; ecologia; natureza; desastre ambiental; desastre ecológico; desenvolvimento sustentável; socioambiental.	Compreende-se por sustentabilidade em suas variações de acordo com as vertentes que orientam a narrativa organizacional. Por questões políticas e ideológicas, a sustentabilidade em seu significado originário de existir condições ecológicas para a satisfação das necessidades humanas, foi distorcido por outros âmbitos sociais e, principalmente, econômicos advindos do desenvolvimento sustentável.	Foladori (2001), Lélé (1991), O'Connor (2002), Pierri (2001) e Redclift (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.8 ACESSANDO AS INFORMAÇÕES NA REALIDADE

As informações relevantes para resposta do problema de pesquisa apresentado, bem como para o alcance dos objetivos definidos, foram coletadas via pesquisa documental. A pesquisa documental tem semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre elas decorre da natureza das fontes: esta utiliza fontes secundárias, e aquela emprega fontes primárias, representadas por materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Sendo assim, interessou-se a esta pesquisa documentos que tratassem sobre o tema da sustentabilidade na unidade analisada.

Para que os dados coletados respondessem ao objetivo desta pesquisa, buscou-se levantar bases detentoras de diferentes estruturas de narrativas sobre as organizações Vale e Samarco que tenham sido produzidos pelas próprias organizações, bem como por terceiros. Os documentos coletados foram:

- Relatórios de Sustentabilidade da Samarco, entre os anos de 2010 à 2019, e da Vale, entre os anos de 2014 à 2019;
- Vídeos institucionais publicados nos canais do Youtube da Samarco que dizem respeito ao tema da sustentabilidade, entre os anos de 2010 à 2019, e da Vale, entre os anos de 2014 à 2019;
- Publicações feitas em páginas de redes sociais da Samarco S.A. que dizem respeito ao tema da sustentabilidade, entre os anos de 2010 à 2019, e da Vale S.A., entre os anos de 2014 à 2019.

O interesse pelas informações para o escopo desta pesquisa não se limitou a apenas buscar dados que retratassem aquilo que fosse enunciado pelas próprias organizações-alvo desta investigação. Para que a análise das narrativas fizesse sentido em si como ferramenta para a apresentação de parte da construção social e histórica da Samarco e Vale, buscou-se apresentar informações de jornais sobre as organizações. Os dois jornais foram selecionados por julgamento dos autores, considerando que ambos fossem suficientes para representar o tratamento midiático sobre as organizações. Sendo assim, foram considerados:

- Matérias que tivessem a sustentabilidade como tema editorial do jornal Carta Capital, e que tivessem citado a Samarco Mineradora, entre os anos de 2010 à 2019, e/ou a Vale S.A., entre os anos de 2014 à 2019;
- Matérias que tivessem a sustentabilidade como tema editorial do jornal Estadão, e que tivessem citado a Samarco Mineradora, entre os anos de 2010 à 2019, e/ou a Vale S.A., entre os anos de 2014 à 2019.

Tais matérias foram encontradas ao buscá-las pelo mecanismo de pesquisa de cada um dos jornais, tendo como palavras-chave “Samarco”, “Samarco Mineradora” ou “Vale S.A.”.

Nesta pesquisa, foram encontrados os seguintes materiais:

- 210 vídeos institucionais, sendo 125 do canal da Samarco S.A. e 85 da Vale S.A.;
- 43 matérias dos jornais pesquisados, sendo 35 advindas do Estadão

e 8 da Carta Capital;

- 12 relatórios de sustentabilidade do modelo GRI, sendo 7 relatórios da Samarco S.A. e 5 relatórios da Vale S.A.

O **Quadro 4** expõe as etapas procedidas, após a coleta dos dados, cujo percurso implicou em responder aos objetivos por meio de suas respectivas problemáticas.

Quadro 4 – Descrição das fases operacional e analítica da pesquisa e suas respectivas etapas

Fase	Etapa nominal	Procedimento analítico ou ação	Descrição
OPERACIONAL	1ª Etapa	Pesquisa documental – Seleção e coleta de dados	Momento específico para a seleção dos documentos pertinentes para responder ao objetivo da pesquisa. Foram selecionados os relatórios de sustentabilidade das organizações-alvo pesquisadas de períodos específicos que interessam ao escopo da pesquisa, bem como vídeos institucionais publicados em canais das organizações no Youtube e publicações em redes sociais Facebook e Instagram. Foram coletadas também reportagens dos jornais O Estadão e Carta Capital, obedecendo ao mesmo recorte temporal.
	Até esta etapa, os dados coletados foram agrupados para serem organizados nas próximas etapas operacionais.		
	2ª Etapa	Aplicação de filtros para organização dos dados	Estes filtros foram aplicados com o intuito de não recair ao generalismo analítico, e identificar aqueles materiais que não diziam respeito às organizações mineradoras pesquisadas, e à sustentabilidade ou aos acontecimentos trágicos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) que foram considerados nesta pesquisa.
	3ª Etapa	Extração de narrativas que interessam a pesquisa	Esta etapa compreende a extração e organização das narrativas coletadas dos relatórios, vídeos e fontes midiáticas em uma planilha auxiliadora.
Após a 3ª etapa, encerra-se o processo operacional da pesquisa. Portanto, é dado início a fase analítica dos dados coletados e operacionalizados.			
ANALÍTICA	4ª Etapa	Análise de narrativas	Nesta etapa, as narrativas foram analisadas por meio da organização efetuada na etapa anterior, dando ênfase aos detalhes subjetivos e significados construídos. Estabelece-se o direcionamento da análise orientando-se pelas temáticas estabelecidas para esta investigação.
Ao final da fase analítica, encaminha-se a pesquisa para a redação das considerações finais.			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Preocupou-se também em esclarecer a maneira pelo qual a pesquisa respondeu aos objetivos específicos estabelecidos e, conseqüentemente, aos problemas originários de cada um, o que deu origem ao **Quadro 5** a seguir. As perguntas de pesquisa que são dadas aos respectivos objetivos específicos são direcionadores investigativos para que seja dada atenção aos interesses específicos

de cada um dos objetivos. Sendo assim, torna possível, de maneira objetiva, responder a cada um dos compromissos específicos da investigação em questão por meio da resposta de cada uma das problematizações compostas.

Quadro 5 – Perguntas de pesquisa elaboradas para o atendimento dos objetivos específicos

OBJETIVO GERAL: Elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras	
Objetivo Específico	O que investigar?
Compreender, a partir da sociologia bourdieusiana, como a crença se associa à sustentabilidade.	Como se estabelecem as relações entre crença e sustentabilidade na organização?
Identificar narrativas referente às duas organizações mineradoras que manifestem as associações entre crença e sustentabilidade.	Como se estabelecem as associações entre crença e sustentabilidade?
Revelar, a partir das narrativas identificadas em documentos institucionais de duas organizações mineradoras e fontes midiáticas, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade.	Como as relações compostas se manifestaram nas narrativas advindas de uma realidade socialmente construída?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo apresentado os procedimentos que condizem com a empiria desta investigação, o tópico seguinte tratou da análise de narrativas como método da fase analítica dos dados.

4.9 ANALISANDO AS INFORMAÇÕES

A técnica de análise escolhida e coerente para a epistemologia desta pesquisa foi a análise de narrativas. As narrativas permitem ao pesquisador que aborde diferentes interpretações sobre um conceito, um acontecimento ou qualquer outro fenômeno, por meio da compreensão sobre como e em qual contexto tal narrativa foi construída. A narrativa, para ser entendida como tal, é caracterizada como tendo uma delimitação inicial (como tudo começou), o qual desencadeia outros eventos selecionados de um todo da experiência e apresentados de forma coerente (como tudo se desenvolveu) para que, finalmente, a situação final desenvolvida seja apresentada (o que se tornou) (FLICK, 2009). Esin, Fathi e Squire (2014) entendem a análise de narrativas como um método analítico que possui em si várias abordagens,

a qual provê ao pesquisador uma ferramenta que compreende diferentes níveis de análise das histórias contadas envolvidas.

Existe na pesquisa social um entendimento de que a narrativa é um meio pelo qual se possibilita acessar a ação e experiência humana, levando em consideração de que não se *encontra* a história narrada, e sim é *feita* (MERRIAM, 2009). Interessa nesse sentido, identificar a trajetória dos eventos e fatos e compreender como se estabelece a relação com aquilo que se interessa na pesquisa (FLICK, 2009). Para coletar estas informações, verifica-se a importância de se esclarecer, pelo aspecto da análise de narrativas, o que é uma narrativa socialmente orientada.

A narrativa socialmente orientada se diferencia da narrativa individualmente orientada, pois esta última se trata das expressões e representações advindas do estado interior do próprio indivíduo. A narrativa socialmente orientada não ignora totalmente o objeto da narrativa individual, no entanto, interessa-se mais a maneira que esta narrativa foi socialmente produzida. Considera-se, portanto, a narrativa como um fenômeno social (ESIN; FATHI; SQUIRE, 2014). As narrativas, portanto, em certo sentido, representam uma condição ontológica do estilo de vida humana, que constituem a realidade social por meio de recursos socioculturais. As narrativas são, para Sparkes e Smith (2008), as responsáveis por dar textura à pintura da vida. Para esta pesquisa, as narrativas são tratadas a partir dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados até o momento.

A análise das narrativas foi conduzida por meio do uso de uma planilha auxiliadora, onde foram registradas as narrativas extraídas, bem como seus dados específicos que facilitam a identificação (sobre a fonte e a data de elaboração da fonte consultada). Conforme pode ser visto nos anexos, todos os documentos coletados foram devidamente cadastrados nestas tabelas auxiliadoras para facilitar a identificação.

Em seguida, foi dado o devido tratamento interpretativo: as narrativas coletadas foram agrupadas de acordo com as afinidades representativas (como, por exemplo, grupo de narrativas sobre o conceito de sustentabilidade para a Vale, grupo de narrativas sobre o conceito de desenvolvimento sustentável para a Samarco e entre outros agrupamentos) e organizadas temporalmente. Feito isto, as narrativas foram submetidas às interpretações dos autores, de acordo com as orientações

teóricas previamente estabelecidas, a fim de tornar a análise direcionada a responder o objetivo geral da pesquisa, de elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras. A seguir, é dado início a descrição dos dados coletados para a análise desta pesquisa.

5 A MANIFESTAÇÃO DA CRENÇA SOBRE A SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Nesta seção é apresentada a análise das narrativas selecionadas, iluminada por uma leitura bourdieusiana responsável por fundamentar as elucubrações das histórias narradas no campo em questão. Interessou-se nesta análise evidenciar o que houve com o conceito de sustentabilidade nas organizações estudadas antes e após os ecocídios cometidos em Mariana e em Brumadinho. Por meio disso, buscou-se também elucubrar sobre como a crença na sustentabilidade se manifestou nas narrativas enunciadas pelas organizações, bem como pelo público externo, representado pelos jornais Estadão e Carta Capital.

A seguir desta introdução, preocupou-se em descrever as organizações pesquisadas, assim como o contexto de análise histórica das narrativas. Em seguida, buscou-se evidenciar as narrativas encontradas que deram origem à história reificada sobre a crença manifestada nas narrativas sobre a sustentabilidade, contada pelas organizações nos relatórios, vídeos institucionais e nas redes sociais. Posteriormente, foi apresentada a análise das narrativas enunciadas pelos jornais analisados que representaram o lado oculto da história objetivada sobre a crença presente nas narrativas sobre a sustentabilidade. Finalmente, foram apresentadas considerações sobre a trajetória histórica sofrida pelas organizações no que diz respeito à crença narrada sobre a sustentabilidade.

5.1 SOBRE AS ORGANIZAÇÕES ENUNCIADORAS DA HISTÓRIA REIFICADA

As organizações analisadas nesta pesquisa foram a Samarco Mineração S.A. e Vale S.A., conforme explicado nos procedimentos metodológicos. Ambas divulgam relatórios de sustentabilidade que estão em conformidade com o modelo GRI, assim como foram responsáveis por dois crimes ambientais ocorridos em Mariana, em novembro de 2015, e em Brumadinho, em janeiro de 2019. A Samarco consolida-se como uma empresa mineradora de pelotas de ferro com mais de 40 anos de atuação no mercado. Atualmente, a Samarco possui uma produtividade anual de 25 milhões de toneladas de pelotas, e tem atuado em diferentes regiões dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo a unidade corporativa em Belo

Horizonte, barragens de rejeitos (Germano) e de água (Santarém) no Complexo de Germano (municípios de Mariana/Ouro Preto – MG) , além de minerodutos em 25 municípios entre os dois estados (SAMARCO, 2018).

A Vale S.A. é líder global em exploração de minério de ferro e níquel em pelotas, atuando em 27 países. Trata-se de uma organização privada de capital aberto, e que, juntamente com a BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP), tem administrado a Samarco por meio de uma *joint venture* (VALE, 2015). Ambas as organizações (Samarco e Vale) divulgam relatórios de sustentabilidade com determinada frequência e foram responsabilizadas por dois episódios desastrosos de ecocídio: o primeiro, ocorrido em 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco em Mariana (MG) ficou marcado pela morte de 19 pessoas, a destruição das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, considerando também os danos ambientais ainda não solucionados mesmo 4 anos após o ocorrido.

O crime ambiental ocorrido em Mariana ainda é retomado na narrativa das organizações como um episódio a ser resolvido, ou como sinônimo de aprendizado em suas práticas de gestão de impacto. É evidente nos documentos institucionais que tal acontecimento demarca um momento de resignificação sobre o que se diz sobre sustentabilidade para a Samarco. Por esse motivo, nesta pesquisa optou-se por considerar este fato com determinada atenção, a fim de elucidar sobre a manifestação do conceito de sustentabilidade, frente a um momento tão desastroso.

O segundo ecocídio aconteceu em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho, marcado pelo rompimento da Barragem I de rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão. Foram despejados 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos em aproximadamente 295 hectares, atingindo comunidades vizinhas e contaminando o rio Paraopeba com as partículas sólidas de rejeito. Centenas de pessoas morreram, e tal como Mariana, os impactos ambientais e sociais ainda estão presentes.

Ambos os fenômenos desastrosos contribuíram para que a sustentabilidade fosse questionada, resignificada e reestruturada pelas próprias organizações, por políticas governamentais e também pela própria sociedade, principalmente em assuntos que se referem ao valor à vida sobre as atividades desempenhadas pelas mineradoras. Nesse sentido, a crença, isto é, a adesão do corpo enquanto uma estrutura histórica de incorporações à regra (BOURDIEU, 2008)

transmitida pelas organizações em seus respectivos documentos institucionais (relatórios, vídeos e publicações em redes sociais) se manifestam de diferentes maneiras, de acordo com a estratégia, ou seja, o nível de improviso visando a adaptação do discurso ao campo (BOURDIEU, 2009) utilizada para a contínua consolidação da crença no que é dito sobre sustentabilidade pela Samarco e pela Vale.

Dado o contexto de análise de ambas as organizações, posteriormente é iniciado a apresentação das narrativas que representam, nos documentos, a crença na sustentabilidade a qual as organizações concentraram seus esforços para defende-la.

5.2 SOBRE A HISTÓRIA REIFICADA: A SUSTENTABILIDADE CONTADA PELAS ORGANIZAÇÕES

Este tópico dedicou-se a apresentar as diferentes interpretações encontradas sobre as narrativas extraídas dos documentos coletados. Esta análise foi dividida de duas maneiras: primeiramente, foi dividida por organização, sendo a Samarco a primeira analisada. Em seguida, apresenta-se a análise das narrativas da Vale. Outra divisão feita é sobre o aspecto temporal, e como fenômeno divisor desta análise, utilizou-se dos períodos de influência dos ecocídios de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Portanto, uma divisão de narrativas antes e pós-tragédias foi realizada.

Toda a análise contou com contribuições de Bourdieu para a análise, para que o objetivo específico de revelar, a partir das narrativas identificadas em documentos institucionais de duas organizações mineradoras e fontes midiáticas, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade fosse satisfeita. A seguir, é dado início a análise das narrativas conforme a divisão explicada.

5.2.1 Samarco: Narrativas Antes da Tragédia de Mariana (2010-2014)

Como explicado no capítulo sobre a sociologia bourdieusiana, a história reificada representa a parte da construção social dos agentes a qual abriga os

artefatos objetivados da subjetividade dominante, isto é, dos artefatos “*taken for granted*”, o que faz a história se tornar o que Bourdieu (1989a) chamou de “história feita corpo”. Nesse sentido, para esta pesquisa, compreendeu-se que as narrativas advindas de documentos institucionais representam interpretações das injunções estruturais das organizações, que não empreendem qualquer margem de questionamento ou de reflexão sobre o que já foi dito.

Os relatórios de sustentabilidade das duas organizações possuem esse caráter informativo, por se tratar de um modelo de relatório que necessita de determinada objetividade, bem como também por conta de existir um órgão majoritário que define normas para a formulação de tal documento. Todos os relatórios possuem uma estrutura padrão de apresentação, que segue a demonstração de temas específicos materiais sobre o que está relacionado à sustentabilidade.

Os relatórios da Samarco iniciam com uma breve apresentação do relatório, bem como mensagens escritas por representantes, no caso, pelo presidente e pelo diretor do Comitê de Administração da organização. Este comitê foi formado para absorver assuntos relacionados à sustentabilidade, o que justifica sua presença discursiva logo no início dos relatórios. Além desta comunicação de representantes da organização, são apresentados resumidamente alguns resultados econômicos e sociais, sendo os principais: índices de uso sustentável de recursos naturais; índices de redução de emissão de poluentes no meio ambiente; projetos sociais relacionados à internalização da sustentabilidade; índices de impacto social como números de pessoas beneficiadas com os projetos, percentual de contratações e abertura de vagas, entre outros; e índices de reputação, de ética e prevenção à corrupção. Segundo a Samarco:

A definição e a organização do conteúdo continuam a obedecer à seleção de temas relevantes obtidos com base na nossa Matriz de Materialidade, revisada a cada dois anos. Também consideramos os compromissos dos quais a Samarco é signatária, de forma a abordar assuntos presentes no Pacto Global e nos Objetivos do Milênio, por exemplo. (SAMARCO, 2012, p. 10)

Os relatórios de sustentabilidade da Samarco abrigam diferentes conceitos que dizem respeito a um tema comum para a compreensão da organização: a sustentabilidade. No decorrer do relatório, é possível verificar também uma frequente necessidade de prestar contas aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável. Para isso, ao final de cada item apresentado no relatório, até o ano de 2015 quando ocorreu o ecocídio da barragem do Fundão em Mariana, demonstrava-se a quais objetivos o item relatado estaria atrelado. Esta atenção era dada até o ano de 2015, quando também a organização decidiu publicar relatórios bienais, ao invés de anuais. Foram analisados os relatórios de sustentabilidade da Samarco dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015-2016 e 2017-2018.

Para a construção do conceito de sustentabilidade para a Samarco, foi necessário no relatório que a organização se posicionasse em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Assim como é para o campo científico, ambos os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável são complementos mútuos. O desenvolvimento sustentável para a Samarco reconhece, primeiramente, seus impactos socioambientais em locais onde atuam. Para isso, declaram abertamente que buscam “mitigar” seus impactos, sem necessariamente apresentar soluções pragmáticas e objetivistas. O intuito das narrativas sobre o desenvolvimento sustentável foi construir ferramentas simbólicas que façam crer que a inovação e tecnologia da Samarco bastariam para ser um modelo de desenvolvimento sustentável.

Inovação e tecnologia também é um importante impulso para o sucesso de nossas operações em todos os eixos da sustentabilidade. Consideramos de forma permanente aspectos como conformidade ambiental, tecnologias limpas e ecoeficiência, e pautamos nossas iniciativas de longo prazo, principalmente no desenvolvimento tecnológico capaz de gerar menor impacto. Essa filosofia de gestão encoraja as empresas a buscar melhorias ambientais que gerem benefícios econômicos paralelos, conforme preconizado pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD). (SAMARCO, 2012)

Este trecho representa a maneira como o desenvolvimento sustentável foi construído pela organização no decorrer dos relatórios, até o ano de 2015. Ressalta-se o ano do ocorrido de Mariana, pois após este episódio, os valores da organização para o que é compreendido como sustentabilidade foi totalmente ressignificado, como foi visto em análises posteriores a esta.

Segundo a Samarco, principalmente nos relatórios dos anos de 2010 e 2011, houve uma intensa propagação do conceito de “Desenvolvimento com Envolvimento”. Para a organização, para que haja desenvolvimento, deve haver uma

construção mútua das partes interessadas. Sendo assim, a Samarco inicia o relatório dizendo que:

Queremos o lucro, sim. Queremos ser uma referência, sim. Queremos crescer e ocupar espaços. Mas de forma perene, para crescer com coerência. De forma sustentável, para crescer sempre. Valorizamos nossos empregados. Acreditamos na força do ser humano como fonte propulsora de inspiração, transformação, realizações e harmonia. Cultivamos um clima interno seguro e amigável. Prezamos a qualidade, a pesquisa e a inovação. Temos produtos adequados às necessidades de nossos clientes. Temos processos operacionais consolidados. Temos clientes que estão há muitos anos conosco, o que atesta a idoneidade de nossos produtos e serviços e contribui para consolidar nossa reputação. Temos protagonismo social nos relacionamentos com as comunidades dos locais onde mantemos nossas operações. É da nossa conta, sim, e queremos apoiar o crescimento e o desenvolvimento dessas populações. Respeitamos o meio ambiente. Sabemos de nossos impactos, mas fazemos o máximo possível para mitigá-los ou compensá-los. Acima de tudo, temos um profundo respeito pela mãe natureza. Isso é Desenvolvimento. (SAMARCO, 2010c, p. 3)

Em um trecho único e inicial para um relatório de sustentabilidade, a organização transpareceu seus capitais, o campo de atuação e, ao mesmo tempo, a atuação da *illusio* responsável por fortalecer os instrumentos simbólicos de dominação que conduzem os leitores a crerem na organização pelo seu habitus. Por esta narrativa, representou-se além do que a organização compreende por desenvolvimento, uma das formas responsáveis por instaurar a crença na Samarco e no que a organização compreende por sustentabilidade, aos agentes sociais que se relacionam com suas atividades, desde funcionários, acionistas, diretores, até cidadãos de cidades vizinhas aos locais geográficos de atuação da organização.

Entende-se que a Samarco se interessa por uma forma de desenvolvimento sustentável *mainstream*, que ao mesmo tempo busca por mecanismos de crescimento econômico a partir de seus capitais tecnológicos e humanos, e narra sobre uma possível preocupação pela sustentabilidade, em relação aos seus impactos sociais e ambientais. Esta compreensão de desenvolvimento sustentável está relacionada com o que Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) denominaram como *status quo* o *framework* conceitual que defende um desenvolvimento sustentável sem a necessidade de mudanças fundamentais em tomadas de decisões, práticas sociais ou em relações de poder. Esta é uma visão dominante entre governantes e organizações tais como a Samarco e a Vale.

Para que esta leitura sobre o desenvolver sustentavelmente seja tornada como verdade, ou seja, incorporada à subjetividade dos agentes sociais e escrita na história coletiva (BOURDIEU, 2008), mais especificamente daqueles que estão de alguma forma relacionados com a Samarco, a organização se diz responsável pelos seus impactos e que atua socialmente para que os mesmos sejam minimizados, por meio de práticas de desenvolvimento social nas comunidades impactadas pela sua atividade. Sendo, portanto, nada além do que estratégias práticas que buscam conduzir simbolicamente os agentes a crerem em uma narrativa inclusiva e promissora, quando na realidade trata-se de uma prática ritualística, própria de uma narrativa dominante.

O conceito de desenvolvimento sustentável para a Samarco, por mais que a narrativa entregue sinais de preocupações quanto ao impacto socioambiental causado pelas atividades de mineração, a ênfase se encontra em aspectos econômicos, uma vez que o desenvolvimento sustentável está relacionado diretamente ao conceito de ecoeficiência aplicado para a Samarco. Por ecoeficiência, é exposto no relatório uma definição advinda do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).

A definição de ecoeficiência do WBCSD mostra que seu alcance é possível por meio da entrega de mercadorias a preços competitivos e da prestação de serviços que satisfaçam às necessidades humanas, tragam qualidade de vida e, ao mesmo tempo, reduzam progressivamente os impactos ecológicos e a intensidade de utilização de recursos. (SAMARCO, 2012, p. 23)

O conceito de ecoeficiência vem com uma diretriz a ser considerada na análise do atual processo produtivo e na implementação e proposição de projetos e avanços tecnológicos futuros. A busca por se fazer mais e melhor com menos continua a ser trabalhada na dimensão econômica e mais fortemente nas perspectivas ambiental e social. (SAMARCO, 2012, p. 38)

Mais uma prova de que organizações do porte da Samarco possuem interesses não enfáticos no que se refere à sustentabilidade ecológica. Aspectos relacionados às bases ecológicas da vida humana não são compreendidas com a mesma importância quanto à sustentabilidade econômica das organizações. As possíveis soluções que transparecem nos relatórios da Samarco, por meio das narrativas enunciadas, fazem do conceito de sustentabilidade um sinônimo para lucratividade. O conceito de sustentabilidade, assim como a compreensão de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, está atrelado aos aspectos

objetivistas, organizacionais e atrelados às estratégias de competitividade e de ganho de reputação da Samarco.

Sustentabilidade é a capacidade da Empresa se desenvolver e inovar em ambientes de crescente complexidade e interdependência, com transparência e responsabilidade econômica, ambiental e social. É a geração de valor para a Samarco e partes interessadas, pautada pela ética, confiança, pró-atividade e visão sistêmica. Fazemos isso por meio de ações e parcerias que buscam assegurar o equilíbrio entre as dimensões econômica, sociocultural e ambiental, respeitando as gerações atuais e contribuindo para o desenvolvimento das gerações futuras (SAMARCO, 2010c, p. 28).

Inicialmente, tal conceito evidencia o agente Empresa como aquele beneficiado pela sustentabilidade. Isso demonstra mais uma vez a ênfase dóxica de que as organizações são causa e consequência para a sustentabilidade, que transformam o meio ambiente em palco para produção e desenvolvimento de tecnologias produtivistas. O conceito de sustentabilidade também está presente em vídeos do canal da Samarco, como na fala do então diretor-presidente José Tadeu de Moraes da organização, na época, em 2010.

O conceito de sustentabilidade é visto como um conceito histórico, segundo Moraes. Trata-se de um pensamento que não esteve presente apenas no mercado, mas que também demanda da sociedade que contribui para o pensamento sustentável. Segundo o então diretor-presidente, o pensamento sustentável é baseado no seguinte questionamento: Qual é o impacto das ações da empresa na sociedade, no meio ambiente, ou como é que a Samarco ou a sociedade pode contribuir para que todos vivam dos resultados da organização ou que somos impactados pelos resultados da empresa, pela ação ou pela forma de trabalhar da empresa, pela produção da empresa? E ainda complementa: Como é que nós podemos melhorar a vida de todas essas pessoas?

Evidencia-se a partir desta narrativa a visão da sustentabilidade para a organização neste período, naquele determinado contexto histórico da Samarco. Segundo Moraes, a Samarco tem desenvolvido várias ações sobre a sustentabilidade, que são exemplificados como ação de desenvolvimento do meio ambiente, ações sociais que são sinônimo de geração de emprego e educação para o público envolvido com a empresa, a questão da conduta ética de todo o campo social da Samarco (este ponto foi descrito como elemento “zelado” pela Samarco).

Trata-se da construção de uma *illusio*, enunciada pela própria narrativa e compreensão positivista quanto ao que é compreendido sobre a sustentabilidade para a Samarco. A *illusio* é o princípio da crença, que permite ao dominante produzir o engajamento aos anseios do campo dominado, produzindo o próprio “jogo” deste campo (BOURDIEU, 2015a). Tornar a sustentabilidade, um conceito que abrange desde aspectos sociais e principalmente ambientais, reduzido ao aspecto econômico na busca por resultados que de alguma forma possam beneficiar socialmente comunidades envolvidas com as atividades de mineração da Samarco, é induzir a produção não apenas das próprias regras e dos capitais movimentados neste espaço social, mas também tornar a Samarco a própria regra, o próprio jogo e a própria verdade sobre o que se diz sobre sustentabilidade.

Dito isso de outra maneira, é possível também evidenciar como tal pensamento dóxico encontra-se reificado na história dos próprios funcionários que estão relacionados com as áreas de sustentabilidade. Em vídeo, Paulo Rabelo, então diretor de desenvolvimento e planejamento da Samarco em 2010, citou que

Sustentabilidade pra Samarco é um valor. Eu acho que é importante a gente entender que a Samarco é uma empresa que explora recursos naturais. Como tal, ela tem que ter declarado no seu conjunto de valores o respeito ao meio ambiente e todas essas questões. [...]

Me sinto muito bem em trabalhar em uma empresa que explora recursos naturais, como engenheiro de minas formado, e encontrar uma empresa que traz isso de maneira muito clara e que não coloca nenhum empecilho de nenhuma natureza, nem econômico e nem de valores, para que a gente possa praticar as nossas crenças. Pessoalmente, eu acredito que esse é o grande lema que a sociedade no mundo tá (sic) vivendo, e nós temos a obrigação e o direito de exercer tudo o que for possível, que tiver ao nosso alcance para que as soluções sejam desenhadas e colocadas em prática (SAMARCO, 2010a).

O pensamento sustentável da Samarco reificou-se em histórias individuais como um exercício de estratégias competitivas e que há um uso de recursos naturais compreendido como aceitável. A crença dos funcionários da Samarco na sustentabilidade tornou corpo a crença reificada da Samarco, o que fez a *illusio* construída proliferar uma doxa indiscutível e estruturada objetivamente na subjetividade dos agentes dominados sobre o que se pensa sobre sustentabilidade.

Envolver valores pessoais ao conceito de sustentabilidade que está atrelado ao pensamento desenvolvimentista da organização representa não apenas uma adesão ao campo social dominado pela organização, como também uma

submissão à regra independente da racionalidade do agente social, que não possui o livre arbítrio sobre a decisão de crer (BOURDIEU, 2009). Tal crença instaura-se silenciosamente, tornando as disposições corporais submissas à ordem da doxa, ao discurso dominante legitimado objetivamente como verdade e que gera, independentemente da decisão do agente de crer, um acordo entre a história individual (ontogênese) e a história reificada coletiva (filogênese) (BOURDIEU, 2008). Sem perceber, a narrativa organizacional violentou as estruturas mentais e as tornaram reprodutoras da compreensão sobre sustentabilidade, estruturas ortodoxas, desabilitadas a questionar ou refletir.

Revela-se também que a compreensão sobre a sustentabilidade tal como foi apresentado por Rabelo é originário do entendimento particular do então diretor-presidente:

Agora pra mim o que isso é importante, que me dá muito prazer em poder trabalhar assim. É muito mais fácil eu trabalhar numa empresa em que os conceitos que eu tenho nessa questão da sustentabilidade são aceitos, eles são disseminados, são entendidos, né, não só por todo o público que envolve a empresa, mas os públicos também que estão nos acompanhando. Isso faz com que me dê satisfação de trabalhar numa empresa que eu posso aplicar aquilo que eu sinto que é importante [numa questão] como essa que é o desenvolvimento (SAMARCO, 2010b).

A visão de Moraes sobre sustentabilidade no contexto da Samarco demonstra o lado otimista de se pensar sobre tal conceito em uma organização como a Samarco. Oculta-se que a sustentabilidade é algo *taken-for-granted*, como uma crença, um artefato simbólico que é apenas dado, não construído pelo agente, mas por uma estrutura. Por vezes, a Samarco encorajou-se em dizer que a sustentabilidade faz parte de um pensamento construído socialmente.

O relacionamento com as comunidades vizinhas às nossas unidades operacionais e ao longo dos minerodutos é marcante na atuação da Empresa. Os ganhos que esta relação gera para ambas as partes fizeram com que, em 2011, a Samarco fortalecesse ainda mais seu papel social, considerando as características e as necessidades específicas de cada localidade como uma premissa na forma de atuar (SAMARCO, 2011, p. 55).

O diálogo respeitoso, próximo e construtivo é a base do relacionamento da Samarco com as comunidades onde atua. Essa troca permanente ocorre de forma estruturada e contínua, envolvendo lideranças e representantes da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público, e busca legitimar as soluções para a promoção do desenvolvimento local e para a melhoria constante da qualidade de vida das pessoas. As iniciativas de Diálogo Social buscam contribuir para o entendimento do nosso negócio pela sociedade,

para o fortalecimento dos relacionamentos e para a minimização dos riscos (SAMARCO, 2011, p. 58).

Trata-se, em tese, de uma ação social que causaria alguma influência às decisões da organização frente ao “diálogo social” promovido com comunidades relacionadas à atuação da Samarco. No entanto, esta prática não possuiu efeitos significativos e claros por parte da sociedade. O diálogo ocorre apenas entre aqueles que possuem os capitais adequados para tais mudanças fundamentais. Esta frente de análise se consolida pelo fato da Samarco, no ano seguinte a esta citada narrativa, ter sinalizado a constituição de um “Modelo de Sustentabilidade”.

No que concerne à valorização do campo socioambiental, buscamos construir relações que assegurem nossa reputação e nossa imagem, além de investir em programas focados na geração de valor para nossos principais públicos e na redução de impacto ambiental. Como principal avanço em 2012, desenvolvemos nosso Modelo de Sustentabilidade, que define as diretrizes e as prioridades da Samarco em relação ao tema, considerando os impactos positivos que nosso negócio pode gerar. Com a construção desse modelo, trazemos à prática o nosso objetivo de tornar a sustentabilidade um requisito de gestão concreto para todas as áreas da Empresa (SAMARCO, 2012, p. 21).

Por esta preocupação apontada na narrativa anterior, evidencia-se que o modelo possui afinidades econômicas, e sobretudo à reputação da Samarco. Trata-se de um conjunto de diretrizes direcionados ao tema que abrangem todas as áreas da organização. A constituição de um “modelo” remete a um modo inflexível de agir, mais especificamente no que se refere ao pensamento sustentável. A sustentabilidade passou, de uma possível construção social que é construído e estruturado de maneira “colaborativa” pela sociedade para um “modelo”, um dado não questionável e nomeado como verdade.

O poder de nomeação da Samarco para se dizer sobre aquilo que é e o que não é sustentabilidade se consolida por meio da constituição deste modelo. Isto é, não será sustentabilidade ao espaço de atuação da Samarco qualquer pensar, agir ou refletir diferente do que foi estruturado pelo habitus da organização em questão. A história novamente se reifica e as histórias individuais se deparam com outro acordo. A sustentabilidade se manifestou como uma crença a partir do momento que houve a constituição de um modelo. A construção social da sustentabilidade foi revelada, então, como uma *illusio* propagada por ações sociais que em nada representava significativamente para a estruturação do conceito à Samarco.

Bourdieu (2008, p. 117) explica que o mundo social “está semeado de chamados à ordem, que só funcionam como tais para aqueles que estão predispostos a percebê-los, e que reanimam disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pelas vias da consciência e do cálculo”. Analisar este fenômeno por esta lente propõe uma leitura tornada profunda, uma análise no que está além da decisão consciente de crer, uma vez que crer está acompanhada da decisão de esquecer a decisão de crer (BOURDIEU, 2009). Por este motivo que elucidou-se sobre ambas contradições encontradas nas narrativas da Samarco: antes, importava-se com a construção social de um conceito. Logo após, um modelo inflexível foi tornado verdade ao mesmo conceito. A sustentabilidade, antes moldável e construída, passou a ser uma regra e estruturante de habitus dominados e estruturados por esta categoria de percepção.

A visibilidade conceitual da sustentabilidade para a Samarco resume-se em: capacidade de produzir mitigando danos; e a sustentabilidade é um aprendizado. A Samarco compreende que suas atividades geram impactos ambientais irreparáveis, e que para isso busca alternativas de tornar tais consequências menos danosas. Ressalta-se no comportamento da Samarco a constante compensação de tais danos na busca por precificações dos danos causados, isto é, os impactos socioambientais são passíveis de serem “solucionados” pela Samarco por meio de investimentos em recursos, processos e tecnologias que foquem na geração de renda, emprego e novos mecanismos que contribuam para o meio ambiente.

A Samarco busca, por meio do Investimento Social, gerar valor compartilhado entre a Empresa e a sociedade, por meio da disponibilização mútua de recursos, processos e tecnologias. Com foco em educação, geração de renda e empreendedorismo, as iniciativas contribuem para o desenvolvimento local, integrado e sustentável da sociedade (SAMARCO, 2011, p. 60).

Por isso, uma de suas prioridades é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde opera, não apenas gerando postos de trabalho, mas também participando da evolução profissional de pessoas da comunidade. Medidas como a contratação de mão de obra local – que representou 63% das admissões de empregados próprios da Samarco em 2012 – e o desenvolvimento de programas focados na qualificação de profissionais nas regiões vizinhas das operações fazem com que a Empresa transforme esse compromisso em realidade. Buscamos aliar o crescimento da produção à redução dos impactos socioambientais, usando a tecnologia como um driver de sustentabilidade. Para isso, analisamos riscos e oportunidades e desenvolvemos estudos internos para ampliar a eficiência operacional (SAMARCO, 2012, p. 14).

Primeiramente, é válido ressaltar que o interesse pelo desenvolvimento de tecnologias que possam mitigar os impactos ambientais causados pelas atividades da organização surgiu após o início das operações de maior impacto. O que aponta pela falta de planejamento prévio quanto aos usos de tecnologias que possam garantir na redução de tais impactos. De qualquer maneira, o interesse da Samarco pela modernização ecológica é evidente, por uma perspectiva organizacional que mais condiz com uma visão prescritiva desta corrente (MOL, 1997). Esta visão da modernização ecológica como um programa de projetos para a solução dos efeitos de degradação do meio ambiente, ocasionados pela industrialização e expansão das atividades de organizações como a Samarco, representa uma vertente dos estudos sobre a sustentabilidade que, torna-se possível solucionar os problemas da crise ambiental se, e somente se, toda a sociedade se permitir seguir tal comportamento. Diferente disso, não haverá resultados aceitáveis a serem esperados de tal fenômeno social (MOL, 1997).

Nesse sentido, a Samarco buscou ainda mais evidenciar sua tentativa em relacionar-se com a sociedade de comunidades impactadas por suas atividades, principalmente após a tragédia de Mariana, no ano de 2015, quando o conceito de sustentabilidade para a Samarco, aclamada como um “valor” e como um conjunto de anseios para demonstrar resultados de projetos sociais e tecnológicos implantados para a redução de seus impactos, foram totalmente ressignificados. A seguir, é feita uma análise pós-Mariana sobre a sustentabilidade para a Samarco.

5.2.2 Samarco: Narrativas Pós-Tragédia de Mariana (2015-2018)

O ecocídio cometido pela Samarco em 05 de novembro de 2015 deixou como resultados: 19 mortes confirmadas e mais de 11,1 milhões de m³ de rejeito foram despejados no Rio Doce (MG), chegando ao mar 17 dias depois, no Espírito Santo. Os impactos ambientais ainda imensuráveis a biodiversidade aquática e o abalo estrutural na reputação da organização geraram impactos evidentes à organização, principalmente no que se refere às suas ações sobre a sustentabilidade. Nesta seção da análise, dedica-se considerável atenção quanto ao que ocorreu com

o conceito de sustentabilidade para a Samarco após a tragédia de Mariana, por meio de uma leitura bourdieusiana.

Os relatórios foram os primeiros impactados pela tragédia e que interessam para a pesquisa em questão. Ao invés de serem publicados relatórios anuais, passou a serem publicados relatórios bienais (no caso, os períodos foram 2015-2016, 2017-2018). Tal estratégia foi adotada frente à constante necessidade da organização de se pronunciar publicamente em maior frequência, após o ocorrido. Sendo assim, os relatórios se tornaram menos densos, com informações pontuais sobre outros resultados, com profundidade em aspectos relacionados às ações de reparação dos danos causados (uma profunda ação de prestação de contas à sociedade foi iniciado tanto nos relatórios quanto em vídeos) e, conseqüentemente, com maior carga de componentes responsáveis pela reestruturação da reputação da Samarco.

Em 2015, ocorreu o trágico rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco em Mariana (MG). [...] Para gerenciar esses impactos e, pouco a pouco, buscar resgatar a confiança da sociedade brasileira, é necessário estruturar uma nova Samarco, com novas competências. [...] Infelizmente, 2015 firmou-se como o ano em que os laços de confiança da Empresa com a sociedade brasileira foram duramente colocados à prova (SAMARCO, 2016, p. 3-4).

A preocupação da Samarco quanto ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades próximas às áreas de mineração possui um considerável peso as preocupações relacionadas à sua reputação organizacional. Para isso, a Samarco institucionalizou o poder da crença sobre a sustentabilidade a partir do momento em que optou, por motivos estratégicos, por criar um grupo seletivo de profissionais responsáveis por ditar aquilo que se diz sobre sustentabilidade na organização. Nesse sentido, a crença fez que corpos de agentes inseridos no contexto organizacional da Samarco aderissem à ilusão de que a sustentabilidade fosse um conceito construído, quando na realidade a própria organização optou por constituir uma doxa sobre a sustentabilidade e que agiria de tal forma a se tornar regra para todas as áreas da organização.

Sobre o artefato organizacional denominado como “modelo de sustentabilidade”, já discutido na seção anterior e defendido pela organização, deixou de existir após o ecocídio de Mariana. A tragédia gerou questionamentos quanto ao

habitus que se fazia estruturante e estruturado sobre a sustentabilidade. Sendo assim, nem a sustentabilidade tão defendida e valorizada pela Samarco como modelo e valor pessoal foi discutida nos últimos relatórios, uma vez que tais objetos se tornaram questionáveis após a tragédia.

Por fazer parte de um setor que gera impacto, mas que também é capaz de contribuir com o progresso e o desenvolvimento tecnológico, humano e socioeconômico dos territórios da Área de Influência Direta, a Samarco mantém, há mais de uma década, mecanismos de diálogo e engajamento para os públicos de relacionamento. Além disso, é signatária de compromissos, do Pacto Global e de acordos voltados ao desenvolvimento sustentável. [...] O rompimento da barragem impõe uma ampla reflexão sobre os impactos, investimentos e projetos da Samarco para alinhar sua gestão a requisitos de sustentabilidade (SAMARCO, 2016, p. 17).

Por este motivo, mais uma prova de que em períodos de crise, organizações como a Samarco abrem mão da sustentabilidade em detrimento de outros aspectos reputacionais, que impactam diretamente nos resultados econômicos. A relação com acionistas também é comprometida em momentos críticos, o que torna as estratégias ainda mais focadas em garantir ganhos econômicos na forma de reparos da confiança entre a sociedade e outras partes interessadas nas atividades da organização.

Tal comportamento que pode ser constatado pelos relatórios divulgados após o rompimento da barragem de Fundão em 2015 demonstra o quão frágil o pensamento sustentável torna-se quando fenômenos deste porte colocam à prova o compromisso da organização com a sustentabilidade. Em 2010, a Samarco havia declarado um conjunto de princípios orientadores para sua atuação enquanto empresa, declarando assim um compromisso com a sustentabilidade com base em:

- Conduzir o negócio em conformidade com a legislação vigente no País, adotando preceitos de responsabilidade social e coerente com os compromissos nacionais e globais publicamente assumidos;
- Atuar de forma responsável sobre o uso dos recursos naturais, considerando os limites e a capacidade de regeneração do ambiente natural, mitigando impactos e contribuindo para a preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos recursos energéticos e buscando continuamente alternativas criativas em suas operações;
- Promover a diversidade e o desenvolvimento permanente do capital humano e intelectual dos seus empregados, de forma justa, clara e meritória;
- Promover e construir um processo de comunicação organizacional interno e externo aberto ao diálogo social permanente;
- Engajar as partes interessadas no modelo de Sustentabilidade, estruturar as decisões e escolhas com base nos princípios regidos nesse modelo e

liderar esforços para a elaboração de acordos e projetos conjuntos entre iniciativa privada, sociedade e governo;

- Estimular e apoiar as iniciativas de empregados, fornecedores, clientes, parceiros locais, governos e sociedade que partilham de nossos compromissos com a Sustentabilidade e a responsabilidade social, no sentido de empreender mudanças de forma responsável, ética e justa, buscando o equilíbrio ambiental e o bem-estar coletivo;

- Construir e manter uma lógica de negócios com o compromisso de gerar riqueza para acionistas, empregados, terceiros, sociedade, governos, fornecedores e clientes (SAMARCO, 2010, p. 15).

Mesmo que a preocupação demonstrada seja definida e defendida por um grupo de ações e políticas que buscam a gestão pautada pela ética, a qual ainda enfatiza um equilíbrio entre dimensões "econômicas, ambientais e sociais com as necessidades atuais da sociedade e das futuras gerações", é ainda mais enfática a preocupação com a competitividade. Sendo assim, o que fez a Samarco buscar meios para expressar tais preocupações é baseada em preocupações econômicas. Nesse sentido que o conceito de sustentabilidade, por si só, não pode se sustentar após o episódio ocorrido em Mariana.

Evidencia-se, portanto, que a sustentabilidade para a Samarco revelou-se como uma *illusio* tornada pública por meio dos relatórios, mas que não pode ser sustentado após o ecocídio ocorrido. Bourdieu (2001, p. 20-21) explica que “tudo se passa de outro modo quando se trata de distorções ligadas ao fato de pertencer a um determinado campo ou de manifestar adesão unânime nos limites desse campo, à doxa que o define em sentido próprio”. A sustentabilidade para a Samarco agiu enquanto uma crença fundamental no interesse pela adesão a um campo, que por desgaste social ao violentar simbólica e publicamente a sociedade com uma distorção sobre o conceito, tornou desvelada o interesse pela crença da história tornada coletiva no que se refere ao que se defendia como sustentabilidade pela organização. A sustentabilidade para a Samarco mais agia como uma ferramenta simbólica de dominação de seu público que sustentava até então uma crença, do que possivelmente fosse uma preocupação ou uma condição de ação organizacional, tal como era descrito pela Samarco em relatórios anteriores.

Enquanto que nos relatórios o tratamento sobre o conceito de sustentabilidade foi prioritário até 2015, nas redes sociais a discussão atinge patamares consideravelmente superficiais, e que não estão relacionados diretamente ao que é tratado sobre o conceito, mas ao que foi ocorrido em Mariana e as ações que estão sendo praticadas para a reparação dos danos. Notas de esclarecimento,

informações sobre projetos e principalmente sobre a Fundação Renova (instituição dedicada para o atendimento social e econômico das comunidades atingidas pela tragédia) são os conteúdos mais frequentes na linha do tempo de publicações, que verdadeiramente não complementam informações sobre sustentabilidade divulgados em relatório.

Finalmente, evidenciou-se por meio desta análise como a crença no conceito de sustentabilidade para a Samarco se manifestou nas narrativas presentes nos relatórios e vídeos institucionais, e em resumo: o conceito de sustentabilidade para a Samarco encontra-se dedicado ao espectro econômico, tendo em vista tal pensamento como uma ferramenta competitiva; porém, mesmo tendo sido tratado com prioridade nas narrativas em relatórios anteriores a 2015, após o ecocídio de Mariana, o conceito de sustentabilidade se tornou obsoleto e foi ressignificado para a organização, enfatizando ainda mais o argumento de que a preocupação com a sustentabilidade na Samarco atuava como um instrumento simbólico de dominação, responsável por consolidar a crença na história reificada da organização no que diz respeito à sustentabilidade em si.

Em seguida, é iniciada a análise das narrativas provenientes dos materiais coletados referentes à Vale, que também foi responsável por um dos ecocídios mais trágicos, ocorrido em Brumadinho em 25 de janeiro de 2019.

5.2.3 Vale: Narrativas sobre a Sustentabilidade Antes da Tragédia de Brumadinho (2014-2018)

Os relatórios da Vale possuem certa similaridade de estrutura de apresentação, comparados aos documentos da Samarco. Iniciando com explicações sobre a abrangência e escopo dos relatórios, a Vale preocupou-se em demonstrar temas materiais relacionados ao perfil e à atuação da organização; atuação da governança interna e externa da Vale; perspectivas e projeções de empreendimento de projetos da organização; o relacionamento com pessoas, o que inclui as pessoas da própria organização, bem como pessoas externas, que são relacionadas por meio de projetos sociais; e a relação da Vale com assuntos relacionados à sustentabilidade no que diz respeito ao meio ambiente e mudanças climáticas. Os relatórios de

sustentabilidade da Vale analisados foram dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Diferentemente da Samarco, a Vale não optou por divulgar relatórios Bienais após o ocorrido em Mariana, no ano de 2015.

Assim como os relatórios da Samarco, os relatórios da Vale iniciam com mensagens advindas de lideranças como diretores executivos e então presidente da época. Nessas apresentações iniciais, foi possível identificar a preocupação da Vale quanto o direcionamento de estratégias com o intuito de se alcançar o desenvolvimento sustentável. Por este conceito, a Vale entende que este conceito trata-se de uma ferramenta responsável por otimizar a adaptação da organização no que se refere aos ciclos econômicos. Assim como a Samarco, tratar sobre o desenvolvimento sustentável é sinônimo de otimização econômica.

Nossa estratégia de negócios é direcionada ao desenvolvimento sustentável para permitir atravessar a volatilidade dos ciclos econômicos e baseia-se em ativos e projetos de classe mundial (VALE, 2014, p. 9).

A estratégia de negócios segue direcionada ao desenvolvimento sustentável, para permitir que atravessemos a volatilidade dos ciclos econômicos, e baseia-se em disciplina de custos e ativos de classe mundial (VALE, 2015, p. 10).

Os pronunciamentos citados são advindos da presidência do Conselho de Administração da Vale. O interesse pelo desenvolvimento sustentável como uma estratégia econômica diverge do que é relatado no próprio relatório, uma vez que esta visão representa apenas parte do que foi dito como desenvolvimento sustentável para a organização. Segundo a Vale (2015, p. 24),

O desenvolvimento só é sustentável quando se gera e compartilha valor com suas partes interessadas. A Vale considera prioridades o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a qualidade de vida de seus profissionais, além do investimento em inovações tecnológicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

Evidencia-se, portanto, que o Conselho de Administração não possuía categorias de percepção preparadas para elucidar e pronunciar-se sobre o desenvolvimento sustentável. Tratava-se de um habitus despreparado e que buscava agir como dominante, no entanto teve de ser reformulado para adaptar-se à narrativa representativa sobre o desenvolvimento sustentável para a Vale. Sendo assim, o Conselho passou a ser assessorado pelo Comitê de Sustentabilidade da Vale, criado

em 2017 para avaliar “a estratégia de sustentabilidade, garantindo que ela seja considerada na definição da estratégia global da empresa” (VALE, 2017, p. 24).

Tratar sobre o desenvolvimento sustentável passou a ser um assunto acessório ao Conselho de Administração, e não mais uma narrativa incorporada na estrutura formada por este Conselho. Nesse sentido, o Conselho de Administração tornou-se o porta-voz da doxa sobre o desenvolvimento sustentável, o que o fez também detentor de um habitus adaptado pelas normas e das disciplinas dominadas por um grupo seletivo, detentor do poder de nomear do que se trata por sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável na organização.

Esta relação estruturada e hierarquizada entre os próprios agentes da Vale possui reflexos na compreensão sobre a sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade para a Vale possui como categoria *a priori* atuar estrategicamente no conceito de desenvolvimento da organização. Um dos objetivos declarados nos relatórios que a Vale possui ao se pronunciar sobre suas ações consideradas do espectro da sustentabilidade é de tornar-se referência no campo, isto é, possuir os capitais adequados do campo para se tornar parte e dominante do campo. Para a Vale (2014, p. 13), “sustentabilidade é um dos [seus] pilares estratégicos, fundamentada no conceito de que o desenvolvimento só é sustentável quando a empresa e a sociedade crescem juntas, compartilhando o valor gerado”. Tal narrativa se replica no relatório na forma de demonstração de resultados econômicos, de aproveitamento de rejeitos, em economia de recursos naturais e implementação de projetos sociais. Mesmo quando depois da incorporação de um comitê de sustentabilidade ao Conselho de Administração é consolidado, a compreensão objetivista e corporativista sobre a sustentabilidade se mantém, como foi dito no trecho a seguir:

Para a Vale, sustentabilidade extrapola algarismos e cifras. Ela permeia o nosso processo decisório para que possamos contribuir de maneira efetiva para a sociedade. [...] Para nós, sustentabilidade é, sobretudo, uma questão de postura, um jeito diferente de operar (VALE, 2017, p. 7).

O conceito de sustentabilidade para a Vale sofreu mudanças descritivas nos relatórios, mas houve uma continuidade nas estruturas mentais incorporadas a compreensão de tal conceito. Por mais que tenha declarado publicamente que a sustentabilidade faz parte das decisões da Vale a fim de contribuir com a sociedade na forma de projetos sociais e de ações compreendidas pela Vale

como sustentáveis, trata-se de um grau de improvisação necessário para que a crença na sustentabilidade seja mantida pelo público que a Vale busca atingir. Por esta leitura, cita-se também que

A Vale assume, em sua Política, que a busca pela sustentabilidade é inerente aos seus negócios e que ela é alcançada quando suas atividades, produtos e serviços geram valor não somente para seus acionistas, como também para todos os públicos de relacionamento, como empregados, parceiros e comunidades (VALE, 2017, p. 61).

O interesse pelo envolvimento público em relação ao que é compreendido por sustentabilidade na Vale é um fato que, diferentemente da Samarco, não demonstrou qualquer sinal de que o entendimento sobre as decisões dos processos ligados à sustentabilidade estaria aberto para ser construído socialmente. A constituição de um modelo de remuneração variável que implica em uma forma de proposta econômica para que os funcionários da organização ajam sustentavelmente consolida ainda mais a elucidação de que a sustentabilidade para a Vale é uma crença manifestada em suas narrativas. A proposição do uso do capital econômico como ferramenta para que a sustentabilidade seja atingida na organização por parte do público envolvido com a organização, torna objetivado o acordo entre a história reificada estruturada e tornada coletiva pela Vale sobre a sustentabilidade com a história individual dos funcionários envolvidos nesse acordo econômico. Literalmente, a história individual das disposições corporais dos habitus individuais foram vendidos e submetidos a aderirem à doxa da sustentabilidade assegurada pelos mecanismos de dominação, responsáveis por fundamentarem a crença no que é dito por sustentabilidade na Vale.

Assim, são monitorados nas operações da Vale diversos indicadores socioambientais que consideram os temas água, resíduos, emissões, energia, recuperação de áreas degradadas e questões sociais críticas. Esses indicadores são utilizados também como base no programa de remuneração variável da Empresa, que atrela o desempenho econômico-financeiro à excelência operacional e à sustentabilidade. (VALE, 2016, p. 41)
Na busca pela melhoria contínua em suas operações, a Vale tem um amplo programa de remuneração variável que impacta os empregados próprios, sendo uma forma de reconhecer sua contribuição para o resultado da empresa (VALE, 2017, p. 42).

Esta estratégia contradiz a mensagem inicial do relatório de sustentabilidade do ano de 2017, que declara abertamente que a sustentabilidade

“extrapola algarismos e cifras”. O que na realidade acontece é que o capital econômico é utilizado como uma ferramenta auxiliadora para a reificação do que é compreendido como sustentabilidade na Vale, para a consolidação de um sistema simbólico de crença. Bourdieu (1989a, p. 12) explica que

Os "sistemas simbólicos" distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos [...].

A crença na sustentabilidade é produzida pelos corpos especializados do Comitê de Sustentabilidade e que, por meio do uso de recursos econômicos de remuneração variável, torna corpo os discursos e ritos necessários para que a sustentabilidade idealizada pela organização seja precisamente replicada. Tal ação gera disciplinas corporais de obediência guiadas pelo capital econômico, mecanismo pelo qual organizações como igrejas, exércitos e partidos políticos por exemplo, enfatizam para que haja a crença corporal que, segundo Bourdieu (1988), é algo que o corpo concede mesmo que o espírito denegue.

Tais ações se fizeram necessárias pelo fato de a Vale admitir que seus impactos ambientais são inevitáveis. Sendo assim, todo mecanismo capaz de conduzir a disciplina corporal à manipulação e torna-la útil para os objetivos da organização se torna uma ferramenta de dominação simbólica necessária para ocultar danos causados ao meio ambiente como um todo.

O nosso objetivo é mitigar os impactos do uso da terra, ao mesmo tempo em que conservamos e recuperamos territórios nas regiões onde atuamos, incluindo uma abordagem para os serviços ecossistêmicos relevantes às nossas atividades, associados aos temas de água, mudanças climáticas, energia e comunidade (VALE, 2014, p. 91).

A admissão de que as operações da organização geram impacto aos recursos naturais, e aos ecossistemas envolvidos nos territórios de atuação, revela o falso envolvimento ao campo associado à sustentabilidade. Uma vez que o conceito de sustentabilidade se sobressai como sinônimo de ferramenta estratégica em prol do desenvolvimento da organização, como analisado anteriormente, dizer que a

preocupação pelos impactos possui uma abordagem relevante ao aspecto ambiental torna-se suficientemente ilusório.

O envolvimento da Vale com o jogo que está sendo jogado no campo da sustentabilidade, ou seja, a *illusio* que fundamenta e dá base a consolidação da crença na sustentabilidade (BOURDIEU, 2008, 2009) possui amarras consistentes ao tipo de sustentabilidade que organizações e instituições com elevado interesse no capital defendem, uma forma de sustentabilidade fraca que é fragilizada pela falta de ponderação à crise ambiental instaurada. Em tempos de busca pelo desenvolvimento dito sustentável, torna-se ainda menos frequente a apresentação de narrativas coerentes à uma sustentabilidade ambiental adequada.

É interesse também desta pesquisa compreender a dinâmica de tal conceito frente ao que ocorreu em Brumadinho, quando outra barragem de rejeitos localizada no Córrego do Feijão. Em 25 de janeiro de 2019, esta barragem se rompeu, causando 249 mortes confirmadas, somadas a mais de 39 mil pessoas atingidas pelo rompimento, dentre elas pessoas desalojadas, resgatadas, até então desaparecidas e evacuadas. A seguir, é feita uma análise da manifestação da crença na sustentabilidade da Vale após o ocorrido em Brumadinho.

5.2.4 Vale: Narrativas Pós-Tragédia de Brumadinho (2019)

Tratar sobre a sustentabilidade após o acontecimento de Brumadinho transformou o relatório de sustentabilidade de 2018 mais em um decreto de prestação de contas e justificativas do que efetivamente sobre sustentabilidade. Assim como para a Samarco após o ocorrido em 2015, em Mariana, a Vale teve de dar início a um processo de ressignificação ao conceito de sustentabilidade que até então era defendido pela organização, mais especificamente pelo Comitê de Sustentabilidade que assessora o Conselho de Administração. Ainda assim, não deixou de apresentar resultados numéricos quanto a produtividade, gestão dos projetos sociais e focados na produção implementados nas unidades e comunidades envolvidas, e também ao faturamento. Tais demonstrações aconteceram na tentativa de acobertar assuntos relacionados aos impactos sociais e ambientais produzidos pelo ecocídio de Brumadinho.

O rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão nos colocou diante de uma situação extremamente desafiadora. Além do apoio aos atingidos e da mitigação dos impactos à sociedade e ao ambiente, esses acontecimentos demandam da Vale o reforço de seus compromissos com o aperfeiçoamento de suas operações e com a busca de tornar-se uma referência em sustentabilidade (VALE, 2018, p. 30).

A sustentabilidade tornou-se para a Vale um conceito desafiado, e que necessita de retomada e aperfeiçoamento por meio dos compromissos firmados no relatório no que diz respeito às preocupações socioambientais da Vale. O pronunciamento quanto ao ocorrido em Brumadinho foi mais robusto em comparação ao pronunciamento da Vale em relação à Mariana, no ano de 2015, quando ao se pronunciar buscou desculpabilizar-se da ocasião, tornando claro que a Samarco é uma parte passiva da Vale e que o rompimento da barragem de Fundão foi, sobretudo, um impacto econômico para a organização.

O resultado econômico registrado no ano foi divulgado em meio a um panorama adverso, que conjuga a queda dos preços do minério de ferro e de outras commodities, como o níquel, e o grave acidente com o rompimento da barragem da Samarco, ocorrido nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais – Brasil, pelo qual lamentamos profundamente e prestamos solidariedade aos empregados, suas famílias e as comunidades atingidas (VALE, 2015, p. 10).

Pelo lado organizacional, a precificação do ecocídio friamente expõe o ocorrido de maneira objetificada e que torna a subjetividade presente em um objeto indenizável. Os vídeos institucionais da organização que se encontram no canal do Youtube mascaram esta interpretação com a estratégia adotada pela Vale de apresentar resultados de ações da organização no sentido de “prestar contas” e de comunicar e informar os públicos interessados sobre quais as ações de reparação pós-tragédia tem sido prioridade. Vale ressaltar que os vídeos presentes no canal são apenas aqueles que foram publicados após a tragédia de Brumadinho, sendo o vídeo mais antigo o pronunciamento de Fábio Schvarstman em relação ao rompimento.

Diferentemente da Samarco, que manteve vídeos institucionais presentes no canal, a Vale decidiu manter o seu canal no Youtube apenas para demonstrar assuntos relacionados ao acontecimento de Brumadinho. Uma narrativa frequente e que representa o motivo pelo qual este canal de comunicação ainda existir

para a organização é de que “[A Vale sabe] que ainda há muito a ser feito e [continuarão] fazendo”.

Ainda sobre a necessidade de ressignificação dos processos ditos sustentáveis ou que estão de acordo com o desenvolvimento sustentável defendido pela Vale, o diretor-executivo de Relações Institucionais Luiz Eduardo Osorio declarou em vídeo novos aportes financeiros, e em meio a esta comunicação afirmou que

A Vale, agora, numa nova postura de mais humildade e diálogo direto com esses municípios, nós vamos manter permanentemente esse contato, esse diálogo para saber quais são as primeiras necessidades desses municípios e como que nós [a Vale] podemos ajudar num momento tão difícil. Para que possamos todos nós juntos sairmos fortalecidos dessa crise, dessa enorme tragédia que assolou todos nós. E também para que a gente possa repensar e pensar a mineração do futuro, e em breve estaremos anunciando novos investimentos aqui em Minas Gerais (VALE, 2019).

A necessidade de responder a momentos críticos como pós-ecocídio para o caso da Vale tem como estratégia integrar em suas narrativas a prontidão para a reformulação organizacional. Afirmar que uma nova fase ou que uma reflexão acerca da atividade operacional faz parte do planejamento responsivo ao ocorrido consolida ainda mais o argumento de que o significado antes defendido pela organização (se é que em algum momento foi consolidado como um princípio que se sustentasse por si mesmo) era frágil e integralmente falível. O que implica em dizer que a existência da sustentabilidade nas narrativas entregues nos relatórios e em outros veículos de comunicação era questionável, e quando não inexistente.

Foi necessário também que a Vale nomeasse um representante de respostas imediatas da tragédia. O engenheiro Marcelo Klein, atual diretor da Vale focado na reparação dos danos causados atua como porta-voz da organização com o intuito de manter a comunicação entre a sociedade e a Vale no que se refere às ações para mitigar os impactos do rompimento da Barragem I. Para isso, a Vale dedicou uma *tag* nomeada *#ValeResponde*, que é apresentado por Klein no sentido de responder a perguntas feitas, mas que tratam especificamente de aspectos técnicos relacionados às ações da Vale em relação a prevenção de novos rompimentos.

Outras *tags* foram utilizadas, tais como *#Comunicado* e *#ValeInforma*. Ambos agrupam vídeos de comunicação de diferentes agentes da organização sobre as ações feitas para, de alguma forma, mitigar os impactos causados pelo

rompimento. No entanto, em nenhum momento ou vídeo foi possível identificar respostas que dizem respeito ao que antes era tratado como sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. O foco comunicativo e a narrativa estratégica entregue se baseia a satisfazer anseios e questionamentos feitos tanto pela sociedade em geral, quanto pelos próprios acionistas, que detém maior poder pela maior movimentação de capital interessado pela organização.

No mesmo dia do rompimento, o Presidente da Vale Fabio Schvartsman atendeu a uma entrevista coletiva, a qual entregou uma narrativa de luto, mas advindo de um habitus próprio construído por ser porta-voz de uma instituição dotada de poder estruturante, tornando-o uma forma personificada de parte da subjetividade possível de ser acessada de uma estrutura tão objetiva quanto uma organização como a Vale. Nesse sentido, sua mensagem inicial à mídia entregou algumas leituras referente ao ocorrido.

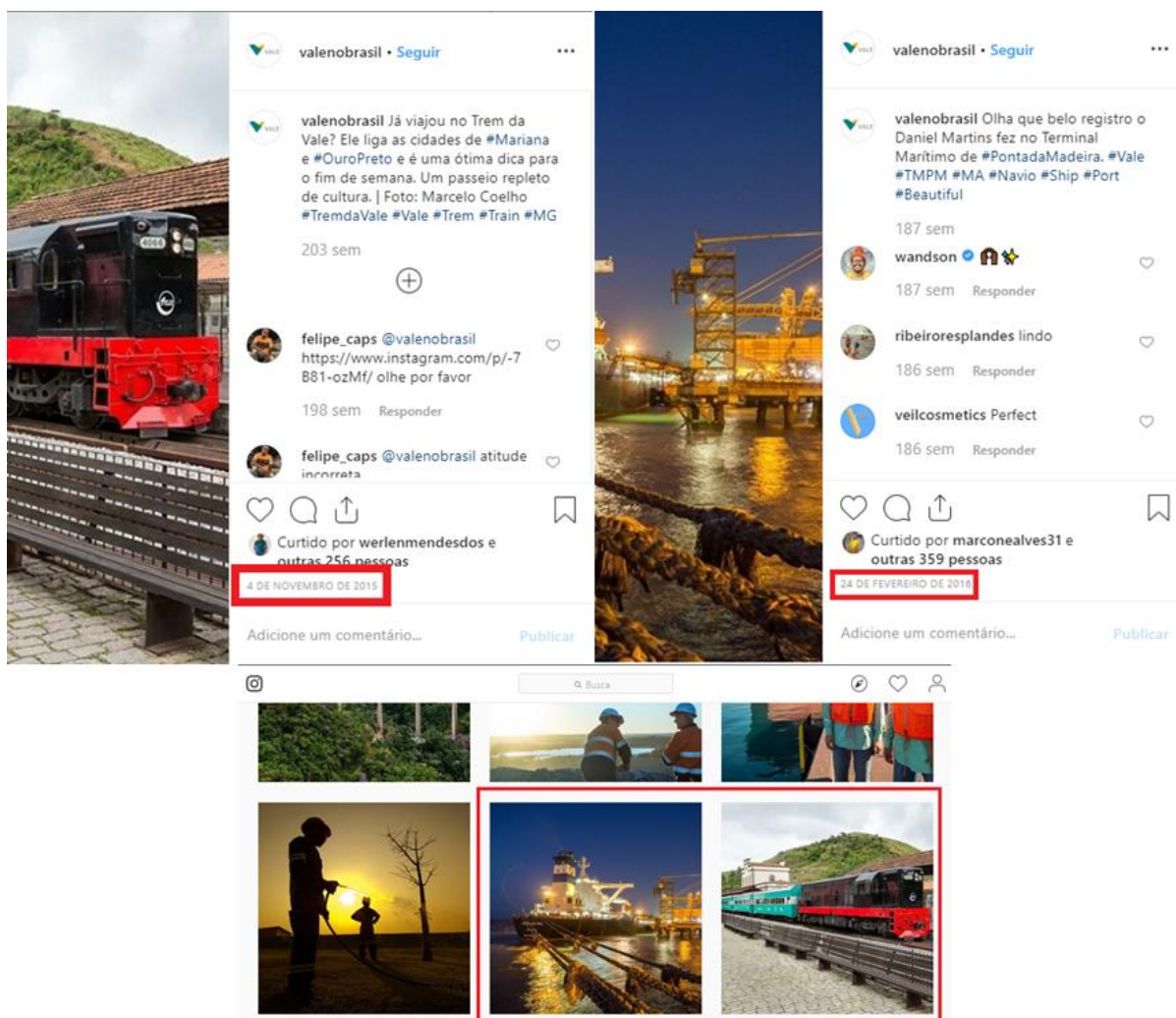
Eu queria antes de mais nada dizer que é com enorme pesar que a gente relata o acidente que aconteceu, na barragem de Feijão lá em Brumadinho, que isso foi uma enorme tragédia. [...] Nos pegou totalmente de surpresa. Eu estou completamente dilacerado com o que aconteceu. [...] Senhores, esses acidentes são a coisa pior que uma pessoa pode ter na vida. Importante que os senhores saibam que a maioria dos atingidos são os nossos próprios funcionários. Nós tínhamos no momento do acidente aproximadamente trezentos funcionários, próprios e terceiros, trabalhando naquele local. E quando eu me referia a surpresa, é porque temos atestados de auditorias externas feitas por empresas especializadas, inclusive alemãs, que atestam a estabilidade dessas minas periodicamente [...] (VALE, 2019).

Duas principais interpretações podem ser feitas e que reflete na maneira como o ecocídio de Brumadinho foi compreendido em suas horas iniciais: primeiramente, ao ter personificado o acontecido e tornado incorporado o conhecimento referente ao rompimento, o sentimento de luto pelas vidas atingidas dos funcionários da própria Vale e outras organizações terceiras é a abertura da mensagem, bem como um sinônimo para o então “acidente”. E em segundo lugar, a tragédia foi vista como um “acidente” e como uma “surpresa”, o que sugere que até mesmo o que anteriormente foi citado em outros relatórios, como parte fundamental da descrição sobre os processos de segurança da empresa no que se refere aos critérios de avaliação e auditoria do monitoramento das barragens, tornou-se também questionáveis e propriamente insustentáveis após o ocorrido.

É importante salientar também que as publicações no Facebook da Vale sofreram o efeito de *over posting*, na tentativa de transparecer os materiais comunicativos que fossem mais adequados para tratar sobre a tragédia. No entanto, foi alvo do efeito reverso que ocasionou na presença de comentários negativos em relação ao ocorrido em publicações atuais e até mesmo passadas da Vale, em sua página no Facebook.

Sobre a manifestação da organização nas redes sociais, diferentemente da Samarco, a Vale teve como estratégia gerar um hiato em suas publicações no Instagram no período que ocorreu o rompimento da barragem de Mariana, em 2015. Não foi possível encontrar informações de publicações que tratavam do pronunciamento da Vale sobre Mariana, uma vez que foi apontada a Samarco como responsável pelo acontecimento, no Relatório de Sustentabilidade da Vale do ano de 2015. Nesse sentido que a última publicação anterior ao acontecimento ocorreu em 04 de novembro de 2015, e apenas retornou a ter alguma outra publicação em 24 de fevereiro de 2016, conforme as capturas de tela feitas no perfil do Instagram da Vale.

Figura 5 – O hiato sobre Mariana no perfil da Vale no Instagram



Fonte: Página do perfil do Instagram da Vale. Capturado pelos autores em 15/07/2019.

Evidencia-se, portanto, que não foi de interesse da Vale manter publicações ou possíveis pronunciamentos que poderiam estar no perfil da organização. Não há informações confiáveis que poderiam explicar tal decisão, nem mesmo informações oficiais da Vale por terem decidido retirar tais publicações ou manter-se em silêncio quanto ao período enfrentado pela Samarco. De forma diferente, as redes sociais foram devidamente utilizadas para o pronunciamento da organização quanto ao ocorrido em Brumadinho. A Vale, no mesmo dia do acontecimento do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, publicou os primeiros informativos e atitudes tomadas pela organização para auxiliar no socorro das vítimas da tragédia.

Concluiu-se que as redes sociais para esta pesquisa pouco contribuíram para fornecer dados sobre o conceito de sustentabilidade para a Vale.

Por outro lado, a omissão sobre o ocorrido em Mariana e a necessidade constante de apresentar resultados das ações em detrimento do ecocídio de Brumadinho apontam para uma inconsistência e insustentabilidade em relação ao pensamento sustentável.

Nesse sentido que justifica-se a demasiada necessidade da Vale em demonstrar respostas e resultados das ações, uma vez que a tragédia em Brumadinho representou um fenômeno heterodóxico à sustentabilidade da Vale, ou seja, que transformou aquilo que era defendido e inquestionável, tal como uma verdade, em um abalo estrutural tornando toda a construção sobre o que era dito como sustentabilidade em um breve lapso onto-histórico.

Ao conceito de sustentabilidade, a partir do que foi narrado até aqui pelas organizações pesquisadas, constitui em uma parte da história que é dado como uma história reificada pelo dominante, e tornada coletiva, pois é compartilhada pelos demais agentes dominados como a história feita coisa e objetiva. Em seguida, é apresentada um outro lado da reificação, uma possível representação de uma história proveniente de experiências sociais advindas do contexto social, externo ao campo organizacional formado por ambas as organizações, a mídia.

5.3 O LADO OCULTO DA REIFICAÇÃO: NARRATIVAS DOS JORNAIS ESTADÃO E CARTA CAPITAL

Para esta pesquisa, torna-se qualquer leitor relativamente passível de compreender que a pesquisa social que possui o intuito de desvelar, com determinado grau de denúncia, resume-se a uma forma de “ataque pessoal”, quando na realidade torna-se mais interessante permanecer na busca pelas reflexões e contribuições para a ciência social (BOURDIEU, 1997). A esta parte da análise, dedica-se às narrativas encontradas nas redes de comunicação. E neste caso, a amostragem limitou-se a analisar os canais de comunicação Estadão e Carta Capital, conforme citado nos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Bourdieu (1997) expôs reflexões sobre o trabalho da mídia e elucubrou com cautela a forma pelo qual a mídia (mais especificamente, a televisão em sua análise na obra) atuava, principalmente por ser um mecanismo manipulável de transmissão de informações. Pela sua característica de manipulação, interessou-se também por compreender a maneira pelo qual os jornalistas atuavam para o

estabelecimento de uma compreensão sobre o trabalho de desvelamento e denúncia. Bourdieu (1997) percebeu que, para a atuação da atividade jornalística, tal como para a pesquisa sociológica, interessava-se o princípio de seleção, determinante para a busca daquilo que se aparentava ordinário. Nesse sentido, faz-se necessário evocar o ordinário de tal maneira que os leitores vejam a quais partes deixaram escapar para que fosse considerado extraordinário.

Esta afirmação sobre um provável “ofício do jornalista” remete não necessariamente ao sensacionalismo, mas a busca por partes da história que é contada e reificada como tal as quais não são facilmente reveladas quando apresentadas ao público. Por este motivo que optou-se por, além de considerar as narrativas advindas de relatórios de sustentabilidade elaborados pelas próprias organizações pesquisadas, compreender o que foi ocultado pelas organizações, principalmente em detrimento dos ecocídios cometidos por ambas, e que foi desvelado pelos canais de comunicação escolhidos para tal análise.

Foram três principais formas de narrativas encontradas nas reportagens selecionadas e que diziam respeito às organizações Samarco (entre os anos 2010 e 2019) e Vale (entre os anos de 2014 e 2019): primeiro, foram reveladas vozes da sociedade sobre as organizações relacionados ao pensar ou agir sustentável das organizações, frente aos desastres ocorridos respectivamente em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019); segundo, foram elucubradas a relação entre a política brasileira com as organizações em processos anteriores ou pós-acontecimentos das tragédias; e terceiro, foram narrados alguns aspectos da relação entre a sociedade com as organizações responsabilizadas pelos crimes ambientais citados.

É válido pontuar também que as reportagens selecionadas raramente pontuavam narrativas sobre o conceito de sustentabilidade para as organizações, tal como os relatórios buscavam construir. No entanto, sendo reportagens de editoriais sobre sustentabilidade, em geral, aquelas que apresentaram narrativas sobre as organizações optaram por remeterem a relação delas com as tragédias, e não como uma referência ou uma identidade com a sustentabilidade. Em nenhum momento da análise foi possível encontrar narrativas fora desta relação das organizações com o rompimento das barragens, o que demonstra que a identidade das organizações no campo midiático está reduzida às tragédias.

Entre as narrativas analisadas, foi possível evidenciar parte da história que está oculta aos relatórios de sustentabilidade e vídeos institucionais. São narrativas entregues que representam os anseios de uma sociedade afetada pelas tragédias que ocorreram em detrimento das atividades insustentáveis de mineração de ambas as organizações.

Empresas só podem atuar com licença social. A sociedade deveria manter a licença de quem se arrisca a matar para produzir seu lucro? (ESTADÃO, 2015b)

[Sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana] “Isso mostrou realmente que não temos condições de lidar com grandes tragédias. Desorganizou a sociedade de todas as regiões atingidas. A tragédia ainda está instalada e vai levar muito tempo para a gente aprender e se reerguer. Tudo é novo e os reais danos só vamos descobrir daqui a alguns anos.” (ESTADÃO, 2016a)

“Todo mundo tem de contribuir para repensar, criar uma nova economia do País, da reciclagem, da sustentabilidade. É tão árduo morar em uma área de mineração onde não se tem alternativa. Precisa de um pouco mais de sensibilidade.” (ESTADÃO, 2019)

A sustentabilidade social defendida pelas organizações abarcava em seu discurso uma importância quanto ao diálogo com as comunidades (denominado como diálogo social) e também o respeito ao ecossistema natural do bioma envolvido nas atividades das organizações, desde a extração dos recursos advindos da natureza, até o impacto causado pelas suas instalações. As narrativas apresentadas representam parte de uma construção de pensamentos contrários à sustentabilidade tão defendida pelas organizações, e que demonstram vozes silenciadas pelo falso “habitus organizacional” da Vale e da Samarco. Ao campo em que as organizações estão inseridas e dominantes de suas doxas proliferadas a respeito da sustentabilidade, tais narrativas não são aceitas por agirem de maneira heterodoxa.

No entanto, tornar público o questionamento sobre o que é dito como sustentabilidade para as organizações por meio de veículos de comunicação como a mídia, ainda não são suficientes para enfraquecerem a crença manifestada dos agentes inseridos no campo das organizações. Mesmo que as estruturas objetivas tenham sido abaladas pelos episódios trágicos relatados, a experiência dóxica advinda da ação ortodoxa presente na prática estratégica e interessada pelo capital econômico e reputacional das organizações faz do acordo entre as estruturas incorporadas dos agentes e as estruturas objetivas das organizações uma única

categoria de percepção, o que dificulta pensar sobre uma provável adaptação ontológico-epistemológica das organizações frente ao que se entende sobre sustentabilidade.

Produto de um processo simbolicamente violento, a obediência das estruturas mentais incorporadas dos agentes envolvidos gera o que Bourdieu (2008) chamou de “expectativas coletivas”. Portanto, pela ênfase econômica na compreensão sobre a sustentabilidade tornada corpo nas disposições organizacionais sobre este conceito, transformações conceituais sobre o desenvolver sustentavelmente das organizações tornam-se ilusórias e ingênuas. Evidencia-se a influência do capital econômico como o capital de maior relevância para a sustentabilidade em jogo no campo em análise.

Não apenas as organizações como a sociedade envolvida no contexto das operações de mineração da Samarco e da Vale possuem considerável dependência pelo capital movimentado no campo. Torna-se importante destacar que a relação entre a própria sociedade de Mariana com a Samarco é representada por uma dependência econômica que precisa ser ressignificada, pois após o rompimento da barragem, reconheceu-se a dominação simbólica existente na relação entre a Samarco e o município de Mariana.

O prefeito entende que é hora de reduzir a dependência econômica do município, que até agora tinha como maior fonte de recursos os impostos arrecadados a partir dos trabalhos de mineração da Samarco, responsável pela barragem que se rompeu, causando o maior desastre ambiental da história do Brasil, deixando 11 mortos e 8 pessoas desaparecidas. "Mais de 80% da nossa arrecadação vem da mineração", lembrou o prefeito. "Não sou contra a mineração, nem quero fechar a mineração", explicou. "Mas temos de entender que a mineração é um parceiro que em determinado momento vai terminar, porque é finito." (ESTADÃO, 2015a)

Tal exercício simbólico de poder torna a trágica atuação da Samarco em uma relação perdoada previamente pela comunidade envolvida de Mariana. Resumidamente, a atuação da organização para o município faz dela um agente de importância crítica economicamente, para a arrecadação de recursos da prefeitura. Como detentora do capital econômico e social responsável por tornar a Samarco em uma organização chave para a sustentação financeira do município, independentemente da maneira que a Samarco atuar, explorando ainda mais recursos naturais ou não, a sociedade não possui vozes suficientes para se contrapor à insustentabilidade das atividades de mineração.

Outro ponto a ser destacado é quanto a atuação política frente aos acontecimentos de Mariana e Brumadinho. Um fenômeno significativamente impactante para a atuação das organizações em prol de uma falsa sustentabilidade que se diz comprometida com o meio ambiente está relacionado à frágil atuação do Estado. O Estado, como detentor da violência simbólica legítima (BOURDIEU, 1989a), possui o poder de determinar fronteiras de atuação por meio da instituição de regras e normas. Isto é, o Estado, enquanto uma estrutura objetivada, atua também como uma estrutura estruturante das estruturas que se fazem estruturantes no contexto social.

No entanto, a atuação do Estado frente às crises trágicas ocorridas foi fragilizada por uma estrutura legislativa a respeito da regulamentação ambiental pouco consistente. Questiona-se tal atuação pelas atuais tentativas do Estado brasileiro em flexibilizar as regulamentações ambientais para a aprovação das atividades econômicas de organizações como a Samarco e a Vale.

Ambientalistas têm manifestado que eliminar o processo de licenciamento ambiental poderia levar a “novas Marianas”, em referência ao rompimento da barragem da Samarco. “A proposta é imoral e insana. Libera a execução de obras sem medir seus impactos. Se entrar em vigor, funcionará como uma fábrica de tragédias, a exemplo do que ocorreu em Mariana”, declarou Marcio Astrini, coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace, logo após a aprovação na CCJ. Para Carlos Bocuhy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, que estará no evento desta sexta, a proposta “denota profunda má-fé e uma tentativa de manipular a Constituição”. Segundo ele, “é como se o protocolo para obter uma habilitação já permitisse sair dirigindo um caminhão” (ESTADÃO, 2016b).

E por terem sido alertados, a Vale foi negligente ao prosseguir com suas operações. “Não é possível que um ser humano, ciente de tudo o que poderia acontecer, ainda continuasse seguindo o mesmo caminho. A ganância cegou essas pessoas” (CARTA CAPITAL, 2019).

As narrativas provenientes das fontes midiáticas reforçam a inexistência de uma consolidação sobre o que é compreendido por sustentabilidade nas organizações. Samarco e Vale são sinônimos sociais para modelos insustentáveis do próprio modelo de sustentabilidade proposto nos relatórios analisados, uma vez que o que é dito sobre ambas as organizações trata especificamente dos ecocídios de Mariana e Brumadinho.

Dito de outra forma, as organizações não são capazes de refletir sobre o conceito de sustentabilidade, diferentemente de sua conotação econômica e

desenvolvimentista. A crença manifestada sobre as narrativas de sustentabilidade, provenientes das fontes midiáticas, levam a considerar que as estruturas formais objetivadas das organizações não mais possuem capital reputacional suficiente para a sustentação da imagem organizacional. No entanto, mesmo que este capital esteja atualmente degradado, ambas as organizações construíram esquemas dominantes sobre as suas atividades econômicas. São categorias objetivistas, sustentadas pelo capital econômico que permitem às organizações o exercício do poder simbólico, que simbolicamente violenta o meio ambiente e simbolicamente domina as comunidades envolvidas.

Por mais que as estruturas discursivas tenham constituído de estratégias que relatam formas para se alcançar o desenvolvimento sustentável pelo uso de métodos, técnicas e tecnologias avançadas de aproveitamento de rejeitos, contenção de barragens e entre outros, a sustentabilidade foi ofuscada pelo interesse econômico produtivista e minimamente representativa para tornar alguma das organizações em referência de desenvolvimento sustentável. Opostamente, os relatórios entregaram narrativas que comprovam:

- O desinteresse pela sustentabilidade em momentos de crise reputacional, tal como foi refletido nos relatórios dos períodos em que ocorreram o rompimento das barragens;
- A fragilidade do conceito construído de sustentabilidade que, mesmo sendo constituído um “modelo” inflexível e baseado em incentivos econômicos-financeiros para a disciplinarização do comportamento dito sustentável na compreensão das organizações, foi imediatamente esquecido e ressignificado em sua aparência (uma vez que ainda não há comprovações de que, após os trágicos episódios, as organizações realmente considerarão um estudo aprofundado sobre sustentabilidade para incorporar aos respectivos habitus);
- O enfraquecimento ideológico sobre o conceito de sustentabilidade anteriormente defendido pelas organizações em detrimento dos transtornos causados pelos ecocídios de Mariana e Brumadinho. Tanto a Samarco quanto a Vale não mantiveram, em seus relatórios de sustentabilidade atuais, narrativas consistentes que remetessem ao modelo de sustentabilidade anteriormente formulado e explanado em relatórios anteriores.

A sustentabilidade manifestada pelas organizações, que antes era tratada como uma ferramenta estratégica e competitiva de gestão e de imagem e reputação, tornou-se esquecida em períodos posteriores aos ecocídios ocorridos, envolvendo ambas as mineradoras. A partir disso, evidencia-se que em períodos críticos tais como os episódios ocorridos, o conceito de sustentabilidade defendida por uma vertente ideológica e política focada no desenvolvimento e no produtivismo corporativista não é sustentado por si e também não responde a anseios públicos sobre a coerência prática do habitus estratégico das organizações. Uma sustentabilidade de cunho exclusivamente econômico-desenvolvimentista não se faz suficiente para se manter como tal, e logo é passado por um processo de ressignificação em momentos de crise como ocorreu em ambos os episódios de ecocídio analisados.

Evidencia-se também que o significado histórico e público dos ecocídios torna as organizações como sinônimos sociais aos acontecimentos trágicos. Nesse sentido, pela preocupação reputacional que ambas as organizações possuem, a história objetivada, tornada coletiva responsável pelo acordo entre as estruturas mentais dos agentes inseridos no contexto organizacional, possui a sua essência questionada, mas não o bastante para que a crença sobre as narrativas enunciadas sobre sustentabilidade e, principalmente sobre a organização sejam abaladas. Pelo empenho simbólico do poder dominante que as organizações possuem sobre o campo em que atuam, a crença sobre a sustentabilidade em suas narrativas torna as disposições corporais dos agentes submissos à essa experiência dóxica e orientada pelo capital econômico, ao ponto de até mesmo o Estado, fragilizado tal como no contexto nacional, ser simbolicamente manipulado em detrimento do interesse desinteressado das organizações pela sustentabilidade.

Finalizado o momento de apresentação da análise das narrativas coletadas e selecionadas para representarem construções narrativas sobre a sustentabilidade para as organizações e a sociedade, são dadas algumas considerações finais sobre a pesquisa em questão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de elucidar, a partir da sociologia bourdieusiana, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade em duas organizações mineradoras. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender, a partir da sociologia bourdieusiana, como a crença se associa à sustentabilidade;
2. Identificar narrativas referente às duas organizações mineradoras que manifestem as associações entre crença e sustentabilidade;
3. Revelar, a partir das narrativas identificadas em documentos institucionais de duas organizações mineradoras e fontes midiáticas, as relações ocultadas pelas associações entre crença e sustentabilidade.

O primeiro objetivo específico foi respondido por meio dos capítulos teóricos, os quais compreenderam a descrição, reflexão e elaboração dos construtos teóricos de Bourdieu, principalmente o conceito de crença; bem como uma discussão sobre os aspectos conceituais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Ainda dedicou-se também um tópico para a discussão sobre as compreensões da relação entre crença e sustentabilidade para esta pesquisa, tendo como base as duas principais dimensões teóricas discutidas nos dois capítulos teóricos dedicados.

O segundo objetivo específico foi respondido por meio dos procedimentos metodológicos adotados, que extraiu, por meio da leitura de todos os dados coletados, as narrativas que endereçavam as duas organizações pesquisadas e a relação de ambas com a sustentabilidade e com os ecocídios cometidos. Adicionalmente, foram extraídas as narrativas midiáticas tanto de fontes corporativas, como de fontes jornalísticas externas aos interesses das organizações pesquisadas, o que complementou para fins analíticos a compreensão das histórias ocultadas e que foram reificadas pelos jornais considerados.

E o terceiro e último objetivo específico foi respondido por meio das conclusões analíticas construídas no decorrer do capítulo anterior, que tornou possível encontrar interpretações sobre as narrativas encontradas das duas organizações pesquisadas no que se refere a compreensão delas sobre a sustentabilidade. Além

disso, foi possível evidenciar manifestações e percepções sobre a sustentabilidade ocultadas pelas organizações, em narrativas presentes nos relatórios e em outros materiais coletados para a análise desta pesquisa, conforme é ressaltado a seguir.

O momento de análise das narrativas proporcionou reflexões acerca do conceito de sustentabilidade bem como para as organizações, como para o contexto temporal e trágico o qual as mineradoras Samarco e Vale se inseriram. Nesta análise, prestou-se determinado cuidado com as narrativas entregues pelos relatórios, vídeos corporativos, publicações em redes sociais e também pelas fontes midiáticas pesquisadas. Foi possível encontrar que a sustentabilidade é uma crença manifestada com promessas ambientais ambiciosas por parte das organizações, no entanto resumida a um aspecto tecnológico e orientado à eficiência de produção.

A afinidade com teorias referentes à modernidade ecológica é aparente, e que transformada de projetos para vias de fato de execução, a busca “sustentável” das organizações se limitaram a uma crença econômica. Sobre as **relações encontradas** da sustentabilidade com a crença, evidenciou-se que tal conceito é submetido a trazer ganhos econômicos financeiros promissores, mas a este interesse é dado não apenas um véu, mas também um denso tecido costurado por narrativas milagrosas e que prometem beneficiar todas as dimensões, para além do econômico, dimensões sociais e ambientais. No entanto, por mais que essas dimensões são ditas como “beneficiadas” ou “prioritárias” às organizações, os projetos e as ações que são implantadas raramente têm seus resultados divulgados ou, quando os projetos ainda não estavam em ação, apenas informar que estavam em vias de serem implantadas era motivo para justificar o compromisso das organizações com a sustentabilidade.

Evidenciou-se também a fragilidade de uma ideologia sobre a sustentabilidade, a qual seria um conceito que contaria com a participação externa (sociedade, acionistas e outras partes interessadas), além dos representantes destas organizações, principalmente para a “construção” de um entendimento sobre a sustentabilidade. A narrativa inicial de que as comunidades envolvidas e os funcionários das organizações teriam a possibilidade de participar na construção de tal compreensão para os futuros projetos ditos de “ação sustentável” das mineradoras foi revelada como uma falsa ideia de envolvimento. A *illusio* construída, antes mesmo de ter sido possível imaginar a participação e envolvimento de terceiros às decisões

das organizações no que se refere à sustentabilidade, foi revelada a partir do momento em que ambas as mineradoras decidiram, por conta e risco, criarem um modelo de sustentabilidade, sustentado e construído por parte do conselho administrativo, denominado como um “comitê”. A realidade é que apenas foi criada a esperança de um comitê dedicado a sustentabilidade, um comitê competente o suficiente para construir uma compreensão sobre o conceito baseado em outras dimensões, diferente da econômica, para se tornar então fundamento das ações “sustentáveis” das organizações. No entanto, o que houve na realidade foi a constituição de um discurso inquestionável sobre a sustentabilidade, que possui o poder pedagógico de instaurar a disciplina sobre os valores ditos “sustentáveis” para as organizações.

A estrutura de toda a análise pautou-se nesse sentido: a sustentabilidade é sinônimo para diferentes perspectivas econômicas. As **associações reveladas** foram reduzidas a este paradigma desenvolvimentista, ao ponto de o termo ter sido sinônimo para vocábulos como “competitividade”, “ecoeficiência”, “desenvolvimento com envolvimento”, e entre outros termos que remetem a uma cultura produtivista. A esta reflexão, evidencia-se também que, mesmo se em algum momento fosse necessário recusar parte da produtividade em prol do bem-estar humano e ambiental, os custos econômicos teriam sido prioritários em decorrência desta decisão, e não apenas das organizações, como também da própria sociedade envolvida, uma vez que a crença instaurada sobre a sustentabilidade nas organizações tornou tal significado dado ao conceito em valores pessoais e incorporados dos agentes dominados e simbolicamente dependentes da atuação econômica das mineradoras.

Ressalta-se também, mais especificamente sobre a relação da Vale com a Samarco, o ocorrido em Mariana no ano de 2015 foi um episódio à qual a Vale discursivamente se prontificou a dar suporte à Samarco, mas que a intenção do fato ter sido relatado, simbolicamente, foi de evidenciar a sua desculpabilização com o caso. Nesse momento, tornou-se mais interessante à Vale tratar do seu capital reputacional, à frente dos impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

O desinteresse pela sustentabilidade em momentos de crise reputacional faz parte de algumas das **sombras desveladas** a partir desta pesquisa. Foi possível perceber que a sustentabilidade, por mais que tenha sido solidamente

defendida nas narrativas provenientes de relatórios de anos anteriores, foi subitamente esquecida em momentos críticos como o que foi vivenciado por Mariana. A Samarco, que possui uma série de vídeos relacionados à sustentabilidade em seu canal no Youtube, datados do ano de 2010, deixou o conceito de lado ao após a tragédia de Mariana, como pode ser percebido no último relatório bienal divulgado pela organização. Vale ressaltar também que a Samarco, após o ocorrido em Mariana, deixou de divulgar a visão da organização, limitando-se apenas descrever sua missão e valores.

A Vale, por outro lado, transformou a sustentabilidade de um conceito restrito aos ganhos econômicos a partir de uma narrativa desenvolvimentista e produtivista, defendida por um modelo de sustentabilidade aplicado e imposto na cultura organizacional, para um sinônimo de aprendizado e de culpa. Após a tragédia de Brumadinho, ocorrido em 2019, a organização abriu mão de toda a construção conceitual sobre sustentabilidade para transformar em mais uma parte da organização que está “em processo de aprendizagem”. Diferentemente da Samarco, a Vale permaneceu tratando sobre sustentabilidade no relatório de 2018 e também replicou, em todos os anos, as descrições de missão, visão e valores da organização. Não foi possível saber se, por conta da tragédia ter acontecido em janeiro de 2019, o discurso não foi remodelado. Mesmo assim, as cores, as narrativas e as imagens utilizadas nos relatórios remetiam a um estado de “luto” da organização, como uma estratégia imagética para evidenciar que a organização reconhece seus impactos causados pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Foi possível perceber que, em momentos de crise, as organizações optam, primeiramente, em abrir mão do conceito de sustentabilidade por dois tipos de capitais principais e, que para esta pesquisa, se tornaram evidentemente o capital do campo que as organizações estão inseridas: o capital econômico e o capital reputacional. A adesão corporal que os agentes dominados estão submissos a aceitar silenciosamente não permite que esta interpretação seja feita, uma vez que, à critério de exemplo, tal como a prefeitura de Mariana apontou, as organizações possuem considerável importância econômica para as comunidades em que atuam, portanto mesmo que ecodídios de tais grandezas ocorram por conta das atividades econômicas das mineradoras, existe certa complacência de agentes dominados

iludidos pela associação oculta entre a crença da sociedade na organização, e a crença da organização sobre a sustentabilidade.

Esta pesquisa buscou contribuir para o campo científico dos estudos sobre sustentabilidade, mais especificamente para as análises que dizem respeito às narrativas enunciadas por organizações que defendem a sustentabilidade de maneira questionável, principalmente após serem responsabilizada por tragédias caracterizadas como ecocídios. Além disso, buscou contribuir para o campo científico dos estudos com a sociologia bourdieusiana, principalmente nos esclarecimentos sobre o conceito de crença para Bourdieu. Uma vez que a sociologia em sua maestria teórica se torna um instrumento favorável para compreensão das diferentes relações encontradas e associações reveladas, as sombras que tornam determinados aspectos da realidade social ocultos são iluminadas pelo conhecimento e pela consolidada teoria social.

Recomenda-se para estudos futuros que esta pesquisa seja um apoio ou o estopim para se investigar outras organizações em outros contextos sociais que fazem da sustentabilidade se tornar um conceito questionável no mundo corporativista, submisso à crença capitalista baseado no desenvolvimento e produtivismo à qualquer custo (até mesmo os recursos naturais do planeta e as vidas humanas são precificadas para esta cultura). Espera-se que pesquisas futuras possam contemplar e usufruir da teoria social elaborada por Bourdieu com a sua devida dignidade pelo legado científico que foi deixado para as ciências sociais. Bourdieu provou, por meio de sua teoria, que não há barreiras que separem as abordagens teóricas, onto-epistemológicas ou paradigmáticas, desde que haja a devida contribuição para a ciência e para o desenvolvimento do conhecimento discutido, não há motivos para que haja separações, mas que haja coerência, luta e pesquisa.

REFERÊNCIAS

- B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial:** o índice. Disponível em:<http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indicesdesustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm 2018>. Acesso em 10 de novembro de 2018.
- BALBINOT, Z.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustainable development and sustainability as quasi-objects of study in management: a search for styles of reasoning. *Management research: The Journal of the Iberoamerican Academy of management*, v. 10, n. 3, p. 153-186, 2012.
- BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. *Environment Conservation*, v. 14, n. 2, p. 101-110, 1987.
- BECK, U. **Sociedade de risco rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010. 383 p.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, 239 p.
- BISMAN, J. E.; HIGHFIELD, C. The Road Less Travelled: An Overview and Example of Constructivist Research in Accounting. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, v. 6, n. 5, p. 3-22, 2012.
- BJERREGAARD, T.; KLITMØLLER, A. Conflictual practice sharing in the MNC: A theory of practice approach. *Organization Studies*, v. 37, n. 9, p. 1271-1295, 2016.
- BM&FBOVESPA. **Manual de definições e procedimentos dos índices BM&F BOVESPA**. 2014.
- BM&FBOVESPA. **Metodologia do índice de sustentabilidade empresarial**. 2015.
- BORIM-DE-SOUZA, R.; BALBINOT, Z.; TRAVIS, E. F.; MUNCK, L.; TAKAHASHI, A. R. W. "Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory", *Cross Cultural Management*, v. 22 n. 2 p. 201 – 235, 2015.
- BORGES, O. F. Ecocídio: um Crime Ambiental Internacional ou um Crime Internacional Maquiado de Verde? *RIDB*, n. 7, p. 6457-6495, 2013.
- BORTOLUCI, J. H.; JACKSON, L. C.; FILHO, F. A. P. Contemporâneo Clássico: A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova*. São Paulo, n. 94, p. 217-254, 2015.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2015a. 560 p.
- BOURDIEU, P. **A Produção da Crença**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015b, 219 p.
- BOURDIEU, P. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 432 p.

- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004a, 234 p.
- BOURDIEU, P. Concluding remarks: for a sociogenetic understanding of intellectual works. In: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. **Bourdieu: Critical Perspectives**. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 263-275.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: R. ORTIZ (org.), **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a, p. 46-81.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b, p. 112-143.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S. A. 1989a, 314 p.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, 471 p.
- BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do campo científico**, 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004b, 86 p.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003, 288 p.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas, Papirus, 2008, 224 p.
- BOURDIEU, P. Social Space and Symbolic Power. **Sociological Theory**, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989b.
- BOURDIEU, P. Structuralism and Theory of Sociological Knowledge. **Social Research**, v. 35, n. 4, p. 681-706, 1968.
- BOURDIEU, P. The production of belief: contribution to an economy of symbolic goods. **Media, Culture and Society**, v. 2, p. 261-293, 1980.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **A profissão do sociólogo: Preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, 332 p.
- BOURDIEU, Pierre. Program for a Sociology of Sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 5, p. 153-161, 1988.
- BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de FEVEREIRO de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em 10 de julho de 2019.

BROADY, D. The epistemological tradition in French sociology. In: **Rhetoric and Epistemology. Papers from a Seminar at the Maison des sciences de l'homme in Paris**. 1996.

BRUINSMA, G.; WEISBURD, D. (eds). **Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**. Springer Reference, 2014.

CARTA CAPITAL. Advogados ambientais expõem erros de conduta da Vale em Brumadinho. **Carta Capital**, 05 fev., 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/advogados-ambientais-expoem-erros-de-conduta-da-vale-em-brumadinho/>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p.195-225, 2004.

DALY, E. H. **Beyond Growth**. Boston: Beacon Press, 1996.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Sage, 2018.

DESLAURIERS, J-P.; KÉRISIT, M. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DOVERS, S. R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

DRYZEK, J. **The Politics of the Earth**. London: Oxford University Press, 1997.

DURKHEIM, É. **The Rules of Sociological Method**. New York: The Free Press, 1982.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 1-44, 2008.

ESIN, C.; FATHI, M.; SQUIRE, C. Narrative Analysis: The Constructionist Approach. In: FLICK, U. **The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis**. Sage, 2014, p. 203-216.

ESTADÃO. Como esvaziar barragens e fazer cimento. **Estadão**, 26 mai., 2019. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,como-esvaziar-barragens-e-fazer-cimento,70002843850>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

ESTADÃO. Lama de Mariana não afeta desova de tartaruga. **Estadão**, 25 dez., 2016a. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,lama-de-mariana-nao-afeta-desova-de-tartaruga,10000096433>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

ESTADÃO. Ministério Público discute formas de frear desmonte de lei ambiental. **Estadão**, 19 mai., 2016b. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/ministerio-publico-discute-formas-de-frear-desmonte-de-lei-ambiental/>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

ESTADÃO. Prefeito de Mariana pede auxílio da Unesco para reconstrução da cidade. **Estadão**, 3 dez., 2015a. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,prefeito-de-mariana-pede-auxilio-da-unesco-para-reconstrucao-da-cidade,10000003795>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

ESTADÃO. Um palavrão para a Vale. **Estadão**, 23 nov., 2015b. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/clima21/um-palavrao-para-a-vale/>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

EVERETT, J. Organizational Research and the Praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 1, p. 56-80, 2002.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. 4. ed. Sage, 2009.

FOLADORI, G. A Economia Diante da Crise Ambiental. In: FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FUCHS, C. Critical Social Theory and Sustainable Development: The Role of Class, Capitalism and Domination in a Dialectical Analysis of Un/Sustainability. **Sustainable Development**, v. 25, p. 443-458, 2017.

GLADWIN, T., KENNELLY, J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 878-907, 1995.

GRI (GLOBAL REPORTING INITIATIVE). **About GRI**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. **Sustainable Development**, v. 13, p. 38-52, 2005.

JACOBS, P.; GARDNER, J.; MUNRO, D. Sustainable and equitable development: An emerging paradigm. In: JACOBS, P.; MUNRO, D. (Eds.). **Conservation with Equity: Strategies for Sustainable Development**. Cambridge: International Union of Nature Resources, 1987, p. 196-207.

JAN-CHIBA, J. H. F.; TADEO, L. L.; BORIM-DE-SOUZA, R. A criatividade como um *habitus* regionalizado no campo artístico bourdieusiano. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 53, n. 3, p. 478-488, set/dez 2017.

JIMÉNEZ-HERRERO, L. M. **Desarrollo sostenible**: transición hacia la coevolución global. Madrid: Pirámide Ediciones, 2000.

JOSE TADEU DE MORAES, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qe1js_L4V5c>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

JOSEPH, J. E. The linguistic sign. In.: SANDERS, C. (Ed.). **The Cambridge companion to Saussure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 59-75.

KOONTZ, H. The management theory jungle. **The Journal of the Academy Management**, v. 4, n. 3, p. 174-188, 1961.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

LEVI-STRAUSS, C. The scope of Anthropology. **Current Anthropology**, v. 7, n. 2, 1966, p. 112-123.

LINCOLN, Y. S.; LYNHAM, S. A.; GUBA, E. G. Paradigmatic Controversies, Contradictions, and Emerging Confluences, Revisited. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Sage, 2018, p. 213-263.

MARSDEN, R.; TOWLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Editora Atlas, 2001, p. 31-56.

MARTIN-CHENUT, K.; NEYRET, L.; PERRUSO, C. Rumo à internacionalização da proteção penal do meio ambiente: dos ecocrimes ao ecocídio. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 541-569, 2015.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520, 1998.

MERRIAM, S. B. Case Studies as Qualitative Research. In: MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research**: A Guide to Design and Implementation. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MILNE, M. J.; KEARINS, K.; WALTON, S. Creating Adventures in Wonderland: The Journey Metaphor and Environmental Sustainability. **Organization**, v. 13, n. 6, p. 801-839, 2006.

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do uso das formulações sobre o campo de poder e ação de Bourdieu nos Estudos Organizacionais. **RAC**, Edição Especial, p. 9-30, 2003.

MOL, A. P. J. Ecological modernization: industrial transformations and environmental reform. In: **The International Handbook of Environmental Sociology**, p. 138-149, M. Redclift and G. Woodgate (Eds.). Edward Elgar, London, 1997.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Compreensão do Desenvolvimento Sustentável em Contextos Organizacionais a partir do Estabelecimento de Tipos Ideais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 651-674, 2013.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. **Ecología política, Naturaleza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, p. 27-52, 2002.

OLIVEIRA, A. Uma leitura brasileira do legado de Pierre Bourdieu. **Pro-Posições**. Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 259-265, set./dez. 2015.

ORSATO, R. J.; CLEGG, S. R. Radical Reformism: Towards *Critical* Ecological Modernization. **Sustainable Development**, v. 13, p. 253-267, 2005.

OSORIO, L. A. R.; LOBATO, M. O.; CASTILLO, X. A. Debates on Sustainable Development: Towards a Holistic View of Reality. **Environment, Development and Sustainability**, v. 7, p. 501-518, 2005.

ÖZBILGIN, M.; TATLI, A.; MARY, Q.; NORD, W. R. Book review essay: understanding Bourdieu's contributions to organizational and management studies. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 5, p. 855-869, 2005.

PAULO RABELO, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9P00SJggMbc>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

PEREIRA, F. de L. B. Desenvolvimentismo e ecocídio: causa e (possível) consequência no contexto de ruptura das bases existenciais dos povos originários no Brasil. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 17, n. 51, p. 257-281, jan./jun. 2018.

PEZZEY, J. Sustainability: An Interdisciplinary Guide. **Environmental Values**, v. 1, n. 4, p. 321-362, 1992.

PIAGET, J. O estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss. In: PIAGET, J. **O estruturalismo**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, p. 86-96, 1979.

PIERRI, N. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo. **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 1ª edição, 2001, p. 27-79.

REDCLIFT, M. **Development and the Environmental Crisis: Red or Green Alternatives?** Routledge, 2014.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.
- ROBERTS, K. H. New challenges in organizational research: high reliability organizations. **Organization & Environment**, v. 3, n. 2, p. 111-125, 1989.
- SAMARCO. **Paulo Rabelo**. Youtube, 22 jun. 2010a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9P00SJggMbc>>. Acesso em: julho de 2019.
- SAMARCO. **Jose Tadeu de Moraes**. Youtube, 22 jun. 2010b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qe1js_L4V5c>. Acesso em: julho de 2019.
- SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2010c. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2010-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2011-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2012**. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2012-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2013-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- SAMARCO. **Relatório Bienal 2015-2016**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco_Relatorio-Bienal-2015_16-08092017.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2019.
- SARTRE, J-P. **O que é a subjetividade?** Nova Fronteira, 2015.
- SCHUTZ, Alfred. **Collected Papers, Vol. I: The Problem of Social Reality**. Londres: Martinus Nijhoff, 1962.
- SCHWEICKART, D. Is sustainable capitalism possible? **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 2, n. 5, p. 6739-6752, 2010.
- SHRIVASTAVA, P. The Role of Corporations in Achieving Ecological Sustainability. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995.
- SNEDDON, C.; HOWARTH, R. B.; NORGAARD, R. B. Sustainable development in a post-Brundtland world. **Ecological economics**, v. 57, p. 253-268, 2006.
- SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J. Sociology, environment, and modernity: Ecological modernization as a theory of social change. **Society & Natural Resources: An International Journal**, v. 5, n. 4, 1992, p. 323-344.

SPARKES, A. C.; SMITH, B. Narrative Constructionist Inquiry. In: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J. F. (Eds.). **Handbook of Constructionist Research**. New York: The Guilford Press, 2008, p. 295-314.

STEINMETZ, G. Bourdieu, historicity, and historical sociology. **Cultural Sociology**, v. 5, n. 1, p. 45-66, 2011.

SWARTZ, D. L. Bringing Bourdieu's master concepts into organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 45-52, 2008.

TAYLOR, D. E. The rise of the environmental justice paradigm: injustice framing and the social construction of environmental discourses. **American Behavioral Scientist**, v. 43, n. 4, p. 508-580, 2000.

VALE. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2014.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

VALE. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

VALE. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2016.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

VALE. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade-2017/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

VALE. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade2018/Documents/relatorio-sustentabilidade2018/pdf/Relatorio_Sustentabilidade_Vale_2018.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

VALE. **#Comunicado: Presidente da Vale participa de coletiva de imprensa sobre o rompimento de Barragem**. Youtube, 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vCF2luhZ1Po>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./abr. 2007.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: A herança Sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, p. 77-87, abr. 2002.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002.

WALTERS, R. Crime, regulation and radioactive waste in the United Kingdom. In: BEIRNE, P.; SOUTH, N. (eds). **Issues in green criminology**: confronting harms against environments, humanity and other animals. Willan, Cullompton, 2007, p. 186–205.

WCED (World Commission on Environment and Development). **Our Common Future**. London: Oxford University Press, 1987.

WINN, M. I.; POGUTZ, S. Business, Ecosystems, and Biodiversity: new horizons for management research. **Organization & Environment**, v. 26, n. 2, p. 203–229, 2013.

YORK, R.; ROSA, E. A. Key Challenges to Ecological Modernization Theory: Institutional Efficacy, Case Study Evidence, Units of Analysis, and the Pace of Eco-Efficiency. **Organization & Environment**, v. 16, n. 3, p. 273-288, 2003.

ANEXOS

ANEXO I – Tabela de vídeos analisados das organizações pesquisadas

Canal	Título
SAMARCO MINERAÇÃO	Qualidade da água. Esse assunto é importante pra todo mundo.
SAMARCO MINERAÇÃO	Comunicado à sociedade do Diretor-presidente da Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	De que é feito o rejeito da mineração?
SAMARCO MINERAÇÃO	Conheça o trabalho de recuperação dos imóveis e comércios em Mariana e Barra Longa
SAMARCO MINERAÇÃO	Moradores de comunidades impactadas escolhem local para a reconstrução de Bento Rodrigues.
SAMARCO MINERAÇÃO	É sempre bom olhar para todos os lados - Samarco histórias
SAMARCO MINERAÇÃO	Comunicado aos empregados do Diretor-presidente da Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco presta assistência aos animais
SAMARCO MINERAÇÃO	Qualidade da água. Esse assunto é importante pra todo mundo.
SAMARCO MINERAÇÃO	Propriedades rurais estão em processo de recuperação
SAMARCO MINERAÇÃO	Comunidade elege novo terreno de Bento Rodrigues
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco presta assistência aos animais
SAMARCO MINERAÇÃO	Conheça as ferramentas usadas pela Samarco para o monitoramento e a segurança das barragens
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações ambientais Samarco – Trabalho para recuperação do Rio Doce é constante
SAMARCO MINERAÇÃO	Sistema de Contenção de Rejeitos
SAMARCO MINERAÇÃO	Novos postos de trabalho são oferecidos aos moradores de comunidades impactadas
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações ambientais Samarco – Empregados de Barra Longa trabalham no restabelecimento do agronegócio
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Assistência às famílias impactadas pelo acidente em Mariana
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Empregados ajudam na recuperação de Barra Longa em Minas Gerais
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Empregados vão para Mariana dar assistência às famílias impactadas
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Alunos retornaram às aulas uma semana após o acidente
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Limpeza em Barra Longa teve oito frentes de ação
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Famílias foram levadas para hotéis em Mariana 24 horas após o acidente

SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco - Famílias impactadas pelo acidente em Mariana estão acomodadas em casas
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações ambientais Samarco – Criação de 167 pontos no Rio Doce para monitoramento diário da água
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco - Crescer é gerar valor
SAMARCO MINERAÇÃO	Barra Longa recebe a nova praça Manoel Lino Mol
SAMARCO MINERAÇÃO	Coletiva de imprensa: BHP Billiton, Samarco e Vale - HD
SAMARCO MINERAÇÃO	Processo de dragagem em Candonga é intensificado
SAMARCO MINERAÇÃO	Conheça os resultados das ações de recuperação feitas pela Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Visita dos CEOs a Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Como a Samarco pretende voltar a operar - Licenciamento Operacional Corretivo do Complexo de Germano
SAMARCO MINERAÇÃO	Coletiva de imprensa
SAMARCO MINERAÇÃO	Aproveitamento de rejeitos - Parceria Samarco e BeGreen
SAMARCO MINERAÇÃO	Audiência Pública do Licenciamento Operacional Corretivo do Complexo de Germano - Ouro Preto/MG
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco - Desenvolvimento com Envolvimento
SAMARCO MINERAÇÃO	Audiência Pública do Licenciamento Operacional Corretivo do Complexo de Germano - Mariana/MG
SAMARCO MINERAÇÃO	SABER SAMARCO - Institucional
SAMARCO MINERAÇÃO	Barragem de Nova Santarém
SAMARCO MINERAÇÃO	Dique S4 - Sistema de contenção de rejeitos
SAMARCO MINERAÇÃO	Ricardo Vescovi
SAMARCO MINERAÇÃO	Dredging Process at Candonga is Intensified
SAMARCO MINERAÇÃO	Rupture of two dams in our industrial complex of Germano, Minas Gerais
SAMARCO MINERAÇÃO	Reportagem sobre a Samarco na TV Guarapari
SAMARCO MINERAÇÃO	Portal Aluno
SAMARCO MINERAÇÃO	1ª Fase da revegetação: saiba como está sendo feita a ação - Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Nós somos a Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Kleber Terra
SAMARCO MINERAÇÃO	Fazer o que deve ser feito. Esse é o nosso compromisso.
SAMARCO MINERAÇÃO	Press Conference: Samarco, BHP Billiton and Vale – HD
SAMARCO MINERAÇÃO	Maury de Souza Jr.

SAMARCO MINERAÇÃO	Entrevista Estaneslau Klein
SAMARCO MINERAÇÃO	Making off - Evento de adoção – Animais resgatados em Bento Rodrigues e região
SAMARCO MINERAÇÃO	Desafio MinerALL - 1ª Edição
SAMARCO MINERAÇÃO	RICARDO VESCOVI
SAMARCO MINERAÇÃO	Coletiva de imprensa - Governador Valadares - 13/11/2015
SAMARCO MINERAÇÃO	JOSE TADEU DE MORAES
SAMARCO MINERAÇÃO	Reconstrução de Bento Rodrigues e distritos
SAMARCO MINERAÇÃO	Projeto da nova praça de Barra Longa é apresentado para comunidade
SAMARCO MINERAÇÃO	Eduardo Bahia
SAMARCO MINERAÇÃO	Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte
SAMARCO MINERAÇÃO	Sistema Integrado de Segurança
SAMARCO MINERAÇÃO	Learn about the outcome of the recovery actions carried out by Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Ricardo Vescovi
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Entrega de novo local para fabricantes da geleia de pimenta biquinho
SAMARCO MINERAÇÃO	Pescadores e ribeirinhos de MG e ES estão recebendo cartão de auxílio financeiro
SAMARCO MINERAÇÃO	CEOs visit Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Evento de adoção – Animais resgatados em Bento Rodrigues e região
SAMARCO MINERAÇÃO	ROBERTO CARVALHO
SAMARCO MINERAÇÃO	“Macacos” foi o local escolhido pela comunidade para reconstrução de Gesteira
SAMARCO MINERAÇÃO	Evento de adoção – Animais resgatados em Bento Rodrigues e região
SAMARCO MINERAÇÃO	De gota em gota: Ana Clara, filha de Waleska Silveira
SAMARCO MINERAÇÃO	Know the tools used by Samarco for dam monitoring and security actions
SAMARCO MINERAÇÃO	De gota em gota: Ana Cristina e Vivian
SAMARCO MINERAÇÃO	Os caminhos da Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	EDUARDO BAHIA
SAMARCO MINERAÇÃO	Roberto Carvalho

SAMARCO MINERAÇÃO	Humanitarian actions Samarco – Employees help in the recovery of Barra Longa in Minas Gerais
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco - Atendimento às famílias impactadas
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco 1 ano: ainda há muito a ser feito
SAMARCO MINERAÇÃO	PAULO RABELO
SAMARCO MINERAÇÃO	Portal Gestor
SAMARCO MINERAÇÃO	Residents of affected communities choose grounds for the reconstruction of Bento Rodrigues
SAMARCO MINERAÇÃO	Kleber Terra
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco's Annual Sustainability Report
SAMARCO MINERAÇÃO	Exposição Água e Cultura em Ouro Preto (MG)
SAMARCO MINERAÇÃO	Estações de tratamento garantem a qualidade da água nos municípios ao longo do Rio Doce
SAMARCO MINERAÇÃO	De gota em gota: Naira Gamonal
SAMARCO MINERAÇÃO	Evento de adoção – Animais resgatados em Bento Rodrigues e região
SAMARCO MINERAÇÃO	We Are Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	Os caminhos da Samarco (english subtitles)
SAMARCO MINERAÇÃO	Mauy de Souza Jr.
SAMARCO MINERAÇÃO	Community elects new site for Bento Rodrigues
SAMARCO MINERAÇÃO	Festa do Caboclo Bernardo mantém viva a tradição de Regência
SAMARCO MINERAÇÃO	Análise de água em Governador Valadares - 18/04/2016
SAMARCO MINERAÇÃO	Janeiro Cultural - Cinema ao ar livre - Barra Longa
SAMARCO MINERAÇÃO	Assinatura de Termo de Compromisso com Prefeitura de Mariana (MG)
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco provides assistance to animals
SAMARCO MINERAÇÃO	Roberto Carvalho
SAMARCO MINERAÇÃO	Ações humanitárias Samarco – Empregados organizam as casas para acomodar as famílias impactadas
SAMARCO MINERAÇÃO	New jobs are offered to residents of affected communities
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco provides assistance to animals
SAMARCO MINERAÇÃO	Eduardo Bahia
SAMARCO MINERAÇÃO	Environmental actions Samarco – Barra Longa employees work on reestablishment of agribusiness
SAMARCO MINERAÇÃO	Debate CBN Grandes Projetos 13/06/2013

SAMARCO MINERAÇÃO	Simulado de Emergência
SAMARCO MINERAÇÃO	Janeiro Cultural - Curso de maquiagem e colônia de férias - Mariana
SAMARCO MINERAÇÃO	Caboclo Bernardo Party keeps tradition from Regência alive
SAMARCO MINERAÇÃO	Rural properties are being rehabilitated
SAMARCO MINERAÇÃO	Environmental actions Samarco – Non-stop work to recover the Doce River
SAMARCO MINERAÇÃO	RODRIGO DUTRA
SAMARCO MINERAÇÃO	Get to know the real estate and commercial establishments' recovery works in Mariana and Barra Longa
SAMARCO MINERAÇÃO	Lançamento do Livro Água e Cultura em Ouro Preto (MG)
SAMARCO MINERAÇÃO	Integrated security system - Samarco
SAMARCO MINERAÇÃO	De gota em gota: Ian Valle de Castro
SAMARCO MINERAÇÃO	Humanitarian actions Samarco – Assistance to families impacted by accident in Mariana
SAMARCO MINERAÇÃO	Janeiro Cultural - Dia de Lazer - Mariana
SAMARCO MINERAÇÃO	Barra Longa's new square project is presented to the community
SAMARCO MINERAÇÃO	Humanitarian actions Samarco - Cleaning in Barra Longa had eight action fronts
SAMARCO MINERAÇÃO	Treatment plants guarantee water quality in the municipalities along the Doce River
SAMARCO MINERAÇÃO	Samarco humanitarian actions – Employees organize the houses to accommodate the impacted families
SAMARCO MINERAÇÃO	Desafio MinerALL
SAMARCO MINERAÇÃO	Humanitarian actions Samarco – Families impacted by accident in Mariana are settled in homes.
SAMARCO MINERAÇÃO	Humanitarian actions – Families placed in hotels in Mariana within 24 hours after the accident
SAMARCO MINERAÇÃO	Humanitarian actions Samarco – Assistance to impacted families.

Fonte: elaborado pelos autores.

ANEXO II – Reportagens analisadas sobre as duas organizações pesquisadas

FONTE	PALAVRA-CHAVE	DATA	TÍTULO
ESTADÃO	SAMARCO	26/05/2019	Como esvaziar barragens e fazer cimento
ESTADÃO	SAMARCO	27/02/2019	Expedição mostra níveis elevados de metais pesados no Rio Paraopeba
ESTADÃO	SAMARCO	02/02/2019	A cronologia de uma tragédia
ESTADÃO	SAMARCO	27/01/2019	Defesa Civil monitora chuva e novos riscos em Brumadinho
ESTADÃO	SAMARCO	10/03/2018	MP fecha acordo com Samarco para indenizar atingidos por desastre em Mariana
ESTADÃO	SAMARCO	10/02/2018	Samarco inicia obras para criar novo local para rejeitos em Mariana
ESTADÃO	SAMARCO	20/04/2018	Samarco quer mais tempo para fechar acordo de reparação por tragédia em Mariana
ESTADÃO	SAMARCO	30/06/2017	BHP cria fundo para região afetada por desastre e diz que Samarco não volta a operar este ano
ESTADÃO	SAMARCO	27/02/2017	Informe oficial do governo brasileiro à ONU omite desastre de Mariana
ESTADÃO	SAMARCO	25/12/2016	Lama de Mariana não afeta desova de tartaruga
ESTADÃO	SAMARCO	14/12/2016	Mais de 250 organizações se manifestam contra 'licenciamento flex'
ESTADÃO	SAMARCO	13/12/2016	Flexibilização do licenciamento ambiental opõe Ambiente e Casa Civil
ESTADÃO	SAMARCO	12/12/2016	Projeto de licenciamento 'flex' vai à votação com apoio da Casa Civil
ESTADÃO	SAMARCO	11/05/2016	Após um ano, impacto ambiental da lama da Samarco ainda é desconhecido
ESTADÃO	SAMARCO	24/10/2016	'Recuperar Rio Doce pode alavancar agenda nacional de restauração'
ESTADÃO	SAMARCO	27/09/2016	O desastre da Samarco e os índios
ESTADÃO	SAMARCO	16/06/2016	Governo responsabiliza empresas por tragédia em Mariana
ESTADÃO	SAMARCO	19/05/2016	Ministério Público discute formas de frear desmonte de lei ambiental
ESTADÃO	SAMARCO	18/01/2016	Lama no Rio Doce não afeta comportamento de desova de tartarugas

ESTADÃO	SAMARCO	12/03/2015	Prefeito de Mariana pede auxílio da Unesco para reconstrução da cidade
ESTADÃO	SAMARCO	26/11/2015	Mariana não abala credibilidade na COP, diz embaixador
ESTADÃO	SAMARCO	24/11/2015	A Samarco e o silêncio ambiental / Instituto Humanitas Unisinos
ESTADÃO	SAMARCO	23/11/2015	Um palavrão para a Vale
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	07/08/2019	Suspeitos de aplicar golpes para receber indenizações de tragédia de Brumadinho são presos
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	28/03/2019	Governo de Minas e Vale negam que lama de barragem chegou ao São Francisco
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	02/03/2019	Justiça mantém prisão de engenheiros da Vale que atestaram segurança de barragem
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	29/01/2019	'Se os culpados não forem punidos, tudo recomeçará', diz jurista sobre Brumadinho
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	27/01/2019	'Acabou tudo. Não sobrou ninguém', diz sobrevivente em Brumadinho
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	27/01/2019	MP investigava mina onde houve desastre desde 2018
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	26/01/2019	Ministro da AGU diz que Vale é responsável por desastre em Brumadinho
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	26/01/2019	Mar de lama encobre operários e pousada em Brumadinho
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	26/01/2019	Juiz ordena bloqueio de R\$ 1 bilhão da Vale por desastre em Brumadinho
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO;	25/01/2019	Vale pediu, e conseguiu, autorização para ampliar em 70% exploração na área de barragem rompida

	VALE MINERADORA		
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	15/01/2018	MPF recomenda suspensão de dragagem em baía onde morreram botos
ESTADÃO	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	26/09/2017	Vale tem o maior número de pedidos para explorar área da Renca
CARTA CAPITAL	SAMARCO; VALE S.A.; BRUMADINHO; VALE MINERADORA	30/03/2019	Certificadora alemã alerta para novo perigo em barragens da Vale
CARTA CAPITAL	SAMARCO; VALE S.A.; BRUMADINHO; VALE MINERADORA	23/03/2019	Brasil está deixando rios morrerem, diz estudo
CARTA CAPITAL	SAMARCO	02/04/2019	Avanço da lama vai matando o rio Paraopeba
CARTA CAPITAL	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	20/09/2019	PF indicia 13 funcionários da Vale e consultoria no caso Brumadinho
CARTA CAPITAL	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	02/05/2019	Advogados ambientais expõem erros de conduta da Vale em Brumadinho
CARTA CAPITAL	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	23/03/2019	_Certificadora alemã agiu de forma criminosa em Brumadinho_
CARTA CAPITAL	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	25/01/2019	A cidade está um “pandemônio”, diz moradora de Brumadinho
CARTA CAPITAL	VALE S.A., BRUMADINHO; VALE MINERADORA	14/05/2019	Em eleição crucial, CNBB escolhe trilhar os caminhos do Papa Francisco

Fonte: elaborado pelos autores.